



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA  
CENTRO SOCIOECONÔMICO  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**JOSIANE MORAES**

**SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO COM  
A LEI: UMA PROBLEMATIZAÇÃO DA CRIMINALIZAÇÃO DO  
ADOLESCENTE**

**FLORIANÓPOLIS  
2010**

**JOSIANE MORAES**

**SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO COM  
A LEI: UMA PROBLEMATIZAÇÃO DA CRIMINALIZAÇÃO DO  
ADOLESCENTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, orientado pela Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Marli Palma Souza.

**FLORIANÓPOLIS  
2010**

**SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA E ADOLESCÊNCIA EM CONFLITO COM  
A LEI: UMA PROBLEMATIZAÇÃO DA CRIMINALIZAÇÃO DO  
ADOLESCENTE**

**Elaborado por Josiane Moraes**

**Este trabalho de Conclusão de Curso é requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social e foi julgado e aprovado no Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina pela Comissão constituída dos membros:**

**Banca Examinadora:**

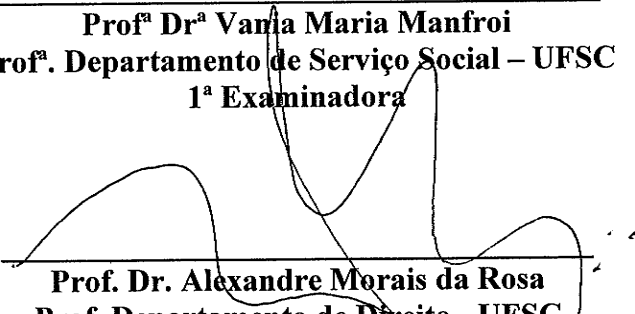


---

**Profª Drª Marli Palma Souza**  
**Profª. Departamento de Serviço Social - UFSC**  
**Orientadora**

---

**Profª Drª Vania Maria Manfro**  
**Profª. Departamento de Serviço Social – UFSC**  
**1ª Examinadora**



---

**Prof. Dr. Alexandre Moraes da Rosa**  
**Prof. Departamento de Direito - UFSC**  
**2ª Examinador**

**Florianópolis, 14 de dezembro de 2011**

**Dedico este trabalho à minha mãe Inês Moraes,  
pela sua trajetória de vida repleta de dignidade e luta**

## AGRADECIMENTOS

É chegado o momento de incluir, ainda que de forma breve, aqueles que participaram desse processo de formação, que para mim significou o primeiro passo para muitas conquistas. Cada um contribuiu de forma particular e única, e todos merecem o meu agradecimento, sem ordem de hierarquia ou de preferência, simplesmente, referencio abaixo, agradecendo com um:

### MUITO OBRIGADO

À minha mãe, **Inês Moraes**, por quem me orgulho muito por sua trajetória de vida, de dignidade e luta. Ela me mostrou que não importa o que os outros digam, mas o mais importante é jamais esquecermos que somos capazes e temos sonhos que podem ser alcançados. *Mãe, muito obrigada* pelas inúmeras orações e pelas palavras positivas de apoio a mim dirigidas.

Ao melhor irmão do mundo, **Wilian**, que sempre esteve ao meu lado, partilhando desde as mínimas coisas comigo, me ajudando e desejando sorte. Torço muito por você e sabes que sempre poderá contar comigo.

Ao meu padrasto, **Célito**, que para mim foi um pai. Presente em minha vida desde os meus cinco anos de idade, sempre buscando a melhor forma de ajudar a mim e a nossa família.

Aos meus **tios, tias, primos e primas** que apesar da distância, nunca deixaram de querer saber como estavam os meus estudos, desejando-me sorte.

Às eternas amigas da faculdade, **Anica e Eglezilda**, para sempre serão lembradas com muito carinho.

Às demais amizades conquistadas no decorrer da faculdade durante as aulas, as festas, as viagens, as saídas a campo ou os grupos de estudos: **Larilda, Camile, Mari, Priprioca, Lari, Lais, Tali, Pri, Pepê e Tobas**

À companheira e amiga, **Paty**, com a qual pude compartilhar momentos de alegria, tristeza, angústia, dentre tantos outros sentimentos e conquistas que permeiam a vida universitária, fomos amigas de “todas as horas”. Saiba que indiferente de estarmos longe, em busca dos nossos sonhos profissionais, para sempre me lembrarei de ti.

A todos os **professores** da Universidade Federal de Santa Catarina que contribuíram para a minha formação acadêmica e profissional. Em especial, agradeço à professora **Marli Palma Souza**, que muito mais que uma orientadora foi uma amiga, com sua sabedoria e paciência soube me orientar a trilhar as melhores alternativas para o sucesso acadêmico. Obrigada professora!

Aos professores, **Vânia M. Manfroi** e **Alexandre Moraes da Rosa** por aceitarem o convite de participação da minha banca de defesa. Cada qual com seus conhecimentos específicos buscando contribuir para o aperfeiçoamento do presente trabalho.

À **Universidade Federal de Santa Catarina**, a porta de entrada para muitas conquistas. Ofereceu-me um ensino superior gratuito e de qualidade, concedeu-me bolsas de estudos para realizar intercâmbios estudantis, moradia estudantil, dentre outras experiências, como a monitoria, a extensão e a pesquisa, as quais contribuíram para a construção de um qualificado currículo acadêmico.

Às Assistentes Sociais e supervisoras do meu estágio curricular, **Carmem da Silva e Telviana D. da Silva**, pelos infinitos diálogos e supervisões acerca da intervenção profissional em Serviço Social.

Às amigas da cidade natal (Xaxim): **Fer, Babi e Junior**.

Às colegas de quarto da moradia estudantil, **Thali e Andréia**, as quais suportaram meus momentos de agonia e desespero, bem como, de alegria e entusiasmo. Valeu meninas pelas palavras de apoio e incentivo.

Por fim, alguém muito especial, **Thiago**, que ao longo dos últimos oito meses compartilhou assiduamente todas as minhas angustias, indecisões e cansaços que perpassaram a chamada “reta final da faculdade”, em meio ao TCC, aos estudos para as seleções de mestrado e demais obrigações acadêmicas, ele sempre esteve ao meu lado dizendo: “força Jô, você vai conseguir”. E, assim, de forma sutil e sincera, fazia suas críticas e elogios que contribuíram muito para concluir essa etapa da graduação.

**Josué 1.9 diz: “Não te mandei eu? Sê forte e corajoso; não temas, nem te espantes, porque o Senhor teu Deus, é contigo por onde quer que andares”.**

***Música - Brasil com P***

*Pesquisa publicada prova  
Preferencialmente preto  
Pobre prostituta pra polícia prender  
Pare pense por quê?  
Prossigo  
Pelas periferias praticam perversidades parceiros  
Pm's  
Pelos palanques políticos prometem prometem  
Pura palhaçada  
Proveito próprio  
Praias programas piscinas palmas  
Pra periferia  
Pânico pólvora pa pa pa  
Primeira página  
Preço pago  
Pescoço peitos pulmões perfurados  
Parece pouco  
Pedro Paulo  
Profissão pedreiro  
Passatempo predileto, pandeiro  
Pandeiro parceiro  
Preso portando pó passou pelos piores pesadelos  
Presídio porões problemas pessoais  
Psicológicos perdeu parceiros passado presente  
Pais parentes principais pertences  
Pc  
Político privilegiado preso  
parecia piada  
Pagou propina pro plantão policial  
Passou pelo porta principal  
Posso parecer psicopata  
Pivô pra perseguição  
Prevejo populares portando pistolas  
Pronunciando palavrões  
Promotores públicos pedindo prisões  
Pecado!  
Pena prisão perpétua  
Palavras pronunciadas  
Pelo poeta Periferia  
Pelo presente pronunciamento pedimos punição para peixes pequenos poderosos  
pesos pesados  
Pedimos principalmente paixão pela pátria prostituída pelos portugueses  
Prevenimos!  
Posição parcial poderá provocar  
protesto paralisações piquetes*

*pressão popular*  
*Preocupados?*  
*Promovemos passeatas pacíficas*  
*Palestra panfletamos*  
*Passamos perseguições*  
*Perigos por praças palcos*  
*Protestávamos por que privatizaram portos pedágios*  
*Proibido!*  
*Policiais petulantes pressionavam*  
*Pancadas pauladas pontapés*  
*Pangarés pisoteando postulavam prêmios*  
*Pura pilantragem !*  
*Padres pastores promoveram procissões pedindo piedade paciência Pra população*  
*Parábolas profecias prometiam pétalas paraíso*  
*Predominou o predador*  
*Paramos pensamos profundamente*  
*Por que pobre pesa plástico papel papelão pelo pingado pela passagem pelo pão?*  
*Por que proliferam pragas pelo país?*  
*Por que presidente por que?*  
*Predominou o predador*  
*Por que? Por que? Por que?*

*Rapper Gog*



## RESUMO

MORAES, Josiane. **Sociedade Contemporânea e adolescência em conflito com a lei: uma problematização da criminalização do adolescente** 131fs. Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

O presente trabalho de conclusão de curso tem por objetivo problematizar os processos de criminalização do adolescente. Para tanto, aborda as diversas legislações e políticas sociais vigentes no Brasil e busca seus fundamentos nas teorias criminológicas. Leva em consideração o contexto da sociedade contemporânea para finalmente se deter aos processos de criminalização do adolescente pelo sistema de controle social, problematizando a construção social do crime, a seletividade, o etiquetamento e a estigmatização. Caracteriza-se como uma pesquisa de natureza qualitativa, cujas fontes de dados correspondem a material bibliográfico e documental, selecionados a partir de critérios e pertinência pré-estabelecidos. O tipo de material levantado compreende livros, teses, dissertações, artigos publicados em periódicos, legislações e estatísticas. O marco teórico que fundamentou a análise provém das teorias da Sociologia Criminal, especialmente a teoria do *labelling approach* e a Criminologia Crítica. Em termos hipotéticos, afirma-se que o adolescente que comete ato infracional é visto como um criminoso nato, como um desviante, entretanto, a raiz da criminalidade juvenil não está na identificação das causas da mesma ou na busca de quem é o criminoso, mas no processo de identificação da criminalização do adolescente, neste caso designado como criminalizado. Assim sendo, a problematização deixou evidente que o sistema das relações sociais pré-seleciona os adolescentes que serão criminalizados pelo sistema de controle social.

**Palavras-chave:** Adolescência em conflito com a lei. Criminalização do adolescente. Criminologia Crítica.

## ABSTRACT

This work seeks to problematise the adolescent criminalisation process. It explores the diverse laws and social policies in force in Brazil and looks for its foundations in criminological theories. It takes into account the context of contemporary society to finally focus on the processes of criminalisation of the adolescent by the social control system, questioning the social construction of crime, selectivity, labeling and stigmatisation. It is characterised as a qualitative research, in which the sources of data correspond to bibliographic and documentary material, selected based on pre-established criteria and relevance. The type of collected material includes books, thesis, journal articles, legislation and statistics data. The theoretical analysis in which it is based derives from theories of criminal sociology, especially the theory of the Labeling Approach and the Critical Criminology. In hypothetical terms, it is said that the adolescent who commits an infraction is seen as a born criminal, a deviant, however, the roots of juvenile crime are not based on the identification of the causes of the crime or in the pursuit of who is the criminal, but in the identification process of the criminalisation of the adolescent, in this case labeled as criminalised. Therefore, the inquire pointed out that the system of social relations pre-selects adolescents that will be criminalised by the social control system.

**Keywords:** Youth in conflict with the law. Adolescent criminalisation. Critical Criminology.

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Pessoas de 10 ou mais anos de idade, ocupadas, por classe de rendimento de trabalho .....	26
Gráfico 2: Números de homicídios de jovens de 15 a 29 anos.....	30
Gráfico 3: População de crianças até 11 anos e adolescentes de 12 a 18 anos em relação ao total no Brasil – 2005.....	38
Gráfico 4: Comparação entre população total de adolescentes entre 12 e 18 anos, e aqueles em conflito com a lei .....	40
Gráfico 5: Evolução das internações no sistema socioeducativo no Brasil.....	46
Gráfico 6: Comparativo entre o sexo masculino e feminino cumprindo medida socioeducativa em meio fechado.....	49

## **LISTA DE TABELA**

Tabela 1: Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei.....	43
Tabela 2: Síntese de alguns dados sobre as Medidas privativas de liberdade.....	44
Tabela 3: Comparativo das medidas socioeducativas privativas de liberdade entre os anos de 2007, 2008 e 2009 .....	48



## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>15</b>
<b>1 BRASIL CONTEMPORÂNEO E CRIMINALIDADE JUVENIL .....</b>	<b>18</b>
1.1 O contexto econômico, político e social brasileiro a partir de 1970 .....	18
1.2 A criminalidade juvenil no Brasil.....	30
1.2.1 Aproximações acerca do conceito de adolescência e juventude .....	31
1.2.2 A prática do ato infracional: alguns dados ilustrativos .....	37
2.1 A Escola Clássica .....	53
2.2 A Escola Positiva.....	56
2.2.1 O Código de Menores de 1927 e a Política do SAM: as influências da Escola Positiva .....	60
2.3 O Modelo Integrado de Ciência Penal.....	71
2.3.1 Fundação Nacional do Bem Estar do Menor e o Código de Menores: a Ideologia da Defesa Social .....	74
2.4 A conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e as medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade .....	81
<b>3. OS PROCESSOS DE CRIMINALIZAÇÃO DO ADOLESCENTE À LUZ DA TEORIA DO <i>LABELLING APPROACH</i> E DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA .....</b>	<b>89</b>
3.1 Considerações iniciais .....	89
3.2.1 A criminalização primária e a criminalização secundária segundo o <i>Labelling Approach</i> .....	96
3.3 A Criminologia Crítica .....	102
3.3.1 A seletividade do sistema socioeducativo .....	104
3.3.2 O sistema escolar como o primeiro segmento de seletividade .....	109
3.4 As etiquetas e os efeitos sobre o adolescente autor de ato infracional.....	111
3.5 A estigmatização do adolescente autor de ato infracional.....	112
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>116</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>121</b>

## INTRODUÇÃO

A palavra monografia tem sua origem nos vocábulos gregos “mónos” que significa “um só” e “graphein” que significa “escrever”. Assim, em sentido literal, monografia é um trabalho escrito sobre um assunto específico. [...] Pesquisar para construir um novo conhecimento é uma aventura tão apaixonante quanto desafiadora e, para realizá-la, não dispõe de “receitas”. Não há listas de procedimentos rigidamente ordenados que, se devidamente seguidos, determinarão a qualidade e relevância da pesquisa e garantirão a resolução do enigma que a realidade nos impõe (ALCOFORADO, 2009, p. 721 e 743).

A aproximação com a temática da criminalidade, ou mais especificamente, com a adolescência em conflito com a lei ocorreu a partir das disciplinas sobre políticas sociais e os direitos da criança e do adolescente frequentadas no curso de Serviço Social e de Direito embora, o interesse pelos processos de criminalização do adolescente como objeto de estudos do trabalho de conclusão de curso surgiu a partir da realização do estágio curricular em Serviço Social realizado no Centro de Internação Feminino<sup>1</sup> e da participação nos projetos de pesquisas que abordaram a questão da criminalidade<sup>2</sup>. Tais experiências provocaram reflexões mais profundas no âmbito das fragilidades que cerceiam a vida do adolescente e sua família, frente aos posicionamentos da sociedade em relação ao autor de ato infracional, por vezes considerado como “vagabundo, pivete, criminoso, menor, malandro”, entre outras denominações; frente à legislação que atende o adolescente que comete atos

---

<sup>1</sup> Estágio curricular realizado em 2008 e 2009. O Centro de Internação Feminino é uma instituição de caráter público, vinculada à Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina, tem por objetivo atender adolescentes meninas autoras de atos infracionais graves para cumprimento de medida socioeducativa de internação (conforme artigo 112, inciso VI).

<sup>2</sup> Projeto de pesquisa intitulado “A justiça restaurativa no Brasil: racionalidades, princípios, tendências, procedimentos e efeitos”, cuja vigência no período 2008-2010, coordenado pela profª Marli Palma Souza e composto pelos seguintes membros de equipe: Josiane Moraes e Patricia Gonçalves. O outro projeto de pesquisa intitulado “Violência Urbana e Criminalidade: Olhares do Serviço Social Social no Brasil Contemporâneo”, integrante das linhas de pesquisa do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Profissões e Instituições (NEPPI) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com vigência no período 2007-2009, coordenado pela Profª Drª Myriam Raquel Mitjavila e composto pelos seguintes membros de equipe: Profª Drª Marli Palma Souza, acadêmicas Josiane Moraes, Patrícia Gonçalves, Priscilla Gomes Mathes e participação de Maria Emília Cueli. Na pesquisa referenciada foi realizado um estudo da produção bibliográfica do Serviço Social em torno da criminalidade que compreendeu materiais apresentados nos principais eventos da área e artigos publicados nos periódicos Qualis A, no período de 1995-2005, o material identificado foi examinado por meio de uma meta-análise qualitativa.

infracionais; frente ao poder das agências do controle social sobre esses adolescentes e a sociedade como um todo.

Ao mesmo tempo não podemos ignorar todo o pano de fundo que permeia o sistema capitalista neoliberal, a sociedade globalizada insiste na despersonalização das pessoas, reduzindo-lhes a percepção de que são seres únicos e capazes de construir a própria existência. Como bem apresenta Netto (1992) a ideologia neoliberal compreende uma concepção de homem com ser possessivo, competitivo, calculista e, uma concepção de sociedade na qual os indivíduos devem realizar seus ideais de maneira individual e privada aceitando a ideia naturalizada da desigualdade entre os homens. Os valores mais caros ao ser humano são reduzidos a coisas e submetidos às gradações de um mercantilismo perverso, transformando-o num mero consumidor que só tem boca para consumir, mas não possui cabeça para projetar, afinal não é interessante formar um cidadão consciente e crítico da realidade em que vive.

Neste cenário de consumo e individualidade se observa a prática dos crimes dos mais diversos tipos, a importância atribuída pela imprensa a essa temática parece induzir ao clamor público por vingança, com pedidos de maior rigor e punição por parte do Estado, sobretudo o clamor pela punição da população pobre, que vive nas favelas e periferias da cidade. “Do alto de seus prédios luxuosos, a classe dominante exige do Estado, a punição de criminosos e de todos aqueles que possam ameaçar as suas propriedades, os seus bens materiais” (LEMOS, 2008, p.1). Como alertou Wacquant (2001) diante do enfraquecimento Estado de Bem-Estar Social, fortalece-se um Estado Penal-policial, encarcerando e criminalizando a miséria, bem como, investindo na economia e na indústria do controle do crime o que contribui para a relação que a sociedade faz entre “pobre” e “criminoso”, o que de fato, estereotipa e estigmatiza fortemente as classes subalternas.

Neste sentido, aproximamo-nos do objetivo geral a que se propõe este trabalho monográfico, ou seja, problematizar os processos de criminalização do adolescente no Brasil, partindo-se da hipótese de que o adolescente que comete ato infracional é visto como um criminoso nato, como um desviante, entretanto, a raiz da criminalidade juvenil não está na identificação das causas da mesma ou na busca de quem é o criminoso, mas no processo de identificação da criminalização do adolescente, de forma a perceber a relação intrínseca com a criminalização da pobreza.



A produção orienta-se no marco teórico<sup>3</sup> da criminologia crítica<sup>4</sup>, oriunda das ideias marxistas, que trabalha a ideia do desvio social, percebendo os processos de criminalização e os mecanismos de rotulação dos sujeitos na condição de criminosos. Não mais se define como uma ciência que investiga as causas da criminalidade, mas as condições da criminalização do sujeito, conforme se verá com mais atenção na terceira seção. Ao indagar as causas do crime, pesquisa a reação social: por que determinadas pessoas são tratadas como criminosas, quais as consequências dessa seleção, como ela é efetivada. (BARATTA, 2002).

Deste modo, propõe-se refletir neste estudo os processos de criminalização do adolescente, para tanto, pretende-se buscar na historicidade das legislações e políticas para o adolescente autor de ato infracional os indícios dos processos de criminalização, buscando apontar as influências da criminologia tradicional às legislações e políticas, bem como, por meio das contribuições da teoria do *labelling approach* problematizar os estigmas e etiquetas que perpassam a vida do adolescente autor de ato infracional.

Todavia, para concretizar a análise das influências da criminologia tradicional às legislações e às políticas juvenis da década de 1920 e 1970 no Brasil, fez-se necessário uma abordagem sobre o paradigma etiológico, orientador da Criminologia Positivista, segundo o qual a criminologia é uma ciência causal explicativa da criminalidade, que tem por objeto a criminalidade concebida como um fenômeno criminal, causalmente determinado, buscando explicar as suas causas e prever os remédios para combatê-la, compreendendo o desvio e a criminalidade como ontológicas e pré-constituídas.

Contrapondo-se ao paradigma etiológico influenciado pelo interacionismo simbólico e pela Etnometodologia, o paradigma da reação social ou *labelling approach* foi utilizado para guiar a análise sobre a seletividade, o etiquetamento e a estigmatização do adolescente. Tal paradigma considera o desvio uma etiqueta atribuída a determinados sujeitos através de complexos processos de interação social, isto é de processos formais e informais de definição e seleção. Sob essa

---

<sup>33</sup> Segundo Minayo (1994, p.18) a teoria tem origem no verbo grego “theorein” cujo significado é “ver”. A teoria é contruída para explicar ou compreender um processo ou um conjunto de fenômenos e processos.

<sup>4</sup> Segundo Batista (2002) concebe a criminologia como teoria crítica da realidade social do direito. Na criminologia brasileira contemporânea, onde posteriormente sentimos a violência do capitalismo tardio, os intelectuais e operadores dividem-se entre os que leram e os que não leram a teoria da criminologia crítica.

ótica, uma conduta não é criminosa em si, nem seu autor um criminoso, em razão dos traços de sua personalidade ou influência de seu meio-ambiente, mas sim, a criminalidade se revela como uma condição atribuída a determinados indivíduos mediante um duplo processo: a definição legal de crime (que atribui a conduta o caráter de crime) e a seleção (que etiqueta e estigmatiza um autor como criminoso entre todos aqueles que praticam tais condutas).

Para compreender o contexto analisado e alcançar os objetivos propostos no projeto de monografia buscou-se a abordagem qualitativa do tipo bibliográfico, visto que a revisão bibliográfica para coleta de dados e informações para a análise se baseou em material científico já publicado, constituído principalmente de teses, dissertações, livros, artigos de periódicos científicos e anais de congressos científicos. Utilizam-se também legislações e fontes estatísticas como pesquisa documental.

O trabalho está subdividido em três seções. A primeira trata do Brasil contemporâneo e a criminalidade juvenil. Inicialmente realiza uma explanação sobre o contexto econômico, político e social brasileiro desde a década de 1970 problematizando a estratégia política global do capitalismo monopolista para reverter a conjuntura recessiva que atingiu os países à época, cujas estratégias foram: a reestruturação produtiva, a ideologia neoliberal e a financeirização. O intuito foi provocar uma aproximação do cenário consolidado de desigualdade social existente no Brasil e abordar a questão da criminalidade juvenil enquanto estratégia de sobrevivência dos adolescentes das classes subalternas. Os autores que contribuíram para a discussão foram: Behring e Boschetti (2008), Netto e Braz (2008), Netto (2008, 1992), Forrester (1997), Adorno (1999, 2002) Zaluar (1996). Antes de aprofundar a discussão sobre a criminalidade juvenil realizou-se algumas aproximações acerca do conceito de adolescência e de juventude, com base em: Veronese (2006), Sandrini (2009) Levi e Schimidt (1996), Margulis e Urresti (2000). Finalizou-se a primeira seção com a problematização da prática do ato infracional e a apresentação de alguns dados ilustrativos sobre o atendimento socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei, o levantamento foi realizado em 2009 pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente da Secretaria dos Direitos Humanos.

Concluída a problematização sobre o cenário econômico, político e social e a criminalidade juvenil brasileira, inicia-se a segunda seção que aborda as influências

das Escolas Criminológicas Clássica, Positiva e Neoclássica e sua influência nas discussões sobre a criminalidade brasileira, especificamente, observa-se como os discursos destas escolas afetaram e influenciaram na formulação dos Códigos de Menores de 1927, na aplicação da Política do SAM e do Código de 1979 e na política da Funabem. Conforme o problema do adolescente na condição de magno problema aumentava, maior se tornavam as discussões criminológicas para “deter” tal criminalidade e defender a sociedade dos “marginais”. Conclui-se a segunda seção com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), embora o estatuto tenha sido um avanço político e jurídico no marco histórico de afirmação da cidadania dos adolescentes, o abismo que separa o plano normativo do plano da efetivação dos direitos propiciou o espaço para tecer algumas críticas à aplicação das medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade, as quais fortalecem a criminalização do adolescente, sobretudo daquele adolescente oriundo de estratos sociais mais baixos da sociedade. Esta seção contou com a teoria dos seguintes autores: Andrade (1994, 1997, 2008), Alvarez (2002), Beccaria (1764), Bissoli Filho (1997), Batista (2002), Passetti (1999), Rizzini (1995, 1997) e Santos (1979, 2002).

Tecidas algumas críticas sobre as medidas restritivas e privativas de liberdade preconizadas pelo Estatuto se encaminha para a terceira e última seção, na qual se propõe apresentar os efeitos da criminalização tais como: a seletividade, o etiquetamento e a estigmatização do adolescente autor de ato infracional. Toma-se como embasamento teórico o paradigma da reação social (*labelling approach*) e as valiosas contribuições da criminologia crítica. Sendo assim toma-se como autores de destaque nessa seção: Andrade (1997, 2008), Baratta (1983, 1993, 2002), Bissoli Filho (1997), Becker (2008), Goffman (1987, 1988), Zaffaroni (1991), Xiberras (1996).

## **1. BRASIL CONTEMPORÂNEO E CRIMINALIDADE JUVENIL**

### **1.1 O contexto econômico, político e social brasileiro a partir de 1970**

A partir da década de 1960, período que marca o início da Ditadura Militar no Brasil, vivia-se a expansão do “Fordismo à brasileira” por meio do chamado “Milagre econômico<sup>5</sup>”. Entre 1964 até meados da década de 1970, o país vivenciava o auge do crescimento econômico, cujas bases estavam sustentadas na política desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek - JK (1956 – 1961), ocorre a introdução da produção em massa de automóveis e eletrodomésticos para o consumo de massa, embora com uma redistribuição muito restrita dos ganhos de produtividade do trabalho (BEHRING; BOSCHETTI, 2008). A partir do Plano de Metas de JK ocorreu uma expansão industrial que conduziu a um padrão de acumulação de capital em que o investimento público era complementar ao investimento privado estrangeiro, ambos estimulando conjuntamente o investimento privado nacional (TAVARES; BELLUZZO, 1982).

A partir da década de 1970, quando grande parte do mundo foi atingida por forte recessão e o fordismo-Keynesianismo mostrou-se incapaz de conter por mais tempo as contradições do capitalismo, emergem novos padrões de acumulação de capital, mudando rapidamente os ambientes produtivos e o conjunto da vida social e política. Na era da acumulação flexível, observa-se uma enorme expansão da esfera financeira, em ritmo muito superior ao do investimento produtivo. As indústrias estão voltadas aos produtos de alto valor agregado dedicados a nichos de mercado específicos, buscando a versatilidade e a flexibilidade para responder a novos padrões de consumo e à intensificação da concorrência capitalista [...].

Observa-se no Brasil a acentuada capitalização da indústria automobilística (70% de incremento de capital fixo em 1973), a retomada e aceleração do programa siderúrgico estatal, os investimentos estatais em telecomunicações, combustíveis e petroquímica, bem como a modernização e expansão de algumas indústrias de bens de consumo não-duráveis e a aceleração da taxa de acumulação de capital dos

---

<sup>5</sup> De acordo com o pensamento econômico contemporâneo o período designado como milagre econômico considera a fase de crescimento da economia brasileira que se estende de 1968 a 1973. Período que o país obteve uma taxa de crescimento da ordem de 11% ao ano por seis anos consecutivos (HERMANN, 2005).

setores de equipamentos pesados, liderados pelas grandes empresas internacionais, geraram uma super acumulação de capital apoiada em endividamento externo. O aumento do endividamento externo e a pressão sobre o balanço de pagamentos e o recrudescimento do processo inflacionário são os grandes problemas do final da década de 70 e princípio da de 80, o que sinalizou o fim do “milagre econômico”. Em face de uma política violentamente restritiva posta em prática pelo governo federal, a taxa de acumulação da economia atingiu níveis bastante baixos e a economia brasileira passou de uma fase de desaceleração do crescimento para uma recessão (TAVARES; BELLUZZO, 1982).

Ianni (1991) expõe que entre 1940 e 1980 a economia brasileira toma grandes dimensões de desenvolvimento, contudo, a distribuição de riquezas permaneceu marcadamente desigual.

A característica fundamental da sociedade brasileira é seu profundo dualismo. De um lado “encontra-se uma moderna sociedade industrial, que já é a oitava economia do mundo ocidental e acusa um extraordinário dinamismo”, e, de outro lado, “encontra-se uma sociedade primitiva, vivendo um nível de subsistência, no mundo rural, ou em condições de miserável marginalidade urbana, ostentando padrões de pobreza e ignorância comparáveis aos das mais atrasadas sociedades afro-asiáticas. (IANNI, 1991, p. 4).

A recessão generalizada do contexto internacional a partir de 1970 forçou a implementação de uma estratégia política global para reverter a conjuntura econômica e social que não era favorável, o capitalismo monopolista<sup>6</sup> formulou e implementou um conjunto de respostas, as quais trinta anos depois, na entrada do século XXI não sofreram alterações, tais respostas estão estruturadas sobre um tripé: a reestruturação produtiva, a financeirização e a ideologia neoliberal,

---

<sup>6</sup> Se observarmos a periodização histórica do capitalismo, segundo Netto e Braz (2008) observaremos que o primeiro estágio do capitalismo – século XVI até meados do século XVIII - que se inicia com a *acumulação primitiva* e vai até os primeiros passos do capital para controlar a produção de mercadorias e, assim, comandar o trabalho mediante o estabelecimento da manufatura. Nessa primeira fase do capitalismo o papel dos mercadores/comerciantes foi decisiva, tanto que este estágio foi designado como **capitalismo comercial ou mercantil**. A partir da oitava década do século XVIII, configura-se o segundo estágio do capitalismo nominado como **capitalismo concorrencial** ou chamado de liberal ou clássico. Esta fase do capitalismo se observou uma fusão dos capitais monopolistas industriais com os bancários constitui o capital financeiro, cuja centralidade se deu no terceiro estágio evolutivo do capitalismo, bem como, o **capitalismo monopolista** possui o estágio imperialista, que se gestou nas últimas três décadas do século XIX, com transformações durante o século XX se prolongando na entrada do século XXI.

enterrando assim, os ditos “anos dourados”<sup>7</sup> dos países desenvolvidos (NETTO; BRAZ, 2008).

Segundo Behring e Boschetti (2009) o capitalismo administrou a crise internacional do início dos anos 1970, por meio de limitadas estratégias de reanimação monetária ainda de estilo Keynesiano<sup>8</sup>. Dessa forma o Estado atuou como uma almofada amortecedora anticrise, no entanto, a partir de então, houve uma dificuldade crescente do capitalismo contemporâneo de escapar ao dilema entre a recessão profunda ou a inflação acentuada. Importante destacar que a partir daí, o desemprego passa a ser crescente, em uma dinâmica na qual a cada recessão ele aumenta, sem ser revertido.

[...] nos anos 1970 foi propiciada, portanto, pelo encontro de: crises clássicas de superprodução, cujos esforços de limitação por meio do crédito perderam eficácia, em cada pequeno ciclo; contenção brusca dos rendimentos tecnológicos (poucas ou marginais invenções novas); crise do sistema imperialista (mesmo da dominação indireta dos países coloniais e semi-industrializados); crise social e política nos países imperialistas, com ascenso das lutas (a exemplo da greve dos mineiros na Inglaterra no início dos anos 1980), em função do início das políticas de austeridade; e crise de credibilidade do capitalismo, enquanto sistema capaz de garantir o pleno emprego, o nível de vida e as liberdades democráticas [...]. (BEHRING e BOSCHETTI, 2008 p. 118).

Conforme explicitado por Netto (2008) a reestruturação foi estratégia utilizada, em especial pelos países desenvolvidos, significou uma intensiva incorporação à produção de tecnologias resultantes de avanços técnico científicos, determinando um desenvolvimento das forças produtivas que reduz em grande parte o trabalho vivo. Como por exemplo, a introdução da microeletrônica e dos recursos informáticos e robóticos nos circuitos produtivos. De fato, a base produtiva vem se deslocando dos suportes eletromecânicos para os eletroeletrônicos. “Todas as transformações implementadas pelo capital tem como

---

<sup>7</sup> “Anos dourados” ou “três décadas gloriosas”, entre o fim da Segunda Guerra Mundial e a passagem dos anos sessenta aos setenta o sistema capitalismo monopolista apresentou grandes resultados econômicos. Entre 1950 e 1970, a produção industrial dos países capitalistas desenvolvidos aumentou em grandes números (NETTO; BRAZ, 2008).

<sup>8</sup> A Teoria Keynesiana significou um conjunto de ideias que propunham a intervenção estatal na vida econômica com o objetivo de conduzir a um regime de pleno emprego. As teorias de John Maynard Keynes tiveram enorme influência na renovação das teorias clássicas e na reformulação da política de livre mercado. Acreditava que a economia seguiria o caminho do pleno emprego, sendo o desemprego uma situação temporária que desapareceria graças às forças do mercado. O objetivo do keynesianismo era manter o crescimento da demanda em paridade com o aumento da capacidade produtiva da economia, de forma suficiente para garantir o pleno emprego, mas sem excesso, pois isto provocaria um aumento da inflação (PEREIRA, 2009).

objetivo reverter a queda da taxa de lucro e criar condições renovadas para a exploração da força de trabalho” (NETTO; BRAZ, 2008 p. 218).

Enquanto se agravam os níveis de desemprego estrutural, novas modalidades produtivas vão sendo introduzidas nos locais de trabalho, intensificando as formas de exploração do trabalho, generalizando a insegurança no emprego, disseminando formas precárias de contratação. Com efeito, muitas das estratégias adotadas pelas empresas em busca de uma maior lucratividade passam pelo aumento da precarização das relações de trabalho, com práticas de terceirização e subcontratação do trabalhador [...] (JINKINS, 2002 p. 236).

Forrester (1997) no livro “O Horror Econômico” acrescenta que a flexibilização do trabalho ocorreu juntamente com o crescimento de desemprego. Entretanto, frente ao desemprego são criadas diferentes propostas, quase sempre falaciosas, por outro lado, segundo esta autora, o grande problema do desemprego está no sofrimento que o fato de “estar desempregado” provoca. O sentimento de culpa que apregoa o adulto ou o jovem que não possuem oportunidade no mercado de trabalho. “A objeção desencoraja qualquer outra reação de sua parte que não seja uma resignação mortificada” (FORRESTER, 1997 p. 12).

A ideologia predominante no mundo do trabalho, fortalecida com a flexibilização do trabalho é a necessidade de um cidadão útil, porém útil ao mercado, lucrativo ao sistema do capital. Como apontado em Weber (1971) a racionalidade burocrática exige um homem com mérito pessoal e competência técnica.

[...] Uma quantidade importante de seres humanos já não é mais necessária ao pequeno número que molda a economia e detém o poder. Segundo a lógica reinante, uma multidão de seres humanos encontra-se assim, sem razão razoável para viver neste mundo, onde, entretanto, eles encontram a vida. Para obter a faculdade de viver, eles precisariam responder às necessidades das redes que regem o planeta, as redes dos mercados [...]. Sua vida, portanto, não é mais legítima, mas tolerada. Importuno, o lugar deles neste mundo lhes é consentido por pura indulgência, por sentimentalismo, por reflexos antigos, por referência ao que por muito tempo foi considerado sagrado [...] (FORRESTER, 1997, p. 27).

O capitalismo contemporâneo transformou o desemprego maciço em fenômeno permanente, nos estágios anteriores do capitalismo (conforme nota de rodapé nº 01) o desemprego oscilava entre taxas aceitáveis e taxas muito altas, agora todas as indicações asseguram o aumento do exército industrial de reserva (SOUZA, 1999). Situação que se agravou com a ascensão da ideologia<sup>9</sup> neoliberal no contexto internacional a partir da década de 1980 e no Brasil a partir da década de 1990.

Na década de 1980 o mundo global é marcado pela inserção do neoliberalismo<sup>10</sup> como mais uma alternativa de superação da crise econômica difundida na década de 1970. O austríaco Hayek e o americano Friedman apontaram a suposta resposta à crise a partir de um novo liberalismo, o neoliberalismo. Segundo Chauí (2007, p. 313) o remédio sugerido por estes economistas foi:

[...] 1) Um Estado forte para quebrar o poder dos sindicatos e dos movimentos operários, para controlar os dinheiros públicos e cortar drasticamente os encargos sociais e os investimentos na economia; 2) um Estado cuja meta principal deveria ser a estabilidade monetária, contendo os gastos sociais e restaurando a taxa de desemprego necessária para formar um exército industrial de reserva que quebrasse o poderio dos sindicatos; 3) um Estado que realizasse uma reforma fiscal para incentivar os investimentos privados e reduzir os impostos sobre o capital e as fortunas, aumentando os impostos e o comércio; 4) um Estado que se afastasse da regulação da economia, deixando que o próprio mercado, com sua racionalidade própria, operasse a desregulação [...].

---

<sup>9</sup> Para entender o conceito de ideologia, tomemos como referência o enfoque de Marilena Chauí (1997, p. 03) que compreende a “ideologia” como “a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmo o *aparecer* social, econômico e político, de tal sorte que essa aparência (que não devemos simplesmente tomar como sinônimo de ilusão ou falsidade), por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico, é o ocultamento ou a dissimulação do real [...]. O discurso ideológico é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser e, destarte, engendrar uma lógica de identificação que unifique pensamento, linguagem e realidade para, através dessa lógica, obter a identificação de todos os sujeitos sociais com uma imagem particular universalizada, isto é a imagem da classe dominante. Universalizando o particular pelo apagamento das diferenças e contradições, a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso lacunar que não pode ser preenchido”.

<sup>10</sup> Neoliberalismo é a economia proposta por um grupo de economistas, cientistas políticos e filósofos, que em 1947, reuniram-se em Mont Saint Pelérin, na Suíça, junto ao austríaco Hayek e do norte-americano Milton Friedman. Após a Segunda Guerra, esse grupo opunha-se encarniçadamente à instalação da social-democracia em países como Grã-Bretanha, Suécia, Dinamarca e Alemanha, sendo portanto contrário ao Estado de Bem-Estar de estilo Keynesiano, bem como, a política norte-americana do New Deal. Na década de 1950/1960 este grupo elaborou um projeto econômico e político no qual atacavam o Estado de Bem-Estar ou Providência com seus encargos sociais e com sua função de regulador das atividades do mercado. As ideias desse grupo somente tomaram êxito, quando as baixas taxas de crescimento econômico e altas taxas de inflação atingiram os países desenvolvidos na década de 1970 (CHAUÍ, 2007).



Ainda com base em Chauí (2007) as respostas à crise econômica se trataram de acabar com os investimentos estatais na produção, abolição do controle estatal sobre o fluxo financeiro, intensa legislação anti-greve e vasto programa de privatização. O modelo foi aplicado primeiramente no Chile com Augusto Pinochet, depois na Grã-Bretanha de Margaret Thatcher e nos Estados Unidos com Ronald Reagan, expandindo-se para todo o mundo capitalista (com exceção dos países asiáticos) e, depois da queda do muro de Berlim, para o Leste Europeu.

Neste sentido o neoliberalismo conquista uma ideologia que segundo Netto (1992) compreende uma concepção de homem possessivo, competitivo e calculista; uma concepção de sociedade que o indivíduo deve realizar seus ideais de maneira individual e privada aceitando a ideia da natural e necessária desigualdade entre os homens, bem como, uma nação rasteira de liberdade, ou seja, apenas a liberdade de mercado. A ideologia neoliberal legitima o capital monopolista e requer ao Estado, visto enquanto “trabalho anacrônico” que seja reformado.

Neste mesmo período (década de 1980) o Brasil vivia a abertura gradual do regime ditatorial, porém, esses momentos são condicionados à adesão às orientações conservadoras neoliberais, já em curso a nível mundial (BEHRING; BOSCHETTI 2008). Do ponto de vista econômico, a década de 1980 é considerada a “década perdida”, com aprofundamento das dificuldades de formulação de políticas econômicas de impacto nos investimentos e na distribuição de renda, não só no Brasil, mas no conjunto da América Latina. Como expõe Behring (2006) esse período foi marcado sob o rótulo de reformas, entretanto, a palavra reforma perdeu o seu sentido tradicional de conjuntos de mudanças para ampliar direitos, passou a ser conduzido por um processo de contra reforma, destinado à supressão ou redução de direitos e garantias sociais (BEHRING, 2006).

Conforme Telles et al (2006) a década perdida no Brasil foi marcada por crises sociais, políticas e econômicas. Os ajustes e planos de estabilização não foram suficientes para reverter a crise econômica. Políticas econômicas heterodoxas incluíam maior controle dos juros, maior indexação dos salários, desvalorização cambial com prefixação da correção monetária. O início dos anos 1990 é recebido com um país derrubado pela inflação, fermento para hegemonia neoliberal. (CARNEIRO, 1992).

Ao longo dos anos 1990 o Brasil, sob o governo de Fernando Henrique Cardoso – FHC foi bombardeado pela campanha das reformas ou contrarreformas (BEHRING, 2008), do Estado com ênfase nas privatizações e na previdência social, acima de tudo, desprezando as conquistas de 1988 no terreno da seguridade social e outros. O principal documento orientador dessa projeção foi o Plano Diretor da Reforma do Estado, afinado com as formulações de Bresser Pereira, à frente do Ministério da Administração e da Reforma do Estado – MARE. O desenvolvimento de um Estado Social esteve sempre sob o controle das classes dominantes, para manter no “devido lugar” as chamadas “classes perigosas”. As Políticas Sociais foram adaptadas ao trinômio do neoliberalismo – privatização, focalização/seletividade e descentralização (BEHRING; BOSCHETTI 2008). Ou seja, sustenta-se a diminuição do Estado, a diminuição das funções coesivas, precisamente aquelas que respondem a satisfação de direitos sociais. “[...] Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (NETTO, 2008 p. 227).

O Brasil saltou de uma inflação anual de 91,2%, em 1981, para 217,9% em 1985. [...] Os efeitos da crise do endividamento foram muitos: empobrecimento generalizado da América Latina, especialmente no seu país mais rico, o Brasil; crise dos serviços sociais públicos num contexto de aumento da demanda em contraposição a não expansão dos direitos; desemprego; agudização da informalidade da economia; favorecimento da produção para exportação em detrimento das necessidades internas. Ou seja, características regionais preexistentes à crise da dívida foram exacerbadas no contexto dos anos 1980, quando a estagnação chega à periferia, fazendo cair os índices de crescimento, deslegitimando os governos militares e dando fôlego às transições democráticas, tendo sua maior expressão e endividamento (BEHRING; BOSCHETTI, 2008).

Yazbek (2006) afirma que a estagnação econômica dos últimos dez anos agravou a pobreza absoluta e produziu uma enorme reserva de força de trabalho. Tal conjuntura econômica, dominada pela distância entre minorias abastadas e massas miseráveis, evidencia a enorme separação da necessária redistribuição de renda e da constituição de políticas que se voltem às demandas sociais dos grandes contingentes esmagados pela pobreza.

Levantamento do IBGE revela que na década de 1990 o país termina o século marcado pela permanência da desigualdade: neste período, o rendimento dos 10% mais ricos e dos 40% mais pobres cresceu 38% (passando de 13,30 salários mínimos para 18,40) e 40% (da fração de 0,70 salário mínimo para 0,98),

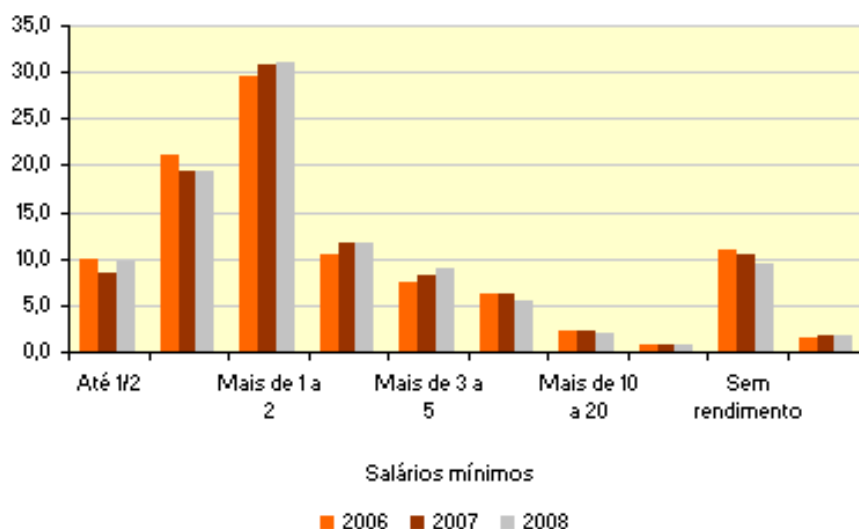
respectivamente, mantendo inalterada a elevada concentração da renda na sociedade brasileira. Na condição de subalternos, conforme denomina Yazbek (2006, p. 22) esta classe que vive em grande nível de desigualdade social está “[...] submerso numa ordem social que os desqualifica, indivíduos marcados por clichês: “inadaptados”, “marginais”, “problematizados”, portadores de “altos riscos”, “casos sociais”, alvo de pedagogias de “reerguimento” e de “promoção” [...]. Representam a herança histórica da estruturação econômica, política e social da sociedade brasileira”.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE<sup>11</sup> a taxa de desemprego no Brasil chegou a 7,2% em janeiro de 2010 mostrando um aumento de 0,4% em relação a dezembro de 2009. Afirma o IBGE que apesar do pequeno crescimento, essa taxa é a menor registrada no país desde o início da pesquisa, em 2003, visto que no mesmo período de 2009, a taxa era de 8,2. Por outro lado, esquece-se que mesmo diminuindo a taxa de desemprego, acentuam-se os maiores salários para uma minoria, conforme o gráfico a seguir. Em três anos subsequentes (2006, 2007 e 2008) a percentagem dos maiores salários (mais de vinte salários mínimos) concentrou em 0,8% do total da população brasileira, enquanto que a maior parte da população possuía um rendimento entre um e dois salários mínimos (30,1%), seguidos da população classificada como “sem rendimento” igual a 10,4% do total.

---

<sup>11</sup> Órgão oficial encarregado das contas nacionais e análises estatísticas macroeconômicas.

**Gráfico 1:** Pessoas de 10 ou mais anos de idade, ocupadas, por classe de rendimento de trabalho



**Fonte:** IBGE - Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (ILHA, 2009).

A concentração de renda, medida pelo índice de GINI<sup>12</sup>, demonstra a sua gravidade não apenas pela influência do desemprego nas camadas menos qualificadas, mas, principalmente, pelo efeito da inflação, que afeta os assalariados em primeiro lugar e àqueles da base da pirâmide salarial, por terem menor poder de barganha (conforme gráfico nº 1). Conforme a pesquisa nacional realizada pelo IBGE em 2007 apresenta que os 10% da população ocupada com os mais baixos rendimentos detiveram 1,1% do total dos rendimentos de trabalho, enquanto os 10% com os maiores rendimentos recebiam 43,2%, demonstrando que a concentração de rendimento ainda perdurava.

Complementando as estatísticas, Yazbek (2006) diz que em uma sociedade, como a brasileira, na qual ocorre a exploração de poucos sobre muitos, as políticas de corte social, servirão para regular as relações sociais, favorecendo a acumulação do capital e oferecendo as bases para a legitimação do Estado. Do ponto de vista político, se comprometerá em estancar e minimizar as tensões sociais e manter o

<sup>12</sup>Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) o índice de GINI mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita. Seu valor varia de 0, quando não há desigualdade (a renda de todos os indivíduos tem o mesmo valor), a 1, quando a desigualdade é máxima (apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda de todos os outros indivíduos é nula).

apoio do Estado, conferindo uma face mais humanitária ao capitalismo. Entretanto, esse processo vem propiciando uma das características mais marcantes do capitalismo contemporâneo, a exponenciação da Questão Social <sup>13</sup>que vem sofrendo um violento processo de criminalização que atinge as classes subalternas (designadas como classes perigosas).

Em suma, assistiu-se nos últimos cinquenta anos uma aceleração de mudanças, jamais conhecida e experimentada anteriormente: novas formas de acumulação de capital e de concentração industrial e tecnológica; mutações substantivas nos processos de produção, nos processos de trabalho, nas formas de recrutamento, alocação, distribuição e utilização da força de trabalho (ADORNO, 1999). Mudanças que repercutem na sociedade, que refletem no domínio do crime, da violência e dos direitos humanos. E buscando, justamente, reprimir esses reflexos e o crescimento da massa de “miserável” (WACQUANT, 2001) criada pela reestruturação contemporânea do capital que o Estado fortalece ainda mais o aparelho de coerção. Com o objetivo final da manutenção da ordem social. Assim “[...] o Estado neoliberal é o suporte político deste novo modo de acumulação, cuja base material é a transformação no mundo do trabalho [...]” (JINKINS, 2002 p. 236). “[...] Na base desses processos estão as determinações primárias do comportamento antissocial: as desigualdades estruturais das relações econômicas e sociais, instituídas pelas formas políticas e jurídicas do Estado, que garantam e legitimam uma ordem social injusta” (SANTOS, 2002, p. 119).

Conforme (SALES, 2007) a situação da criança e do adolescente no Brasil coincide com as expressões agudas da violência social (questões como desigualdade, desemprego, precarização do trabalho, degradação das condições de vida). Os adolescentes constituem parcela dessa população que sofrem com tais expressões da violência social. Observam-se adolescentes que perambulam anos pelas ruas, praticando roubos, assassinatos, às vezes são cooptados pelo tráfico de drogas. Muitas vezes tornam-se vítimas do Estado quando, por exemplo, são

---

<sup>13</sup> Iamamoto (2001) parte da premissa que para entender a gênese da questão social nessa sociedade é necessário entender as configurações do trabalho, intrinsecamente ligado a acumulação do capital e aos efeitos que produz sobre o conjunto das classes trabalhadoras. A expressão questão social é cunhada em 1830 com Karl Marx, momento em que se observa a totalidade das relações entre os homens em uma sociedade e analisa a dimensão da produção dos bens materiais e a forma econômico-social em que é realizado.

encaminhados aos centros de internação para cumprimento de medida socioeducativa<sup>14</sup>.

---

No Brasil não é apenas a pobreza absoluta, mas a exacerbação das desigualdades sociais que vem gerando o terreno para a disseminação da violência, numa sociedade onde poucos conseguem satisfazer todas ou quase todas as suas necessidades, mostrando que a distribuição das mortes violentas é apenas o reflexo da estratificação social. (PAVEZ e OLIVEIRA, 2004, p. 82).

O Jornal do Brasil publicou dados de uma pesquisa divulgada pela UNESCO e pela Fundação Oswaldo Cruz, que resultou no livro “Fala Galera” em que foram entrevistados 1,2 mil jovens cariocas entre 15 e 20 anos. Os resultados mostram jovens assustados, acuados, sem visualizar perspectivas favoráveis para o futuro. O cenário desolador apontado pelos jovens inclui dificuldades para entrar no mercado de trabalho, violência policial e problemas no relacionamento com a família, visíveis resultados do cenário contemporâneo. Se comparado com outras formas de violência relacionadas à criança e ao adolescente como a subnutrição, o abandono, a exclusão dos bancos escolares, a prostituição, os maus tratos, entre outros, a criminalidade juvenil terá destaque. Tenta-se a todo instante encontrar um culpado, sendo que esta população é consequência de uma série de fatores-causa engendrados na sociedade excludente de capitalismo maduro (VERONESE, 2001). Entretanto, conforme o pensamento de Wacquant (2001) nos países com forte desigualdade de condições e de oportunidade de vida, a penalidade (conjunto de práticas, instituições e discursos relacionados à pena) neoliberal atua na proliferação de um Estado mais policial em detrimento de um Estado mais social.

Junto a este cenário de desigualdade social se expande a “cultura do medo”, como afirma Sales (2007) se constitui a outra face da violência criminal. O contato com o mundo da criminalidade implica na piora da qualidade de vida para o adolescente e todo o grupo doméstico, combinado à exploração do mundo do trabalho e ao desemprego, conduz a perda de horizontes.

Como bem aponta Pinheiro (2003, p. 11 e 13) “O medo do crime é uma sentimento que está colado em nós desde a infância [...]” Todo o mundo ocidental

---

<sup>14</sup> Conforme artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA que apresenta as medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes que cometem ato infracional, a internação constitui a medida mais severa “internação em estabelecimento educacional” (inciso VI do ECA).

está representado por esse medo do crime, o qual influencia no comportamento dos cidadãos e dita as políticas de segurança. Esse mesmo autor acrescenta “quanto maior a diferença entre ricos e pobres numa sociedade, mais altas são as taxas de mortalidade por doenças cardíacas, câncer e homicídios. A combinação de desigualdade e pobreza extrema é sempre explosiva”.

Wacquant (2001) corrobora com Pinheiro quando diz que diante do medo e da insegurança cresce, sem efeito, a “segurança pública”, a repressão policial. Inscreve-se em uma tradição de controle dos miseráveis, dos criminalizados, tradição oriunda da escravidão e dos conflitos agrários, fortalecida por duas décadas durante a ditadura militar, quando a luta contra a subversão interna se transformou em repressão aos delinquentes. Apoiando-se em uma concepção hierárquica e paternalista, uma cultura entre “selvagens” e os “cultos”, de modo a manter a ordem de classe e a manutenção da ordem pública. Ainda segundo Wacquant, o Estado autoritário, penal, policial é chamado a responder as desordens suscitados pela desregulamentação da economia, pela dissociação do trabalho assalariado e pela pauperização relativa e absoluta dos contingentes de proletariado urbano propiciando uma verdadeira ditadura dos criminalizados.

A compreensão deste contexto político, social e, principalmente, econômico se faz pertinente quando se pretende compreender os processos de criminalização do adolescente, embora na condição de sujeitos criminalizados, porém “partícipes” desse contexto refletindo a desigualdade estrutural posta. Observa-se, por exemplo, a relação do adolescente com o mundo pautado no mercado de consumo, pois há um incentivo ao acúmulo de bens materiais, o que pode gerar ansiedade e frustração, e estimular esse adolescente a ter acesso ao que é colocado como valor social. Neste ínterim, uma das maneiras com que o adolescente reage ao universo de situações adversas que se colocam em seu cotidiano é agir em desconformidade com a lei. Nota-se, pois, que da reprodução deste comportamento surge o ato infracional.

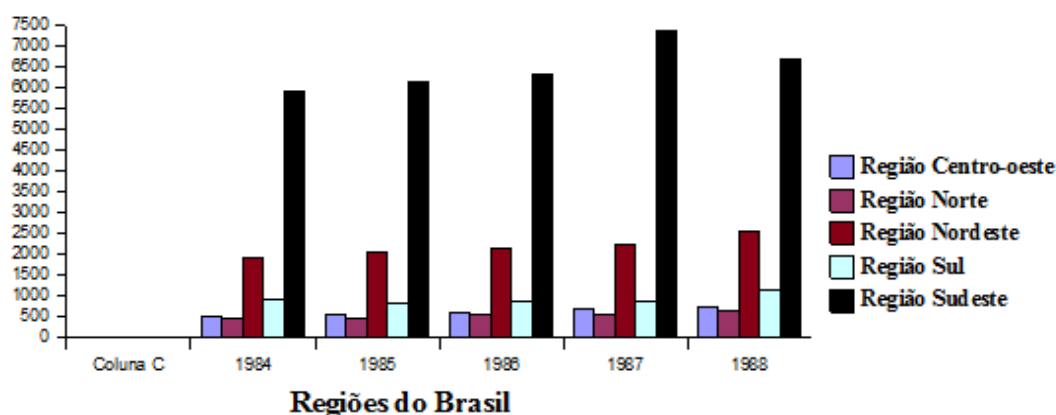
Sendo assim, na sequência se pretende contextualizar o cenário da criminalidade juvenil brasileira, apontando dados estatísticos como meio de ilustrar o envolvimento dos adolescentes com o ato infracional.

---

## 1.2 A criminalidade juvenil no Brasil

A partir da exposição dos fatos que permearam as décadas de 1970 e 1980 no Brasil, ressalta-se que entre 1980 e 1988 teve um grande aumento do número de adolescentes e jovens envolvidos em atos infracionais, bem como um crescimento das taxas de homicídio e da criminalidade urbana em todas as faixas etárias, sendo os adolescentes autores dos atos infracionais qualificados, de acordo com a imprensa, como ‘pequenos portadores’, ‘pivetes’, ‘futuros bandidos’, entre outras denominações (ADORNO, 2002). Em contrapartida também se visualizou nesse período um acréscimo no número de assassinatos de adolescentes, ou seja, assim como os adolescentes praticaram assassinatos também foram alvos desses crimes. O gráfico abaixo retrata os números dos homicídios sofridos pelos adolescentes na década de 1980, com expressivo salto nas regiões do Sudeste e do Nordeste.

**Gráfico 2:** Números de homicídios de jovens de 15 a 29 anos



Fonte: IPEA data. (MORAES, 2010)

Zaluar (1996) também aponta que nos anos 1980 o Brasil vivenciou em quase todos os seus estados e principalmente nas regiões metropolitanas, como São Paulo, Rio de Janeiro, Salvador, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre e Curitiba um crescimento da criminalidade. Porém, ao contrário do que ocorreu nas primeiras décadas da República, desta vez os crimes violentos apareceram mais, com grande destaque para o homicídio. Souza (2006) reafirma que a década de 1980 foi marcada pelo substancial crescimento de várias modalidades de crimes violentos, dentre eles o homicídio. O retrato atual da violência no Brasil está marcado pelo



crescimento da delinquência urbana, com o substancial aumento dos homicídios em torno do tráfico de drogas nas grandes cidades. A autora diz ainda, que os estudos produzidos no Brasil têm apontado que os homicídios estão concentrados nas áreas onde há maior vulnerabilidade social. Estudos feitos pelo Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública da UFMG (CRISP) apontou que as favelas que têm alta concentração espacial de homicídios associados a ela possuem vários indicadores de bem-estar social e de qualidade de vida ruins.

Diante desse processo de violência urbana, torna-se impossível olhar a conduta do adolescente exclusivamente pela ótica do ato infracional porque se desconhece e desconsidera sua história pessoal na qual se inscreve e ganha significado o ato infracional. “[...] Ao fazer as construções biográficas – tecer o fio de uma história – é, possível, muitas vezes, compreender a passagem da condição de vítima (ou não!) para agente no cenário da violência [...]” (TEIXEIRA, 1998, p.428). Portanto, antes de aprofundar a discussão acerca da criminalidade juvenil, será explicitado sucintamente o conceito de adolescência e juventude, afinal, o adolescente antes de ser autor de ato infracional é apenas um adolescente “contido” nessa sociedade repleta de impossibilidades, muito mais do que oportunidades.

### **1.2.1 Aproximações acerca do conceito de adolescência e juventude**

Na sociedade dos séculos XVI e XVII não havia uma delimitação evidente da infância e da juventude, e, por conseguinte, não havia uma distinção clara desta última fase. Tão logo cessasse o período de estrita dependência materna, as crianças passavam a integrar o mundo dos adultos, compartilhando de seus trabalhos e seus jogos. “De criança pequena ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude, que talvez fossem praticadas antes da idade média e que se tornaram aspectos essenciais das sociedades evoluídas de hoje” (ARIÈS, 1981, p. 10). A partir do século XVIII e XIX a juventude começa a ser identificada como período em que se goza certos privilégios, um período de permissividade que se situa entre a maturidade biológica e a maturidade social, que legitima socialmente um tempo livre, desprovido de maiores exigências e com posterga de demandas (MARGULIS e URRESTI, 2000).

No Brasil com o advento da Constituição da Federal de 1988<sup>15</sup> e posteriormente com Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei N. 8069/90) define-se juridicamente que criança corresponde a pessoa de até 12 anos de idade incompleto e, adolescente, aquele(a) entre 12 e 18 anos de idade conforme artigo 2º do Estatuto. Quando o Estatuto se referiu ao “estado” de criança e de adolescente, quis caracterizar aqueles seres humanos em peculiar condição de desenvolvimento, devendo ser, em todas as hipóteses, ontologicamente respeitados (VERONESE, 2006). A UNESCO (United F.C Educational, Scientific and Cultural Organization) organismo especializado do sistema das Nações Unidas adota como juventude o período compreendido entre os 15 e os 24 anos de idade. De acordo com o Ministério de Saúde brasileiro (2005) a Organização Mundial da Saúde circunscreve a adolescência à segunda década da vida dos 10 aos 19 anos de idade, período de profundas transformações biológicas e psicossociais em busca da vida adulta, com relação à juventude considera que se estende dos 15 aos 29 anos de idade. Ademais desta definição cronológica para a categoria adolescência e de juventude, existem outros conceitos de caráter biológico, psicológico e sociológico.

Sandrini (2009) apresenta que próximo aos doze anos, à criança começa observar mudanças, como resultado da maturação do corpo causada pelo início da produção dos hormônios sexuais que causam o aparecimento de características sexuais secundárias e maturação de capacidade reprodutiva. Estas mudanças fisiológicas e anatômicas são universais e característicos do período conhecido como a puberdade. Complementando, o Ministério de Saúde brasileiro (2005) afirma que na cultura ocidental contemporânea, existe o consenso de que os primeiros indícios da maturação sexual, introduzidos pela puberdade, marcam,

---

<sup>15</sup>É importante apontar que em julho de 2010, a Câmara dos Deputados e do Senado Federal brasileiro promulgaram a Emenda Constitucional de número 65 que altera a denominação do Capítulo VII do Título VIII da Constituição Federal e modifica o seu art. 227, para cuidar dos interesses da juventude. Ou seja, inclui a categoria “jovem” nos artigos da Constituição Federal de 1988. Os direitos que dizem respeito à criança, ao adolescente e ao idoso, também corresponderão ao jovem. O artigo 227 da CF/1988 passa a ser lido da seguinte forma “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente **e ao jovem**, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão” (grifo meu). Entretanto, observa-se que com a inclusão da categoria jovem no ECA, ocorrerá uma sobreposição da idade correspondente ao jovem sobre a idade correspondente ao adolescente, ou seja, o período entre 15 e 18 anos de idade é conceituado enquanto adolescente e também jovem. Contudo, o trabalho que aqui se apresenta se detém sobre a categoria “adolescente” enquanto sujeito criminalizado.

concretamente, o início da adolescência. Esse fenômeno, de ordem biológica, marca o fim da infância e inaugura o período de transição para a idade adulta - o corpo de criança dá lugar a um corpo de adulto, exigindo que esse sujeito assuma outra postura frente à sua nova configuração corporal, que terá como consequência uma redefinição de seu lugar na sociedade.

Tomando o viés psicológico, na fase da adolescência se dá o encontro com o real do sexo e também o desligamento dos pais para poder enfrentar o desafio de realinhar o papel social do adolescente. “Independentemente de ser uma crise ou um processo, a adolescência implica um acerto subjetivo em que os trilhamentos do Complexo de Édipo estarão presentes”. As relações do sujeito adolescente com o seu entorno, então, ganham novos matizes, que dependem, em muito, de como o sujeito foi se “estruturando” no decorrer da infância. (Freud e Alberti apud Moraes da Rosa, 1999, p. 281)

A adolescência sendo o período em que se verificam mudanças na vida psíquica, mudanças na relação com o corpo próprio e com o semelhante; onde se estabelece novas escolhas e laços, pode ocorrer em outra temporalidade que a da puberdade, o que é comprovado pela dificuldade de estabelecer os seus limites. A adolescência é também o momento da existência em que o sujeito experimenta pela primeira vez um sentimento de estranheza em relação ao seu corpo e as dificuldades e impossibilidades serão resolvidas por atos, atos que permitam a saída dos impasses e da pane. O mal-estar com o corpo, o sentimento de estranheza, decorrente da perda da imagem narcísica infantil que revestia o corpo, ao lado da onipotência infantil ainda não superada, levarão esses jovens a escolher atos sem considerar a possibilidade de danos no corpo próprio e no do outro (DIAS, 2000 p.2).

Moraes da Rosa (1998) esclarece que apesar do Estatuto da Criança e do Adolescente estabelecer que a adolescência inicia aos 12 anos e termina aos 18 é necessário perceber que cada adolescência é única, singular, que deve ser respeitada em sua alteridade. Diz ainda, que aí reside a ética de respeito ao desejo do sujeito e dos atores jurídicos. Sem esta compreensão o mero fator cronológico de se completar a idade respectiva ou biológico de atingir a puberdade significaria o início da adolescência, situação, de fato, ilusória. De acordo com Minayo (1994), as mudanças corporais que ocorrem na adolescência são universais, porém com algumas variações no campo psicológico e nas relações, apresentando-se de forma singular nas diferentes culturas, e até mesmo entre indivíduos de um mesmo grupo.

Ressaltam-se as contribuições de Levi e Schmidt (1996, p. 2) que caracterizam a juventude<sup>16</sup> como uma construção social. A juventude não deve ser definida, exclusivamente, a partir de critérios biológicos ou jurídicos, ela é investida de outros símbolos e de outros valores. A juventude deve ser considerada uma fase crucial para a formação e a transformação de cada uma, quer se trate da maturação do corpo e do espírito, quer no que diz respeito às escolhas. “[...] a juventude é efetivamente o momento das tentativas sem futuro, das vocações ardentes, mas mutáveis, da busca e das aprendizagens incertas, sempre marcadas por uma alternância de êxitos e fracassos [...]”.

A etapa juvenil se considera o período que vai desde a adolescência (com mudanças no corpo) até a independência da família com a formação de um novo lar, com autonomia econômica, definindo os elementos que configuram a condição de adulto. Um período que combina uma relativa maturação biológica e social. Juventude enquanto uma construção sociocultural, o que pressupõe que as noções sobre ela variam de acordo com o contexto social, histórico, econômico e cultural em que são formuladas (MARGULIS; URRESTI, 2000). Teixeira (1998) complementa, a fase peculiar de desenvolvimento do adolescente adquire configurações singulares em circunstâncias históricas e contextos econômicos, sociais e culturais diversos. A abordagem para compreendê-lo deve considerar variáveis relativas às intensas mudanças físicas, biológicas, psicológicas; variáveis sobre o grupo social de pertencimento.

Martins (2002) corrobora com tal pensamento, para abordar a questão da juventude, é necessário considerar a diversidade econômica, social e cultural que a categoria encobre. Sobretudo porque na sociedade capitalista, os jovens estão submetidos ao consumo massificado, que padroniza seus comportamentos e cria certa homogeneização e cultura juvenil, mesmo nessas sociedades é preciso reconhecer as diferenças entre os jovens.

---

<sup>16</sup>“Os termos adolescente e jovem, tomados como sinônimos trazem diferenças marcadas nos campos disciplinares nos quais se originaram. O conceito de adolescência, enquanto fase da vida distinta da infância e da idade adulta, que se inicia com a puberdade, foi criado no limiar do século XX a partir, principalmente, da psicologia. O conceito jovem, que em muitos aspectos iguala-se ao conceito de adolescência, remete-se ao campo da sociologia. Groppo *apud* Sandrini (2009) ao tratar dessa questão afirma que adolescência diz respeito ao processo ocorrido no indivíduo e juventude abrange as funções sociais. Acrescenta ainda que o conceito puberdade refere-se ao âmbito corporal e é originado nas ciências médicas” (SANDRINI, 2009 p. 75).

Acredito também que temos de pensar nesta grande diversidade entre os jovens, seja com relação ao trabalho, seja com relação à escola e ao lazer. Muitas vezes se pensa que o jovem não gosta de trabalhar por que fica empregado um tempo e depois passa um período sem trabalhar. Ou que prefere viver com seu grupo, com sua tribo, dedicado a uma atividade mais prazerosa, em vez de trabalhar e ser mal remunerado ou de estudar. Concordo, também, que as manifestações dos jovens se dão das mais diversas maneiras, sendo próprio deles gostar de viver em turmas, em grupo e isso é fundamental para a sociabilidade deles (MARTINS, 2002, p. 38).

O conceito de juventude reflete também as mudanças societárias que estão em curso, modificando e produzindo outros conceitos e ampliando suas fronteiras. Alguns preferem definir o fim da juventude quando o indivíduo tem condições de sobreviver e de construir família, alguns diriam o começo do mundo adulto. Entretanto, a própria história está modificando esse conceito, porque os jovens terminam o curso médio ou ensino superior e, muitos deles, continuam vivendo na casa dos pais, ou seja, o período da juventude se ampliou. [...] “Portanto, os conceitos mudam, e a própria sociedade está engendrando um novo modelo familiar, uma nova cultura [...] o fato é que as pessoas estão criando novas formas de sobrevivência, novas formas de cidadania”. (MARTINS, 2002, p. 37).

Sobre essas mudanças, Kehl (2004, *apud* Caliari; Siqueira, 2010) afirma que hoje é muito difícil precisar o que é o jovem, o que é a juventude. Para a autora o conceito de juventude é bem elástico que pode ir dos 18 aos 40 anos. Há hoje, para a autora, um prestígio social da juventude, “uma fatia do mercado onde todos querem se incluir”. Isto coincide com a modernidade e a industrialização. “A economia capitalista transformou o jovem em cidadão porque virou consumidor em potencial. Ser jovem virou slogan, virou clichê publicitário, virou imperativo categórico”. Esta transformação do adolescente em fatia privilegiada do mercado consumidor inaugurado nos Estados Unidos foi difundida por todos os demais países capitalistas, porém apresentou benefícios e muitas contradições. Bem como, a associação entre juventude e consumo favoreceu o florescimento de uma cultura altamente hedonista. O adolescente tem sido modelado enquanto símbolo da beleza, liberdade e sensualidade.

Nesse mesmo viés de análise, a leitura sociológica de Margulis e Urresti (2000) pressupõe que a diferenciação social, as diferentes classes e segmentos sociais configuram diferentes juventudes. Estes autores caracterizam a juventude a

partir de dois fatores: a *moratória social* e a *moratória vital*. A primeira é entendida como um período permitido ao jovem para vivenciar a sua juventude sem assumir os mesmos compromissos que os adultos. É um privilégio para certos jovens, pois ter a possibilidade de retardar o momento de assumir de forma plena as responsabilidades econômicas e familiares não é uma possibilidade para todas as classes sociais.

A moratória social alude ao que, com a modernidade, grupos crescentes, que pertencem comumente a setores sociais médios e altos, posterga a idade do casamento e da procriação para que durante um período cada vez mais prolongado, tenham a oportunidade de estudar e de avançar a sua capacitação em instituições de ensino [...] (MARGULIS E URRESTI, 2000 p. 5).

No entanto, muitos jovens são impelidos a trabalhar desde a infância ou adolescência, muitas vezes abandonando a escola para contribuírem para a renda familiar. Sendo assim, o tempo livre, que se caracterizaria para as classes médias e para a elite em uma moratória social, traduzir-se-ia para aqueles oriundos das classes populares em um sentimento de frustração, de impotência, de culpabilização, podendo conduzi-los a outras formas de satisfazer suas necessidades, como por exemplo, o envolvimento com os atos infracionais. Uma vez que o conceito de moratória social não contempla todos os jovens, aponta-se o segundo fator denominado como *moratória vital*. Segundo estes autores, a moratória vital diz respeito ao aspecto energético do corpo próprio da juventude. Essa moratória é comum a todos os sujeitos juvenis<sup>17</sup> e se identifica com a sensação de imortalidade.

Ao longo da história, as transformações sobre o conceito de juventude não foram lineares. Corrobora-se a ideia de que o conceito de juventude traz em si uma concepção de transitoriedade, e de que não há uma pertença definitiva dos indivíduos a grupos etários e sim uma passagem por eles. Levi e Schmitt (1996, p. 9) assinalam que este conceito não é nem progressivo nem universal.

---

<sup>17</sup>Os mesmos autores distinguem a juventude da jovialidade, ou seja, do jovem com o juvenil. Isso significa que é possível ser juvenil sem ser jovem. Por outro lado, não é verdadeiro que para ser jovem a ostentação dos ditos signos da juventude (juvenilização) deva estar presente. Daí a importância do acréscimo da ideia de moratória vital, pois instaura um menor espaço de irreversibilidade para os caminhos escolhidos, potencializando-se as possibilidades de entrega ao “hoje” pelos jovens, pois a impressão de ser ter ainda muito tempo pela frente torna-se vívida e pulsante.

Numa sociedade "fria" ou estruturalmente estática, determinados processos jurídicos e simbólicos tenderão a sublinhar predominantemente os elementos de continuidade e de reprodução dos papéis atribuídos à juventude. Por outro lado, uma sociedade mais 'quente', mais predisposta a reconhecer o valor da mudança, será levada a admitir com maior facilidade o caráter necessariamente conflitante da transição de uma idade para a outra e da transmissão do conjunto de prescrições entre as gerações.

Feitos algumas reflexões e aproximações com o que se entende por adolescência e juventude, pretende-se no item seguinte abordar o adolescente na condição de autor de ato infracional, bem como, apresentar alguns dados estatísticos sobre o adolescente em conflito com a lei no Brasil.

### **1.2.2 A prática do ato infracional: alguns dados ilustrativos**

Conforme apresentado no item anterior, o adolescente e o jovem são indivíduos vivendo sempre uma condição de vida, de trabalho, de classe, de linguagem, de cultura, etc. A adolescência é uma condição transitória que oscila entre dois extremos: de um lado a autonomia superior o que dá a percepção de ser capaz de resolver os problemas individuais e de enfrentar os desafios sociais. Por outro lado, manifesta a angústia de não poder levar adiante todas essas ambições, por diversos motivos, pelos limites impostos pela família quanto pela sociedade. (SOUSA, 1999), uma vez que o hiato entre direitos civis, sociais e econômicos permanece acentuado. O aprofundamento das desigualdades sociais persiste sendo um dos grandes desafios à preservação e respeito dos direitos humanos para a grande maioria da população (ADORNO, 2002).

Diante disso, os atos infracionais praticados pelos adolescentes transformam-se em verdadeiras estratégias, na tentativa de conquistar o que lhes é negado. Ou seja, muitos adolescentes e jovens irão reagir criativamente perante essa realidade que tenta inclui-lo marginalmente, precariamente ou perversamente, em tramas que são próprias da sociedade capitalista (MARQUES, 2005). As opiniões sobre o cometimento de ato infracional são diversas, em entrevista realizada por Segalin (2008, p.152, grifo nosso) com um promotor de justiça, a fala do mesmo interpreta o ato infracional como uma atitude contestadora do adolescente:

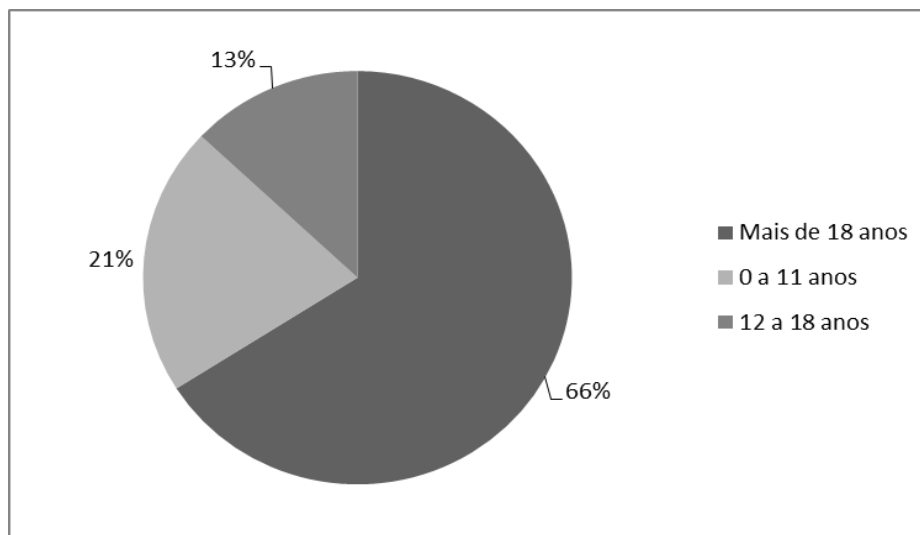
[...] às vezes pode ter uma excelente família, não utilizar qualquer tipo de entorpecente, viver muito bem numa comunidade totalmente harmoniosa, respeitosa, e mesmo assim não impede totalmente o adolescente de praticar o ato infracional. Por quê? **É inerente do ser humano**, são normais nessa fase da adolescência ele questionar, e fazer alguma coisa errada. Assim como cresce um pelo pubiano nesta fase da vida, o adolescente é conduzido muitas vezes inconscientemente a fazer alguma coisa, a transgredir alguma norma. É normal, todos os adolescentes fazerem alguma coisa errada, que poderia ser tipificado como um ato infracional. Todos. Sem exceção. Não teve nenhum adolescente que nunca ofendeu uma terceira pessoa, que nunca se envolveu numa briga, que nunca cometeu um pequeno furto, que nunca dirigiu sem habilitação, subtraindo o carro do pai. Não existe, Por quê? É uma questão física, é uma questão psicológica. Então, vai acontecer. Alguns fatores podem influenciar, mas mesmo que esses fatores não estejam presentes. Mesmo assim, podem acontecer atos infracionais em razão desta circunstância.

Esta compreensão corrobora com a perspectiva de Santos (2002, p.122) o comportamento do adolescente quando se envolve com o ato infracional é um fenômeno social normal (com exceção da grave violência pessoal, patrimonial e sexual), que desaparece com o amadurecimento do adolescente. “[...] infrações de bagatela e de conflito do adolescente seriam expressão de comportamento experimental e transitório dentro de um mundo múltiplo e complexo [...]”.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD de 2007 a população absoluta do Brasil corresponde, aproximadamente, a 190 milhões de pessoas. A população de crianças de 0 a 11 anos de idade representa 21% desse total, em número absolutos, em média, corresponde a 38.653.503 nessa faixa etária. Com relação aos adolescentes entre 12 e 18 anos de idade soma, em média, 24.461.666, enquanto as pessoas com mais de 18 anos totalizam aproximadamente 121.273.451. No gráfico abaixo se observa melhor essa distribuição da população brasileira.

**Gráfico 3:** População de crianças até 11 anos e adolescentes de 12 a 18 anos em relação ao total no Brasil – 2005

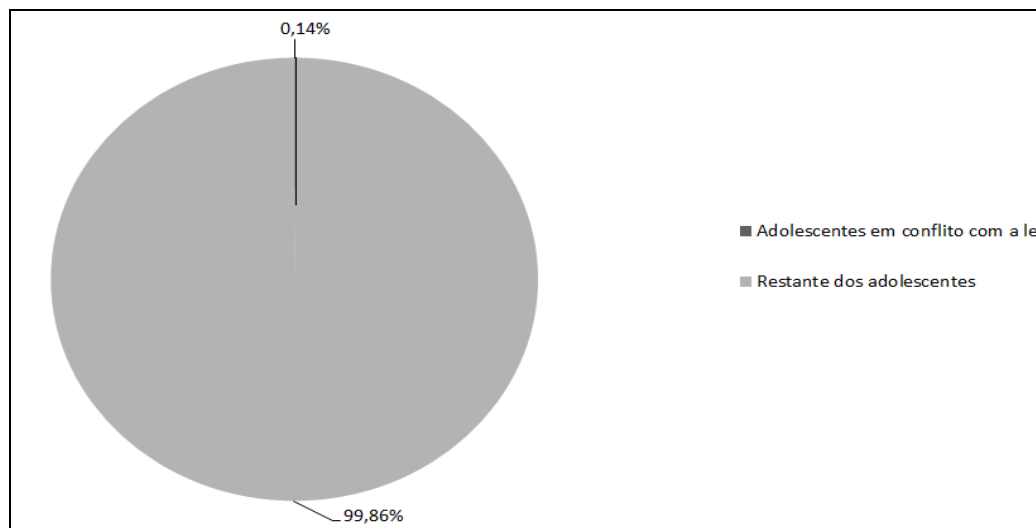




**Fonte:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística / Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, 2005. (ILHA, 2009).

A partir da PNAD de 2005/2006 do número total de adolescentes no Brasil (24.461.666), 0,1425% representa a população de adolescentes em conflito com a lei. Tal porcentagem, em números absolutos, significa 34.870 adolescentes autores de atos infracionais cumprindo algum tipo de medida socioeducativa em todo o Brasil.

**Gráfico 4:** Comparação entre população total de adolescentes entre 12 e 18 anos, e aqueles em conflito com a lei



**Fonte:** IBGE - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2005 -2006. (ILHA, 2009).

A definição de adolescente autor de ato infracional, designa o que muitos juristas, profissionais e a população em geral chamam de “adolescente infrator” ou “menor infrator”, contudo é importante se aperceber que o adolescente que comete ato infracional não é o mesmo que adolescente infrator, pois isto implica que a ação de um momento o rotularia para o resto da vida, conforme teoria do etiquetamento<sup>18</sup> (VERONESE, 2006). Além disso, essa dinâmica aponta para o fortalecimento das representações sociais difundidas pelos meios de comunicação, por vezes, difundindo estigmas e estereótipos relacionados aos adolescentes pobres<sup>19</sup>. Passetti (1987) descreve uma fábula que retrata o seguinte: um cartaz, colado na parede de um ônibus, dividido em duas partes do lado direito ficava um menino arrumado, vestindo camisa branca, gravata borboleta, revelando ser um menino estudioso e de “boa família”. No lado esquerdo havia um menino com um revólver na mão, calça larga, considerado um “vagabundo”. Antecipando as discussões da terceira seção o cartaz apresenta claramente que somos classificados e estereotipados pela sociedade.

<sup>18</sup> A Teoria do Etiquetamento será abordada na terceira seção deste trabalho.

<sup>19</sup> Assunto mais bem explanado nas seções subseqüentes deste trabalho.

Santos (2002, p. 119) aprofunda a discussão sobre o conceito de adolescente e menor infrator indica que a qualidade do sujeito como traço ou característica pessoal diferencia adolescentes desviantes de adolescentes comuns. Segundo estudo deste mesmo autor, a infração não é função de adolescente infrator, mas comportamento normal do adolescente, principalmente, no caso da juventude brasileira, que vive em condições adversas em que, muitas vezes, o comportamento antissocial normal pode ser necessário. A qualidade de infrator não constitui propriedade intrínseca de adolescentes específicos, mas rótulo atribuído pelo sistema de controle social a determinados adolescentes (como veremos mais adiante). A posição social desfavorecida do adolescente que pratica uma infração é decisiva para sua criminalização. A seleção desigual de adolescentes no processo de criminalização pode ser explicada pela ação psíquica de estereótipos e preconceitos atribuídos. A “prisionalização” do adolescente rotulado como infrator produz reincidência e, no curso do tempo, carreiras criminosas<sup>20</sup>.

Quando o adolescente comete um crime ou contravenção penal, definido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente como ato infracional (art. 103), a autoridade competente poderá aplicar algumas medidas, chamadas medidas socioeducativas<sup>21</sup> (art. 112) lembrando que tais medidas podem ser aplicadas cumulativamente com as medidas protetivas (art.113). Portanto, os adolescentes são responsabilizados estatutariamente<sup>22</sup>, visto que são considerados inimputáveis, ou seja, seu comportamento não diz respeito ao Direito Penal, mas ao Estatuto da Criança e do Adolescente. O maior objetivo das medidas socioeducativas é educar, responsabilizar, ao contrário do Direito Penal que objetiva punir, fazer o acusado “pagar” em forma de pena os atos cometidos (VERONESE, 2001).

Além das normas legais - Constituição Federal Brasileira e do Estatuto da Criança e do Adolescente - a política socioeducativa deve se ater às orientações do Sistema Nacional Socioeducativo – SINASE<sup>23</sup>. Objetiva o desenvolvimento de uma

---

<sup>20</sup> Essas questões serão mais bem discutidas na segunda e terceira seção deste trabalho.

<sup>21</sup> As medidas empregadas pelas autoridades quando verificada a prática do ato infracional são descritas no Estatuto em seu art.112: I – Advertência; II – Obrigação de reparar o dano; III – Prestação de serviço à Comunidade; IV – Liberdade Assistida; V – Inserção em regime de semiliberdade; VI – Internação em estabelecimento educacional; VII- Qualquer uma das previstas no art. 101, I a VI.

<sup>22</sup> Lembrando que de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente a criança (0 à 12 anos de idade incompletos – art. 2º) também pode cometer ato infracional, entretanto a criança apenas pode receber as Medidas de Proteção (art. 101).

<sup>23</sup> O Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE constitui-se um guia para a implementação das medidas socioeducativas. Este documento foi criado recentemente, em 2004,

ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos. Defende ainda, a ideia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, principalmente em bases éticas e pedagógicas (SINASE, 2006). Segalin (2008, p.69) esclarece que:

O objetivo do Sinase é o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos Direitos Humanos, propondo o alinhamento conceitual, estratégico e operacional do atendimento socioeducativo, estruturado em bases éticas e pedagógicas, transformando a problemática realidade atual em oportunidade de mudança para o adolescente. Destinado a reordenar o atendimento ao adolescente em conflito com a lei, o Sinase estabelece um conjunto de princípios, regras e critérios, de natureza jurídica, política, pedagógica, financeira e administrativa, que envolve desde o processo de apuração do ato infracional até a execução da medida socioeducativa, integrando uma ação proativa dos três níveis de governo, bem como a articulação das políticas, planos e programas para o atendimento às necessidades do adolescente autor de ato infracional.

A política socioeducativa, deve ainda, acatar os princípios da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança – art. 40, as Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Infância e da Juventude (Regras de Beijing – Regra 7), as Regras mínimas das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade (Regra 2) (VOLPI, 1997).

De acordo com o levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao adolescente em conflito com a lei realizado em 2009 pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente (SNPDCA) produziu informações quantitativas atualizadas sobre a execução da internação provisória e das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade existentes no país. O levantamento de 2009 coletou informações sobre o número de adolescentes do sexo masculino e feminino, **selecionados**<sup>24</sup>, em cumprimento das medidas socioeducativas de internação e semiliberdade, bem como dos adolescentes em situação de internação provisória.

---

pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos – SEDH, por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente – SPDCA, em conjunto com o CONANDA e com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF.

<sup>24</sup> Na terceira seção, com o auxílio da criminologia crítica, problematizamos que as estatísticas criminais apresentados pelos órgãos públicos como sendo o mapa verdadeiro da criminalidade, são, nada mais, dados sobre os sujeitos pré-selecionados pela sociedade para receberem o rótulo de criminoso.

**Tabela 1:** Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei

ESTADO	MEDIDAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE											
	A) INTERNAÇÃO			B) INTERN PROVISÓRIA			C) SEMILIBERDADE			A+B+C	D) OUTRAS	TOTAL GERAL A+B+C+D
	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	TOTAL	TOTAL	
MG	735	29	764	211	11	222	144	10	154	1.140	32	1.172
RJ	293	10	303	167	15	182	139	9	148	633	0	633
SP	4.567	202	4.769	913	44	957	472	28	500	6.226	280	6.506
ES	317	7	324	95	13	108	11	0	11	443	65	508
SUDESTE	5.912	248	6.160	1.386	83	1.469	766	47	813	8.442	377	8.819
RN	134	11	145	34	1	35	19	0	19	199	0	199
AL	79	8	87	26	0	26	16	0	16	129	0	129
SE	72	1	73	43	1	44	19	3	22	139	93	232
PI	47	1	48	31	2	33	15	0	15	96	34	130
PE	965	37	1.002	303	27	330	130	9	139	1.471	176	1.647
PB	214	9	223	16	0	16	8	0	8	247	0	247
MA	45	1	46	34	3	37	19	0	19	102	7	109
CE	600	15	615	237	10	247	73	8	81	943	42	985
BA	182	6	188	108	6	114	7	0	7	309	1	310
NORDESTE	2.338	89	2.427	832	50	882	306	20	326	3.635	353	3.988
GO	142	5	147	107	1	108	9	0	9	264	24	288
MS	138	11	149	46	0	46	10	0	10	205	0	205
MT	181	6	187	41	5	46	0	0	0	233	0	233
DF	372	11	383	139	4	143	73	0	73	599	10	609
C.-OESTE	833	33	866	333	10	343	92	0	92	1.301	34	1.335
PR	670	31	701	186	15	201	57	9	66	968	0	968
RS	824	23	847	111	9	120	42	0	42	1.009	28	1.037
SC*	160	4	164	213	10	223	100	11	111	498	109	607
SUL	1.654	58	1.712	510	34	544	199	20	219	2.475	137	2.612
AP	50	1	51	39	0	39	12	1	13	103	0	103
PA	123	8	131	73	4	77	38	2	40	248	4	252
TO	51	0	51	9	0	9	21	1	22	82	0	82
AC	225	4	229	51	5	56	22	0	22	307	0	307
AM	65	0	65	17	1	18	10	1	11	94	0	94
RO	189	6	195	13	6	19	1	0	1	215	0	215
RR	14	0	14	15	0	15	9	0	9	38	11	49
NORTE	717	19	736	217	16	233	113	5	118	1.087	15	1.102
	11.454	447	11.901	3.278	193	3.471	1.476	92	1.568	16.940	916	17.856

\*Santa Catarina considerou como "Outras Situações" adolescentes em permanência em "Clínicas Socioterapêuticas"

**Fonte:** Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. (SNPDCA, 2009).

A tabela 01 demonstra que em 2009, no Brasil, o número total de adolescentes incluídos nas medidas de internação, semiliberdade e na condição de internação provisória perfaz um quantitativo de **16.940** adolescentes, sendo 11.901

na internação, seguidos de **3.471** na internação provisória e de **1.568** em cumprimento de semiliberdade, de ambos os sexos.

A fim de sintetizar algumas das informações mais relevantes da tabela 01 apresenta-se a tabela 02, contendo apenas os valores totais de cada medida socioeducativa (MSE) privativa de liberdade, tornando-se visível que a MSE de internação é a mais aplicada pelos juizados dos estados brasileiros.

**Tabela 2:** Síntese de alguns dados sobre as Medidas privativas de liberdade

ESTADO	INTERNAÇÃO MASC. E FEM.	INT. PROVISÓRIA MASC. E FEM.	SEMILIBERDADE MASC. E FEM.	TOTAL
<b>Sudeste</b>	6.160	1.469	813	8.442
<b>Nordeste</b>	2.427	882	326	3.635
<b>Centro Oeste</b>	866	343	92	1.301
<b>Sul</b>	1.712	544	219	2.475
<b>Norte</b>	736	233	118	1.087
<b>TOTAL</b>	<b>11.901</b>	<b>3.471</b>	<b>1.568</b>	<b>16.940</b>

**Fonte:** MORAES, Josiane (2010).

A internação constitui a mais severa das medidas designadas no Estatuto. O artigo 121 do Estatuto prevê que a medida privativa de liberdade, cumprida em Centro Educacional, deve estar sujeita aos princípios de brevidade (enquanto limite cronológico) de excepcionalidade (enquanto limite lógico no processo decisório acerca de sua aplicação) bem como, respeitar a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento (enquanto limite ontológico). Santos (2002, p. 126) faz uma contribuição muito pertinente com relação tempo máximo da medida socioeducativa de internação:

[...] para quem acha que **três anos** de internação não é muito, convém lembrar a diferente dimensão subjetiva do tempo para crianças/adolescentes em relação a adultos/idosos, que transforma o limite de três anos em algo próximo da eternidade [...]. (grifos do autor)

Portanto, mesmo que a medida socioeducativa de internação não seja pré-definida pelo juiz, a mesma pode se estender até, no máximo, três anos, tempo demasiado para um adolescente em condição de pessoa em desenvolvimento.

Segundo Oliveira (1996, p. 233) o estabelecimento fechado, de regime totalitário, aprisionaliza a mentalidade de todos os seus ocupantes: adolescentes, monitores, equipe técnica gerência, mantendo-os sob constante tensão e desconfiança. Santos (2002) considera que a sanção privativa de liberdade para o adolescente tem eficácia invertida, produzindo estigmatização, prisionalização e maior criminalidade, e estão em contradição com o conhecimento científico e com o princípio constitucional de dignidade da pessoa humana. O adolescente é rotulado como “delinquente” e deve incorporar as regras institucionais, ou seja, passa a carregar um estigma, que segundo Goffman (1988, p.11) significa:

Marca ou impressão, desde os gregos emprega-se como indicativo de uma degenerescência: os estigmas do mal, da loucura, da doença. Na antiguidade clássica, através do estigma, procurava-se tornar visível qualquer coisa de extraordinário, mau, sobre o status de quem o apresentasse. O estigma “avisava” a existência de um escravo, de um criminoso, de uma pessoa contato deveria ser evitado.

Inclusive uma das regras imposta por algumas instituições causa marcas profundas no adolescente, por exemplo, a forma de tratamento utilizada pelos (as) adolescentes<sup>25</sup>. Os adolescentes se dirigem aos profissionais da instituição utilizando o pronome de tratamento *seu* e *dona* antes dos nomes próprios de cada profissional. Esta forma de tratamento é explicitada pelo adolescente desde a apreensão pela polícia, algo construído historicamente transformado em uma relação de subserviência, de relação de poder entre o interno e os monitores, gerência ou equipe técnica.<sup>26</sup> Esta regra subjetiva incorporada pelos Centros

---

<sup>25</sup> Informação observada a partir de Estágio curricular obrigatório em Serviço Social realizado em 2008 e 2009 pela acadêmica Josiane Moraes. O local de realização do estágio foi o Centro de Internação Feminino (Florianópolis) - instituição de caráter público, vinculada à Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão de Santa Catarina, tem por objetivo atender adolescentes meninas autoras de atos infracionais graves para cumprimento de medida socioeducativa de internação (art. 112, inciso VI - ECA).

<sup>26</sup> Durante o estágio pude observar que as monitoras da instituição exigem das adolescentes que usem esse pronome de tratamento, do contrário ganharão medida disciplinar. As medidas disciplinares discriminadas no Regimento Interno da do Centro de Internação Feminino eram aplicadas conforme a gravidade da indisciplina. As medidas são: Advertência verbal; Reparação do dano; e Permanência no quarto.

Educacionais<sup>27</sup> é internalizada fortemente pelos adolescentes, que ao sair da instituição continuarão a utilizá-las de forma a marcar sua passagem pelo Centro Educacional como “adolescente infrator”.

Retomando Goffman (1987) explica que a disposição básica da sociedade moderna é que o indivíduo tende a dormir, brincar e trabalhar em diferentes lugares, com diferentes coparticipantes, sob as diferentes autoridades, sem um plano racional geral. Já, nas instituições totais ocorre uma ruptura dessas três esferas. Ou seja, todos os aspectos da vida passam a ser realizados no mesmo local e sob uma única autoridade. Todos serão tratados da mesma forma, as atividades diárias serão rigorosamente estabelecidas e controladas por um sistema de regras imposto de cima para baixo. O autor centra-se, essencialmente, no caráter de fechamento destas instituições, criando-se, dessa forma, uma barreira entre interior e exterior. Na passagem de uma vida no exterior para uma vida de confinamento espacial e social, o indivíduo passa por processos de modificação, ou seja, inicia-se um processo de mortificação do eu inicial do sujeito, pelas concessões de adaptação às novas regras institucionais. O indivíduo é jogado entre a sua personalidade real e a personalidade que para si se produz, não só pela equipe dirigente como por toda a sociedade.

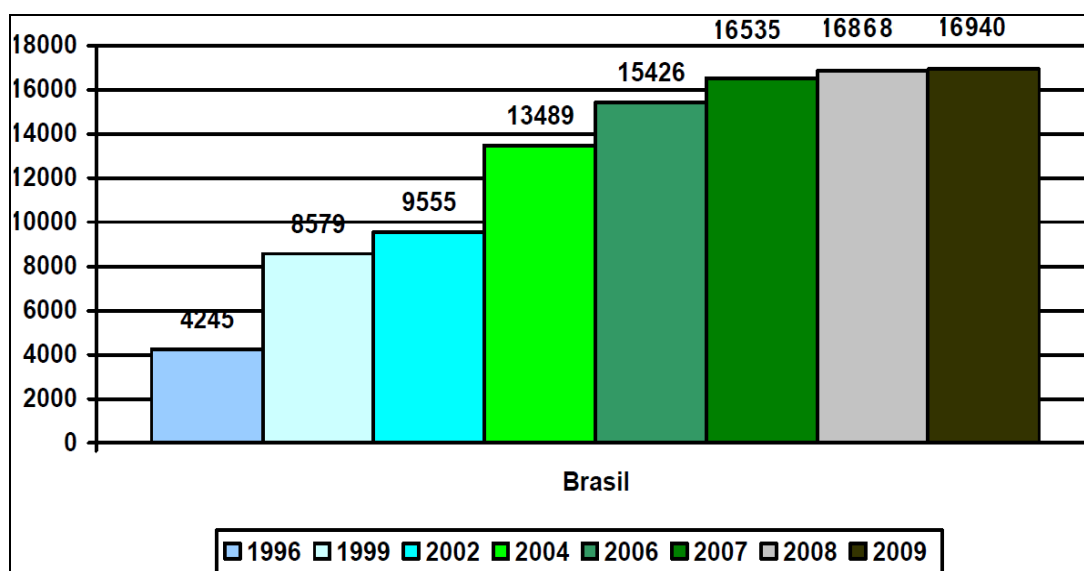
Exatamente neste mundo descrito por Goffman, que os 16.940 adolescentes selecionados para cumprirem medidas socioeducativas restritivas ou privativa de liberdade estão submetidos, cujo contato com o mundo existente fora dos muros da instituição é restrito ou então vedado. Junto a essas características Gadelha (1998, p. 30-31) acrescenta dizendo que as atuações de profissionais vinculados a instituições totais revelam por via indireta e por linhas gerais, uma prática caracterizada pela concepção assistencialista, disciplinadora, heterônoma e burocrática (onde a reflexão e a ação encontram-se amiúde dissociadas), reprodutora das relações de dominação e mantenedora da ordem instituída. Uma prática que oprime e é crivada pela opressão dos dispositivos de poder que operam numa instituição total.

#### **Gráfico 5:** Evolução das internações no sistema socioeducativo no Brasil

---

<sup>27</sup> Em visita (2008.1) ao Centro Educacional São Lucas localizado em Barreiros - São José / SC. Percebi a mesma forma de tratamento.





**Fonte:** Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. (SNPDCA, 2009).

É possível observar no gráfico 5 que a taxa de crescimento de internações de 2008 para 2009 foi de 0,43%. De acordo com a análise da SNPDCA houve uma constante redução na taxa de crescimento do número de internações, a partir de 2004. De 2006 a 2007 a redução foi de 7,18%, de 2007 a 2008 a redução foi de 2,01% e conforme já apresentado de 2008 a 2009 a redução foi de 0,43%. Nesse sentido, a análise da taxa de crescimento no triênio 1996-1999 indicou um percentual 102,09%, enquanto que no último triênio (2007 a 2009) a taxa de crescimento foi de 2,44%.

De fato, ocorreram reduções quando comparados um ano ao outro, entretanto ao observar o gráfico, de maneira geral, a primeira conclusão é o aumento das internações no sistema socioeducativo brasileiro. Considerando que recursos humanos e financeiros destinados aos centros educacionais são escassos e somados à ausência de propostas pedagógicas e estratégias de ação, até mesmo um singelo aumento apresentará grandes impactos ao sistema socioeducativo. As medidas privativas de liberdade igualam-se a prisão com todo seu sistema de ilegalidades e de aprendizagem das regras como culto à violência e cinismo (SANTOS, 2002; PASSETTI, 1995). “Ressocializar”, “reeducar”, “recuperar” são objetivos aparentes, os quais encobrem com sua negação os verdadeiros objetivos da sociedade incorporados pela instituição, ou seja, manter sob o controle essa parcela da população “delinquente” (BATISTA, 2003 p. 125).

**Tabela 3:** Comparativo das medidas socioeducativas privativas de liberdade entre os anos de 2007, 2008 e 2009

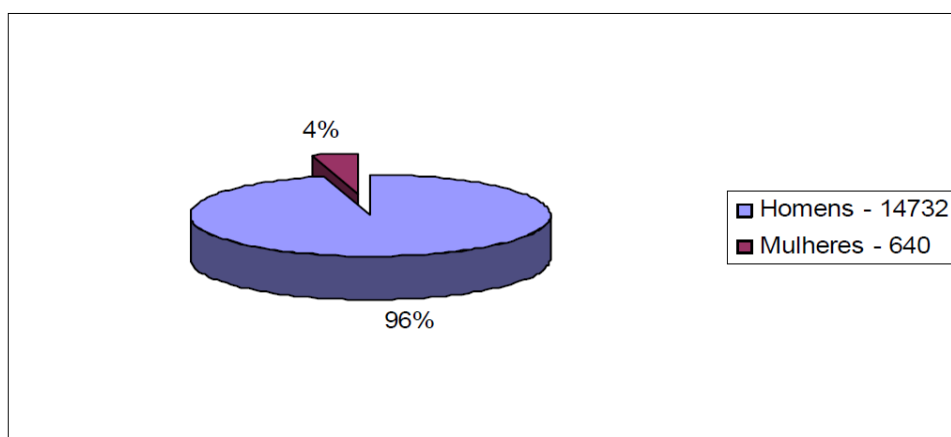
ESTADO	INTERNAÇÃO			INTERNAÇÃO PROVISÓRIA			SEMILIBERDADE			TOTAL		
	2.007	2008	2.009	2.007	2008	2.009	2.007	2008	2.009	2.007	2008	2009
MG	618	634	764	231	265	222	69	82	154	918	981	1140
RJ	510	664	303	252	196	182	272	247	148	1.034	1.107	633
SP	4.538	4.328	4769	995	1.011	957	215	422	500	5.748	5.761	6226
ES	320	366	324	188	178	108	0	3	11	508	547	443
RN	155	81	145	36	33	35	36	38	19	227	152	199
AL	59	48	87	22	21	26	12	11	16	93	80	129
SE	73	68	73	56	36	44	13	34	22	142	138	139
PI	34	41	48	60	48	33	5	12	15	99	101	96
PE	894	1.027	1002	307	266	330	100	90	139	1.301	1.383	1471
PB	228	243	223	88	50	16	3	3	8	319	296	247
MA	58	55	46	49	39	37	25	18	19	132	112	102
CE	588	584	615	189	168	247	129	94	81	906	846	943
BA	136	165	188	156	123	114	16	2	7	308	290	309
GO	238	108	147	54	54	108	12	7	9	304	169	264
MS	218	219	149	41	46	46	13	53	10	272	318	205
MT	158	167	187	27	35	46	0	0	0	185	202	233
DF	357	388	383	168	200	143	59	59	73	584	647	599
PR	570	636	701	227	259	201	35	44	66	832	939	968
RS	923	880	847	217	191	120	21	33	42	1.161	1.104	1009
SC	115	181	164	156	205	223	59	89	111	330	475	498
AP	38	34	51	42	33	39	10	11	13	90	78	103
PA	273	278	131	109	92	77	51	30	40	433	400	248
TO	18	29	51	32	11	9	14	15	22	64	55	82
AC	155	182	229	98	95	56	28	12	22	281	289	307
AM	52	61	65	11	26	18	12	3	11	75	90	94
RO	99	251	195	32	27	19	0	2	1	131	280	215
RR	18	16	14	9	7	15	5	5	9	32	28	38
BR	11.443	11.734	11.901	3.852	3.715	3.471	1.214	1.419	1568	16.509	16.868	16.940

Fonte: Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. (SNPDCA, 2009).

A tabela 03 permite observar o comparativo entre os anos de 2007, 2008 e 2009, acerca do quantitativo de adolescentes em cada uma das situações de privação de liberdade: internação, internação provisória e semiliberdade. Nos últimos três anos, tem se observado que as medidas socioeducativas restritivas e

privativas de liberdade foram aplicadas com maior frequência. Além de observar quantitativamente se faz necessário observar qualitativamente a aplicação das medidas, pois um sistema socioeducativo ineficiente significa a continuidade do jovem em ações violentas e a consequente perda de suas vidas em decorrência também da estigmatização provocada pela passagem no sistema socioeducativo.

**Gráfico 6:** Comparativo entre o sexo masculino e feminino cumprindo medida socioeducativa em meio fechado



**Fonte:** Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente. (SNPDCA, 2009).

O gráfico 6 aponta a enorme prevalência de adolescentes do sexo masculino (96%) em situação de privação de liberdade comparada com o sexo feminino (4%), ou seja, no Brasil, o mundo das internações é predominantemente masculino<sup>28</sup>.

Conforme o artigo 123 parágrafo único do Estatuto, durante o período de internação em Centro Educacional, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas. Em conformidade com o artigo 94, inciso XI, a instituição privativa de liberdade tem o dever de propiciar atividades de lazer, culturais e esportivas aos internos (as). Além do Estatuto, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (CONANDA, 2006 p. 23) vêm reafirmar a importância da característica socioeducativa da medida. Por outro lado, Santos (2002, p. 126) elucida que a internação produz efeitos danosos, tais como:

<sup>28</sup> Sem querer concluir ou generalizar, apenas mencionar que no decorrer dos atendimentos individuais realizados às adolescentes no Centro de Internação Feminino – Florianópolis, durante o estágio curricular em Serviço Social, foi possível observar que grande parte das adolescentes se envolvem no ato infracional porque estavam acompanhando o namorado, também envolvido com atos infracionais.

O isolamento produz nervosismo, insônia, consciência de culpa e sentimentos de impotência, que se manifestam na agressividade de jovens envolvidos numa atmosfera de angústia e ódio; o primado da segurança reduz contatos com a sociedade e transforma o trabalho interno em experiência despersonalizante, sem relação com a realidade externa; intenções pedagógicas ou terapêuticas naufragam pela simultaneidade das exigências da privação de liberdade e pelas próprias condições da comunidade dos internos, baseada nos princípios da força e da superioridade, onde predomina o jogo clandestino, o mercado negro, as intrigas e as lutas por poder, vantagens e privilégios [...].

Finalmente, após a explanação acerca do contexto político, social e econômico brasileiro a fim de perceber sobre qual sociedade contemporânea os adolescentes autores de ato infracional são partícipes, assim como, das aproximações do conceito das categorias adolescência e juventude e uma sucinta ilustração numérica sobre as medidas socioeducativas privativas e restritivas de liberdade dos estados brasileiros, prepara-se o “terreno” para a discussão da segunda seção, cujo objetivo é abordar o discurso produzido pelas escolas criminológicas ou penais (Clássica, Positiva e Neoclássica) que de maneira objetiva ou subjetiva provocaram reflexos na ideologia das legislações para a infância e juventude no Brasil, com destaque à política para o adolescente em conflito com a lei.

## 2. AS ESCOLAS CRIMINOLÓGICAS, AS LEGISLAÇÕES E AS POLÍTICAS SOCIAIS PARA OS ADOLESCENTES

A partir da segunda metade do século XIX, o pensamento social no Brasil incorpora, em grande parte um conjunto de ideias científicas importadas, sobretudo da Europa. A doutrina do positivismo<sup>29</sup> recebeu maior atenção por parte de historiadores e cientistas sociais que se voltaram para a história intelectual brasileira do período, assim como muitas outras correntes teóricas, como, por exemplo, as diferentes versões do evolucionismo, do materialismo, das teorias raciais, entre outras, que se fizeram igualmente presentes e marcou de modo significativo o debate intelectual acerca da sociedade brasileira (ALVAREZ, 2002).

Com o surgimento das “escolas criminológicas ou penais” as Ciências Criminais começaram a estruturar os estudos acerca do crime, do criminoso e da pena. A Escola Clássica, depois a Positiva, seguindo-se a Escola Técnico-jurídica. Dias e Andrade (1992 apud BISSOLI FILHO, 1997) destacam que a história da Criminologia é curta. O seu aparecimento enquanto ciência aparece há pouco mais de um século, sendo essa história enriquecida pela contínua sucessão, alternância ou confluência de métodos, técnicas e áreas de interesse, enfim, de escolas criminológicas.

O vocábulo criminologia origina-se do latim *crimino* que significa crime e do grego *locos*, que significa tratado ou estudo. Muitos autores definem a criminologia como ciência, porém há divergências quanto ao seu conceito sendo que ao longo do tempo surgiram classificações de criminologia como criminologia radical, clínica, científica, crítica, analítica, dialética, entre outras, assim o seu objeto será determinado de acordo com a criminologia a ser estudada (HABERMANN, 2010).

---

<sup>29</sup>Por concepção positivista de Ciência tem-se “por pressuposto uma visão de mundo como um conjunto de fatos causalmente determinados, incumbindo à Ciência descobrir as leis em que o determinismo se manifesta, a ideia geral de Ciência do positivismo é a de que os dados sensíveis da experiência, isto é, os fatos verificáveis (passíveis de observação, recolhimento e experimentação metódicos) constituem o princípio e o fim (o guia) da investigação científica. O que não é redutível a fato experimentalmente controlável não entra no sistema da Ciência. Esta é, para o positivismo, a única forma possível de conhecimento (princípio do cientificismo) (...) A ênfase do positivismo recai, desta forma, sobre os métodos e regras de constituição do conhecimento, independentemente do domínio da realidade a que se aplicam e dos sujeitos que o produzem. Neste ponto de partida, “o pensamento positivista revela-se como paradigmático o modelo das Ciências da Natureza como Ciências Exatas, sendo, nessa medida, o positivismo um naturalismo” (ANDRADE, 1997, p.29).

Santos (1979) afirma que a criminologia veio enraizada, na origem, a uma espécie de idealismo reeducador, ressocializador, terapêutico e protetor, como consequência da ideologia sociológica do controle social conservador. Este mesmo autor, em seu estudo traz algumas hipóteses que auxiliam na compreensão das teorias criminológicas, tais como: não existe uma ciência criminológica, mas várias teorias criminológicas distintas com objetos reais diversos e métodos diferentes de estudo desse sujeito; as várias teorias criminológicas se distinguem pelo conteúdo político ou significado social da sua teorização; a análise da teoria criminológica segundo o seu conteúdo político ou significação social introduz um critério de classificação que permite definir a teoria criminológica como ciência ideologicamente comprometida; a teoria criminológica faz parte da teoria social geral, portanto, está relacionada às questões de valor e aos conflitos de interesse da sociedade; a ligação da teoria criminológica com as questões de valor e conflitos de interesse não pode ser explicada em um nível definicional abstrato, mas, ao contrário, só podem ser explicadas ao nível concreto das relações sociais materiais, ou seja, nas sociedades divididas em relações de classe; não existe uma ciência criminológica geral, mas uma política social geral, que compreende uma política criminal específica.

O objeto histórico da teoria criminológica é o comportamento criminoso, mas o acesso ao problema real do comportamento criminoso pressupõe algumas abstrações que podem ser definidas a partir de diferentes pontos de vista, a partir:

a) das causas eficientes que o determinam, biológicas ou psicológicas (próprias do positivismo biológico), ou sociológicas ou ambientais (próprias do positivismo sociológico); b) das causas formais caracterizadas pelas definições legais de crime (originárias das teorias clássicas e radicalizadas pelo positivismo jurídico); c) das representações do sujeito desse comportamento, ao nível da experiência subjetiva como definida pelo próprio sujeito (desenvolvidas pelas teorias fenomenológicas e naturalistas); e) da natureza de classe da definição e repressão seletivas do comportamento criminoso, reveladas pela significação política ou conteúdo ideológico do controle social nas formações sociais divididas em classes (teorias radicais fundadas nas categorias do materialismo histórico). (SANTOS, 1979, p. 30).

Portanto, o estudo dessas correntes criminológicas é relevante para compreender o objeto real da teoria criminológica frente à existência de um tipo particular de sociedade, dominada pelo modo de produção capitalista e, assim

propor uma análise crítica acerca da legislação juvenil brasileira e a política orientada ao adolescente que comete ato infracional, designado pela maioria como adolescente infrator ou delinquente conforme explicitado na primeira seção. Sendo assim, é importante observar os pressupostos teóricos das escolas criminológicas e como estas influenciaram na construção da ciência criminal no Brasil, sobretudo na segunda metade do século XIX e na primeira metade do século XX com as tipologias do homem criminoso abordadas pela Escola Positiva (ALVAREZ, 2002). Além de esclarecer um momento importante da história intelectual, contribui-se igualmente para repensar as práticas criminalizantes que se fazem presentes no campo jurídico penal, sobretudo no campo socioeducativo que se refere aos adolescentes autores de ato infracional.

## **2.1 A Escola Clássica**

A Escola Clássica, segundo Andrade (1997), cobriu um período de cem anos, que foi de meados do século XVIII a meados do século XIX. Formou-se no período de decadência\transição da ordem feudal e do Estado absolutista para a ordem capitalista e o Estado de Direito Liberal na Europa, período em que a classe burguesa estabeleceu a ideologia do racionalismo que veio legitimar as relações de produção conforme expõe Santos (1979, p. 31):

As classes sociais que surgem no cenário histórico, produzidas pelo desenvolvimento das forças produtivas, romperam as relações feudais de propriedade que as entranhavam, e se estruturam sobre a propriedade privada dos meios de produção e dos produtos do processo de trabalho, valores de uso produzidos para a troca entre proprietários de mercadorias, relacionados no mercado.

Nesse período, o saber clássico e criminológico foi marcado por dois momentos: o filosófico e o jurídico. As obras “Dos delitos e das Penas” de Cesare Beccaria (1764) e “Programa do Curso de Direito Criminal” de Francesco Carrara (1859) foram as publicações mais completas e fiéis da culminação e desenvolvimento da Escola Clássica, bem como dos dois momentos.

Tal escola iniciou um movimento contra o sistema penal vigente, o qual admitia prática de torturas, pena de morte, prisões desumanas, banimentos,

acusações secretas e suplício do corpo<sup>30</sup>. Frente a este contexto, o movimento classista propôs a humanização das penas. Admitia que o delito fosse uma infração à lei, ao pacto social que estava na base do Estado e do direito. Sustentava que o crime era consequência da vontade livre e consciente do autor e a pena era o castigo justo pelo comportamento reprovável, voluntário e consciente. Além de Beccaria e Carrara a escola clássica contou também com Jeremy Bentham<sup>31</sup>, Rossi, Carmmignani, dentre outros. Beccaria lançou as bases do direito democrático e rompeu com os moldes inquisitórios do sistema penal anterior. Estabeleceu limites entre a justiça divina e a justiça humana, entre os pecados e os delitos; condenou o direito de vingança e tomou por base do direito de punir a utilidade social; declarou a pena de morte inútil e reclamou a proporcionalidade das penas aos delitos, assim como a separação do poder judiciário e do poder legislativo (BECCARIA, 1983).

[...] O fundamento do direito de punir reside no contrato social, ou seja, o homem devendo viver em sociedade, condição de sua existência, percebeu ser essencial que cada indivíduo sacrificasse parcela de sua liberdade ao domínio público, a fim de garantir sua segurança e tranquilidade à sociedade. Portanto, essa parcela de liberdade cedida ao domínio público é o que dá o direito de punir, porém deve ser proporcional e não tirânica. Afirmava que a pena deve intimidar e recuperar o delinquente, atingir mudanças subjetivas, do contrário os delitos se repetiriam (ibidem, p. 14).

O classicismo penal não se deteve na análise da pessoa do criminoso, porque nele não visualizou nenhuma anormalidade em relação aos demais homens. Ao contrário, partindo da premissa de que todos os homens, graças à sua racionalidade, são iguais perante a Lei e podem, por isto, atuar responsavelmente,

---

<sup>30</sup> Na Idade Média se utilizava o corpo do condenado como objeto da pena, esta passagem pode ser observada com detalhes no livro “Vigiar e Punir” de Foucault (1981) que apresenta a natureza política do poder de punir através do ritual público de dominação do terror. O objetivo da pena pública era mostrar para o restante da população o poder do soberano. Portanto, o processo medieval era inquisitorial e secreto, a partir de um interrogatório sob tortura para fazer o réu confessar o crime, porém, a execução da pena era pública, a fim de, por meio do medo, impor o controle à sociedade.

<sup>31</sup> Jeremy Bentham (1748-1832), filósofo e jurista inglês também ganhou destaque na Escola Clássica com a invenção do modelo do Panóptico (modelo de prisão). A orientação filosófica da obra citada de Beccaria apresentou duas dimensões críticas do antigo regime de justiça penal. Primeiro, ressaltou o obscurantismo das leis penais, a arbitrária e desigual aplicação das mesmas, as bárbaras penas e o processo penal inquisitivo, secreto e não garantidor da defesa do acusado. Segundo, permitiu a “formulação programática dos pressupostos do Direito Penal e Processual Penal no marco de uma concepção liberal do Estado e do Direito baseado nas teorias do contrato social, da divisão de poderes, da humanidade das penas e no princípio utilitarista da máxima felicidade para o maior número de pessoas”. (ANDRADE, 1997, p.49).



compreendendo o caráter benéfico do consenso implícito no contrato social, criminoso será quem, na posse do livre-arbítrio, viola livre e conscientemente a norma penal. A única diferença entre o criminoso e o que respeita a Lei é a diferença do fato (ANDRADE, 1997).

Andrade (ibidem, p.47) caracteriza a Escola Clássica a partir de sua unidade ideológica e metodológica, pelas suas promessas e postulados, bem como pela consideração do fato-crime no centro do classicismo. A *unidade ideológica* decorreu do empreendimento de uma vigorosa racionalização do poder punitivo contratualmente fundado, em nome da necessidade de garantir o indivíduo contra toda a intervenção estatal arbitrária. “Daí por que a denominação de “garantismo” seja talvez a que melhor espelhe o seu projeto racionalizador”. Por sua vez, a *unidade metodológica* projetou a concepção racionalista<sup>32</sup> de Ciência para o campo penal, orientada por uma concepção mecanicista do universo e pelo método racionalista, lógico-abstrato ou dedutivo de revelação de seu próprio objeto, a saber, a origem natural e predeterminada do Direito Penal. O fundamento de punir encontrou sua legitimidade em uma realidade preexistente, não como produto histórico, mas como em Beccaria, no contrato social, e em Carrara, na lei divina. “Dá-se a ligação entre teoria penal e sistema racional, sendo o Direito Penal concebido como um sistema dogmático, baseado sobre conceitos essencialmente racionalistas” (ANDRADE, 1997, p.48). A *promessa* efetuada de segurança jurídica, instaurou um regime estrito de legalidade (penal e processual penal) que buscava evitar toda a incerteza do poder punitivo e ao mesmo tempo em que promovesse a sua humanização e instrumentalização utilitária. Os *postulados fundamentais* referiam-se à *responsabilidade penal*, fundamentada na responsabilidade moral originária no livre-arbítrio; ao *crime*, tido como ente jurídico pelo fato de consistir na violação de um direito; ao *criminoso*, referenciado como aquele que, em posse do livre-arbítrio, viola livre e consciente a norma penal; à *pena*, baseada nas funções retributiva e utilitária, ou seja, como um justo e proporcional castigo da sociedade sobre o culpado por merecimento e preventiva pelo impedimento do aumento de crimes.

---

<sup>32</sup> Segundo esta concepção científica, a visão de mundo é tida como um sistema ordenado regido por leis universais e necessárias, que o homem é capaz de compreender. A Ciência é concebida, assim, como a adequação da razão subjetiva do homem à razão objetiva do universo. (BOBBIO, 1980 apud ANDRADE, 1997).

A partir da década de setenta do século XIX o programa da Escola Clássica de combate à criminalidade encontrava-se em crise, sendo acusado de não ter cumprido suas promessas e apenas ter diminuído as penas, sendo assim, os fatores históricos e teóricos da época propiciaram o surgimento da Escola Positiva na Itália, quando as funções do Estado caminhavam para o intervencionismo na ordem econômica e social (BISSOLI FILHO, 1997).

## **2.2 A Escola Positiva**

Os italianos Cesare Lombroso (1836-1909), Enrico Ferri (1856-1929) e Raffaele Garofalo (1851-1934) são considerados como os máximos definidores e divulgadores da Escola Positiva. O "L'Uomo delinquente" (publicado em 1879), de Lombroso, a "Sociologia Criminale" (publicada em 1891), de Ferri e a "Criminologia - studio sul delitto e sulla teoria dela represione" (publicada em 1885) de Garofalo são considerados as obras básicas (ANDRADE, 1994). A criminologia positivista, entendida como a primeira fase de desenvolvimento da criminologia, entendida como disciplina autônoma no âmbito da filosofia e da sociologia do positivismo naturalista começava a se constituir enquanto um campo de conhecimento com pretensões de cientificidade voltada para a compreensão da natureza do crime e do criminoso.

Bissoli Filho (1997) faz referência a Lombroso, como aquele que foi inspirado por estudos da Antropologia Criminal e sobre a evolução da espécie humana, e que se aproveitou de sua condição de médico do sistema penitenciário italiano para autopsiar os cadáveres de presos e efetuar uma série de comparações anatômico-fisiológicas. Em outras palavras, utilizou os dados estatísticos de pessoas já selecionadas pelo sistema penal e concluiu o crime como um ente natural, determinado por causas biológicas, sobretudo de natureza hereditária. Introduziu a famosa expressão “criminoso nato”, que aparece em sua obra o “Homem Delinquente”, publicada em 1876.

“O que importa ressaltar então, é que, sobre estas bases, a obra lombrosiana marca o nascimento da Criminologia como “ciência causal-explicativa” que nasce, portanto, como Antropologia Criminal, centrada na investigação causal do homem delinquente”, materializando o paradigma etiológico (estudo das causas) (ANDRADE, 1994, p.65). “Em geral muitos criminosos têm

orelhas de abano, cabelos abundantes, barba escassa, sinos frontais e maxilares enormes, queixos quadrado e saliente, zigomas largos, os gestos frequentes, em suma um tipo aproximado do mongol, às vezes, do negro” (LOMBROSO, 2001, p.248). Lombroso nunca abandonou o pressuposto de que as raízes fundamentais do crime eram biológicas e que poderiam ser identificadas a partir dos estigmas anatômicos dos indivíduos, reduzindo o crime a um fenômeno natural ao considerar o criminoso, simultaneamente, como um primitivo e um doente.

Na mesma direção, objetivando a defesa social, o jurista Garófalo estudou o delito e a repressão penal sob um critério naturalista, através da utilização de métodos experimentais e análises estatísticas de documentos fornecidos pela Psicofisiologia e pela Antropologia. A obra denominada “Criminologia: estudo sobre o delito e a repressão moral”, foi publicada pelo autor em 1885. Nela, desenvolveu o conceito de delito natural. Procurou destacar que certo número de atos puníveis encontra-se nas leis naturais, tendo em vista que os praticantes de tais atos sofrem de grave anomalia, porque lhes faltava “[...] parte do “senso moral” que a evolução tornou quase universal e que se forma à custa de sentimentos que são à base da moral moderna e que pelo progresso tende a aperfeiçoar-se incessantemente”.

Desenvolveu também as ideias de anomalia moral do criminoso, este visto como um ser degenerado. Idealizou um sistema de penas baseado na eliminação e neutralização social do delinquente. Julgou inútil o conceito de crime como ente jurídico<sup>33</sup>, violador de direito, mas sim tido como violador de sentimentos morais profundos. Em suma, propugnou princípios que transformavam o crime e o criminoso em um mal que deveria ser extirpado do convívio social. Pretendeu a existência de uma sociedade sem conflitos, entretanto, ao dividi-la entre “bons” e “maus”, agravou os conflitos existentes (BISSOLI FILHO, 1997, p.22)

---

<sup>33</sup> O delito a partir do que pensava o jurista Francesco Carrara é um ente jurídico, porque a sua essência deve forçosamente consistir na violação de um direito. Mas o direito é congênito ao homem, porque lhe foi dado por Deus, desde o momento de sua criação, para que possa cumprir os seus deveres nesta vida; deve, pois, o direito ter existência e critérios anteriores às inclinações dos legisladores terrenos: critérios absolutos, constantes, e independentes dos seus caprichos e da utilidade avidamente anelada por eles. Assim, como primeiro postulado, a Ciência do direito Criminal vem a ser reconhecida como uma ordem racional que emana da Lei moral-jurídica, e preexiste a todas as Leis humanas, tendo autoridade sobre os próprios legisladores. O direito é a liberdade. Bem entendida, a Ciência Penal é, pois, o Código supremo da liberdade, que tem por escopo subtrair o homem à tirania dos demais e ajudá-lo a subtrair-se à sua própria, bem como a de suas paixões (CARRARA, 1956, p. 11 *apud* ANDRADE, 1997, p. 54-55)

Segundo Andrade (1997, p.65), Ferri em sua obra “Sociologia Criminal”, de 1900, ampliou a originária tipificação de Lombroso sobre a delinquência. Orientado por uma perspectiva sociológica, admitiu uma configuração de fatores ligados à etiologia do crime, a saber, “individuais (orgânicas e psíquicas), físicas (ambiente telúrico) e sociais (ambiente social)”. Ele destacou-se pela importância que reservou à personalidade do delinquente na avaliação de sua periculosidade.

(...) Na Justiça Penal trata-se de ver não se o delinquente ofendeu ou não *um direito*, ou antes, *um bem jurídico* e transgrediu ou não a *proibição*, ou antes, a *norma penal*, mas de procurar como e em virtude de que ele cometeu essa ação criminosa e qual a periculosidade que revelou em tal e quais as probabilidades que apresenta de voltar, depois da condenação, a uma vida regular e por isso qual a sanção repressiva que lhe é mais conforme, não *ao crime* por ele levado a efeito, mas à sua *personalidade de delinquente* pelo crime praticado. (FERRI, 1931, p.87 *apud* BISSOLI FILHO, 1997, p. 24).

Por estas afirmativas, Ferri justificou o crime e o criminoso como dois objetos inseparáveis da lei penal, a ação e o sujeito. Antes de apenas estudar e regular o crime, aquele que praticou o mesmo também deveria ser objeto de estudo e disciplina do Direito Penal. O crime não era decorrente do livre-arbítrio, mas o resultado dos determinantes já mencionados que conformavam a personalidade perigosa do criminoso como um anormal por condições congênicas ou adquiridas<sup>34</sup>. Desse modo, todo o criminoso deveria ser penalmente responsabilizado desde que o ato fosse seu, ou melhor, expressão de sua personalidade. O princípio de individualização da pena e a periculosidade do criminoso foram aspectos marcantes desenvolvidos nos estudos de Ferri e permanece vigente no presente. (BISSOLI FILHO, 1997; ANDRADE, 1997).

A partir dos estudos empreendidos pelos principais representantes da Escola Positiva, Andrade (1997) caracteriza esta escola a partir de sua unidade ideológica e metodológica, por suas promessas e seus postulados fundamentais. Neste sentido, no que concerne à *unidade ideológica*, a Escola Positiva insistiu na necessidade de instituição de um programa de princípios voltados à “defesa social”. A *promessa*

---

<sup>34</sup> “Um homem será considerado delinquente se, num dado momento de sua vida, uma ideia criminosa tenha atravessado os seus sentimentos mais ou menos anormais, direta ou indiretamente, por sensações do mundo externo, e esta ideia não encontre nas suas condições físi-psíquicas do momento (permanentes ou transitórias) uma suficiente inibição ou repugnância moral ou por previsão de danosas consequências, ou por ambas conjuntamente”. Isso não significa dizer que um homem normal seja perfeito, mas soube adaptar-se ao meio em que vive (BISSOLI FILHO, 1997, p. 26).

efetuada foi de diminuição da criminalidade e não somente das penas. Os *postulados fundamentais* referem-se à *responsabilidade penal*, baseada na responsabilidade social, ou seja, responsabilidade individual frente à sociedade. Todo homem é sempre e em todo caso, tido como responsável por seus atos, pelo fato de viver em sociedade.

“Vivendo em sociedade o homem recebe dela as vantagens da proteção e do auxílio para o desenvolvimento da própria personalidade física, intelectual e moral. Portanto deve também suportar-lhe as restrições e respectivas sanções, que asseguram o mínimo de disciplina social”. (FERRI, 1931, p.241 apud ANDRADE, 1997, p. 68).

O *crime* consistia em um fato natural e social praticado pelo homem e causalmente determinado, expressando a conduta antissocial da personalidade perigosa do delinquente. As causas do crime estavam, assim, no próprio homem e no ambiente social inserido. A *pena* foi vista apenas como meio de defesa social, em face da periculosidade criminal do delinquente. Daí emerge o princípio de individualização da pena. O *criminoso*, referenciado como um ser anômalo e perigoso. (ibidem).

A exposição de ambas as escolas – Clássica e Positiva – prepararam o caminho para observar suas influências ou reflexos na legislação penal brasileira, e também na legislação especial destinada ao adolescente em conflito com a lei sobre o qual nos referimos nessa produção, e assim compreender de que forma este sujeito – o adolescente - foi encarado historicamente nas legislações e políticas sociais brasileiras destinadas a esse segmento.

Segundo o que destaca Alvarez (2002) as ideias da criminologia positiva influenciaram o debate intelectual brasileiro entre 1880 e 1930, principalmente a partir da análise e concepções indicadas por Lombroso e seus seguidores, as quais foram incorporadas pelos bacharéis e juristas brasileiros que as utilizaram não apenas para pensar a sociedade nacional, mas também para propor e por vezes realizar reformas legais e institucionais inspiradas nos conhecimentos criminológicos, como se verá a seguir.

### **2.2.1 O Código de Menores de 1927 e a Política do SAM: as influências da Escola Positiva**

A unidade ideológica e metodológica de defesa social proposta pela Escola Positiva teve reflexos no Brasil<sup>35</sup>. Nas últimas décadas do século XIX diversos historiadores brasileiros consideraram João Vieira de Araújo (1844-1922) - professor da Faculdade de Direito do Recife -, o primeiro autor a se mostrar informado a respeito das novas teorias criminais e comentar as ideias de Lombroso em suas aulas na faculdade de Recife e em textos sobre a Legislação Criminal do Império (ALVAREZ, 2002). Muitos dos futuros propagandistas da criminologia positiva no Brasil, como o jurista Francisco José Viveiros de Castro, reconhecerão João Vieira de Araújo como o legítimo pioneiro da Escola Positiva de direito penal no país (VIVEIROS DE CASTRO, 1894 apud ALVAREZ, 2002).

A partir de então os primeiros trabalhos intelectuais das faculdades de direito e medicina, cujo pensamento ressoa a importação e readaptação de sistemas do pensamento europeu, começam a ser publicados. É lançado o livro “As Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil” de Raimundo Nina Rodrigues escrito em 1894, o qual transita entre as fronteiras da medicina legal e da criminologia, trabalhando a noção de raça na patologia social e concretizando os primeiros passos da antropologia criminal brasileira. Ou seja, a análise deste autor sintetiza a “matriz teórico-interpretativa, os métodos de análise, o léxico conceitual e a gíngua expressiva dessa mescla de legista, psiquiatria, cientista, letrado, moralista, reformador e patologista social” (BATISTA, 2002 p. 196).

Atenção para a construção da primeira constituição do Brasil criada em 1824, a qual previa a criação de um código criminal, promulgado em 1830 cujas bases eram a justiça e a equidade. Proibia-se a partir de então os suplícios e as penas infamantes (SECHAIRA, 2008). Neste caso as bases do novo Código Criminal brasileiro refletiam as discussões internacionais tais como, o suplício do corpo, o direito de punir, a origem da pena, entre outras, conforme explicitado anteriormente.

---

<sup>35</sup>Ribeiro (1995), por exemplo, ao pesquisar dados sobre os crimes levados a julgamento na cidade do Rio de Janeiro entre 1890 e 1930 mostra como as concepções da Escola Positiva estavam presentes nos processos, contribuindo para a consolidação de estereótipos discriminatórios contra negros e mulatos.

Com a promulgação do Código Criminal do Império brasileiro em 1830, os delitos punidos com tortura e morte foram reduzidos de 70 para três (Ibidem). Com relação à menoridade penal, o código estabelecia em seu artigo décimo os menores de 14 anos de idade. Nos casos que os adolescentes demonstrassem ter agido com discernimento, deveriam ser recolhidos às casas de correção, pelo tempo que o juiz julgasse adequado, não podendo exceder a idade dos 17 anos. O Código Criminal (1830) abordava em seu artigo décimo que: “também não julgarão criminosos: 1. Os menores de quatorze annos”, bem como, o Art. 13. “Se se provar que os menores de quatorze annos, que tiverem commettido crimes, obraram com discernimento, deverão ser recolhidas as casas de correção, pelo tempo que ao Juiz parecer, com tanto que o recolhimento não exceda a idade de dezasete annos”. (grafia original)

O critério de discernimento caracterizava-se como um problema, pois prevalecia uma visão maniqueísta de distinção entre o bem e o mal, o certo e o errado, o lícito e o ilícito no momento do julgamento do “menor”. É importante apontar que as casas de correção previstas no Código Criminal Imperial não foram construídas, diante disso, quando se previa aos “menores” a casa de correção, os mesmos eram encaminhados às prisões junto aos adultos (SHECAIRA, 2008). Santos (2000) assinala que os “menores” que tivessem agido com discernimento deveriam ser encaminhados às institucionais disciplinares de caráter industrial, transparecendo a pedagogia do trabalho, recurso utilizado para a regeneração daqueles que não se enquadravam no regime produtivo vigente e rentável para o sistema produtivo<sup>36</sup>.

No final do século XIX, início do século XX o Brasil caminhava rumo à independência da República que aconteceu em 1889. Encontrava-se em um momento de reordenamento político e social, momento que o país procurava firmar-se enquanto nação independente e fazia esforços no sentido de erradicar a escravidão e reestruturar o trabalho livre na sociedade da época. Esse período

---

<sup>36</sup>Atenção para a discussão que se realizava na Grã-Bretanha na época acerca da escassa atenção pública às necessidades sociais - criação das Workhouses e das Poor-houses- geridas por um Estado ainda socialmente restrito. Exemplos clássicos dessas atenções – que viam no pobre não um sujeito de direitos, mas um perigo à ordem pública – são as Leis dos Pobres inglesas (Poor Laws) instaurada em 1834 e para saber mais ver PEREIRA, Potyara (2009) e SOUZA, Marli Palma (2008).

propicia um novo ciclo na legislação sobre a infância, ao contrário do Brasil Império que se utilizava da religião e da caridade para tratar a questão da assistência às crianças. O Brasil República procura na justiça o meio para solucionar os problemas da infância (RIZZINI, 1995).

A economia dinamizava-se e diversificava-se com a ampliação do consumo e do mercado de trabalho, onde o imigrante assumia papel fundamental. Da mesma forma, crescia e dinamizava-se também a cidade, afirmando-se como grande mercado distribuidor e centro de integração regional. Verifica-se um crescimento constante do pequeno comércio, da classe média profissional ou burocrática e uma intensificação da divisão do trabalho (SANTOS, 2000). Complementa Faleiros (1995, p. 50) que a articulação do econômico com o político se refere ao processo de valorização/desvalorização da criança enquanto mão-de-obra e se traduz na estratégia de encaminhamento de crianças e adolescentes para o trabalho, cabe lembrar que essa regra correspondia apenas aos pobres, “[...] como se isto fosse natural, como se a desigualdade social fosse natural [...]”.

Importante mencionar que internacionalmente ocorriam mudanças legislativas em relação aos menores de idade. Alguns países criaram os Tribunais de Menores, primeiramente nos Estados Unidos, depois na Inglaterra, na Alemanha entre vários outros países. Além disso, dois eventos influenciaram a afirmação do que talvez se pudesse chamar de uma Doutrina do Direito do Menor: a realização de um congresso sobre menores em Paris em 1911, e a Declaração de Gênova sobre Direitos da Criança, adotado pela Liga das Nações em 1924 considerado o primeiro instrumento internacional a reconhecer a ideia de um Direito da Criança. No Brasil, deve ser destacada a realização do “I Congresso Brasileiro de Proteção à Infância”, em 1922, concomitantemente ao “III Congresso Pan-Americano da Criança”, realizado no Rio de Janeiro, com a participação de convidados de outros países. O congresso ocupou-se principalmente das questões relacionadas à assistência à infância, com discussões a *respeito de Sociologia e Legislação, Assistência, Pedagogia, Medicina Infantil e Higiene*. As conclusões e recomendações do Congresso revelam uma forte tendência para a centralização e o controle governamental da assistência infantil pública e privada<sup>37</sup> (SANDRINI, 2009).

---

<sup>37</sup> Neste encontro também foi estabelecido o dia 12 de outubro como Dia Internacional da Criança, também foi criado, em homenagem ao Centenário da Independência brasileira, o instituto



De acordo com Zaluar (1996) as cidades brasileiras começaram a crescer e a se diversificar bastante a partir da proclamação da República, surgiam os cortiços, as casas coletivas, consideradas pouco higiênicas<sup>38</sup>. Além dos ex-escravos que se mudavam do campo para a cidade, grandes quantidades de imigrantes vindos da Europa foram morar nas principais cidades brasileiras, em especial em São Paulo. Os cidadãos avaliados como “desocupados”, ociosos ou sem renda eram considerados um perigo à ordem pública e ameaça moral à sociedade, fato que deixava os policiais mais atentos, prendendo estes sujeitos por vadiagem, desordem, embriaguez consideradas pelo Código Criminal de 1890 como contravenções. As prisões eram consideradas locais de controle e moralização.

Diante das transformações sociais e políticas pelas quais o Brasil passava ao longo da Primeira República foram pensadas medidas essencialmente coercitivas e inibitórias, na esfera jurídico-assistencial para o grupo dos classificados como viciosos, criminosos, loucos e delinquentes. Em virtude da ampla campanha internacional, alimentada por “criminólogos”, sobre o aumento incontrolável de criminalidade relacionada aos viciosos, foram os juristas chamados a assumir a liderança na criação de mecanismos regulatórios eficazes (RIZZINI, 1997).

Inúmeros juristas, reformadores, começam a divulgar novas abordagens “científicas” acerca do crime e do criminoso, cita-se: Clóvis Beviláqua, José Higino, Paulo Egídio de Oliveira Carvalho, Raimundo Pontes de Miranda, Viveiros de Castro, Aurelino Leal, Cândido Mota, Moniz Sodré de Aragão, Evaristo de Moraes, José Tavares Bastos, Esmeraldino Bandeira, Lemos Brito, entre outros, os quais publicam artigos e livros em que são discutidos os principais conceitos e autores da criminologia e da Escola Positiva de direito penal (ALVAREZ, 2002).

Dentre os juristas mencionados, observa-se a ação de Evaristo de Moraes que em 1900 denunciou as péssimas condições em que viviam as crianças recolhidas às casas de detenção no Rio de Janeiro. Observava-se, na época, um aumento das crianças nas ruas e envolvidas no cometimento de crimes. Momento em que a

---

internacional para a proteção das crianças no Rio de Janeiro que deveria centralizar o recolhimento e a classificação de dados referentes à infância. Além disso, foi sugerida a regulamentação dos institutos de assistência à infância, a abolição das rodas dos expostos<sup>37</sup>, o estabelecimento, nos locais de trabalho, de espaços reservados para que as mães, sem prejuízo do salário, pudessem amamentar os filhos e a supervisão constante do poder público em relação a todos os aspectos relativos à assistência à infância, entre outros reconhecimentos que o Congresso proporcionou. (WADSWORTH, 1999).

<sup>38</sup> Para saber mais sobre a formação dos cortiços e aprofundar a reflexão sobre as comunidades alvo da criminalidade X criminalização ver SOARES, Luiz Eduardo et al (2005).

criança é designada como um “magno problema” (RIZZINI, 1995). Conforme Méndez (1998, p. 129)

Para a infância-escola, que quase sempre coincide com a infância família, essas duas instituições cumprirão as funções imprescindíveis de controle-socialização. Para os menores, será necessário criar estrutura diferenciada de controle social: o Tribunal de Menores (que, não por acaso, recebe essa denominação).

Os discursos em torno da situação da infância brasileira oscilavam constantemente entre a defesa da criança e a defesa da sociedade contra essa criança que se torna uma ameaça à ordem pública. O “problema da criança” adquire uma dimensão política, evidenciando a urgência de se intervir, seja educando ou corrigindo “os menores” para que se transformassem em cidadãos úteis e produtivos para o país, assegurando a organização moral da sociedade. Mais do que repressão aos vícios constituídos em torno das mendicâncias, da vagabundagem, dos pequenos delitos, tratava-se agora de recuperar o “menor” para a vida adulta digna, fundada na aceitação de um lugar na ordem social, determinado pela sociedade do trabalho que se edificava no Brasil (ADORNO, 2002).

O país se estruturava sob os símbolos da “ordem” e do “progresso”, impulsionado pelo nacionalismo que desde a década de 1880 ecoava em prol da industrialização. A ordem significava, entre outras coisas, evitar que segmentos empobrecidos das populações urbanas se juntassem à massa de descontentes, nascida com as ondas de migrantes estrangeiros importados para o trabalho na cafeicultura e para a incipiente indústria nascente. (Ibidem). O papel da polícia e dos médicos fazia-se necessário nesse período, uma vez que, a ideia de eugenia e controle social era necessária para manter a ordem e o progresso da nação. Nas palavras de Rizzini (1995) a eugenia consistiu em conhecer as causas explicativas da decadência ou levantamento das raças, visando à perfeição da espécie humana, não só no que diz respeito ao psicológico, mas ao intelectual. Para Passetti (2002) o termo higienização possui relação com o ideal de saúde pública, voltado para o domínio das epidemias e que acabou sendo ampliado para o controle disciplinar de comportamentos sociais. Tal intervenção dos higienistas marcará a sociedade, definindo parâmetros para classificações tais como normal e patológico, diagnóstico e prevenção, doença e cura fazendo jus às teorias positivistas.

Nesse sentido, ademais da atuação dos médicos e da polícia, a escola positivista abriu caminho para um Direito e um controle intervencionista sobre a criminalidade e o criminoso. Modelou-se o paradigma etiológico, “[...] segundo o qual a Criminologia, definida como Ciência causal-explicativa do fenômeno da criminalidade (com emprego do método experimental e de estatísticas criminais)” assume a tarefa de explicar as causas do crime e de prever os remédios para evitá-los, surgindo a possibilidade de uma explicação científica para as causas do crime e, conseqüentemente, de uma guerra contra a criminalidade (CÔNDE, 1975, p.101 e 1979, p.7 apud ANDRADE, 1994, p.165).

Os juristas adeptos da Escola Positiva irão propor reformas legais e institucionais que buscarão ampliar o papel da intervenção estatal. A intervenção foi direcionada, em especial, para as mulheres, para os “loucos” e para os “menores”, ou seja, para aqueles que não se enquadravam plenamente na ordem contratual e que necessitariam de um tratamento jurídico diferenciado, estes serão alvos constantes das preocupações dos criminologistas (ALVAREZ, 2002).

Como já exposto, a ciência social positiva é a ciência do controle social, portanto a racionalidade da ordem pode ser mantida porque as hipóteses deterministas do modelo explicam o comportamento desviante por relações naturais e não políticas afinal não existem indagação da ordem social estabelecida, por isso é racional, se aceita o status quo e os problemas sociais não são problemas políticos do modo de organização social, são problemas científicos. O controle social produzido pela ciência se coloca, necessariamente, no sentido da preservação e defesa da ordem existente e não de questionar a ordem social ou modo de organização política assumida como dada (SANTOS, 1979).

Neste sentido é possível visualizar sob qual viés a justiça de menores no Brasil foi pensada e instituída em 1923, quando é criado o primeiro Juizado de Menores<sup>39</sup> e depois em doze de outubro de 1927 é assinado pelo então presidente Washington Luís a primeira legislação para a infância e juventude, designada “Código de Menores” tendo como figura central o Juiz Mello Mattos. A legislação era protecionista, controladora e policialesca, representando um cuidado extremo do Estado no sentido de garantir que a meta de resolver o problema do menor fosse

---

<sup>39</sup> Apenas para informação segundo Iamamoto (2008) a presença do Serviço Social na área sócio jurídico se constata nos finais de 1930 junto ao “juízo de menores”, tanto no estado de São Paulo quanto no do Rio de Janeiro.

efetivamente bem sucedida. Em poucas palavras o código possuía 231 artigos e pretendia “salvar a criança” (RIZZINI, 1995). Ao lado da ideia de proteção da criança estava presente a proteção da sociedade associada à ideia da “defesa social” como se verá a seguir. A questão da política para a criança se coloca como problema do menor, com dois encaminhamentos o abrigo e a disciplina, a assistência e a repressão. O Estado se responsabilizará pela “infância pobre” com educação, formação profissional, mas principalmente com a estratégia de encaminhamento para o trabalho, em vista disso o governo cria as Escolas de Aprendiz e Artífices do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (FALEIROS, 1995, p. 62).

Toda a infraestrutura de atendimento às crianças teve no Serviço de Atendimento ao Menor – SAM as bases de aplicação. Como afirma Veronese (1999, p.32) o SAM foi criado em 1941 através do Decreto-lei n. 3.779, com a função de prestar amparo social aos “menores desvalidos” e “infratores”, ou seja, tinha como meta [...] “centralizar a execução de uma política nacional de assistência, desse modo, portanto, o SAM se propunha ir além do caráter normativo do Código de Menores de 1927”. Os reformatórios, as casas de correção, os patronatos agrícolas e as escolas de aprendizagem de ofícios baseavam-se na orientação correcional repressiva, perspectiva acoplada à Política do SAM juntamente com alguns objetivos de natureza assistencial. [...] “quando enfatizava a importância de estudos e pesquisas, bem como o atendimento psicopedagógico às crianças e adolescentes carentes e com problemas de conduta, os quais eram denominados desvalidos e delinquentes” (VERONESE, 1999 p.12).

O Código de Menores institucionalizou o dever do Estado em assistir menores que, diante do estado de carência de suas famílias, tornavam-se dependentes da proteção pública, para terem condições de desenvolver, ou mesmo, de subsistirem caso estivessem em condições de pauperização. A implementação da política da infância e da juventude contou também com outros programas, tais como a Legião Brasileira de Assistência, Fundação Darcy Vargas, Casa do Pequeno Jornaleiro, Casa das Meninas. Abriram-se caminhos para a criação de espaços institucionais especiais para analisar o comportamento dos menores, tais como: o Instituto de Pesquisas Juvenis e o Serviço Social de Assistência e Proteção aos Menores em São Paulo, o Laboratório de Biologia Infantil, no Instituto de Identificação, no Rio de Janeiro (BACELLAR, 2006).

Segundo discurso de Getúlio Vargas, à época, a estratégia do governo era de privilegiar, ao mesmo tempo a preservação da raça, a manutenção da ordem e o progresso da nação reafirmando que a implantação do SAM tinha mais a ver com a ordem social do que com a assistência propriamente dita. Vinculada ao Ministério e aos Juizados de menores, tinha como competência a investigação dos menores a fim de interná-los ou ajustá-los socialmente, proceder a exame médico-psicopedagógico, abrigar e distribuir os menores pelos estabelecimentos, incentivar a iniciativa particular de assistência a menores (FALEIROS, 1995).

Batista (2003) discorre que o Código de 1927 e as instituições para os menores constituíam um sistema minuciosamente organizado, influenciado pelas ideias da Escola Positiva, principalmente pelas ideias lombrosianas. Esta mesma autora chama atenção para os processos judiciais instaurados contra os adolescentes autores de ato infracional, analisa alguns questionários aplicados pelos Comissários de Vigilância<sup>40</sup> ligados ao Serviço de Fiscalização e Mendicância e Menores Abandonados da Polícia Civil do Distrito Federal, e verifica que as perguntas reforçavam o caráter repressivo e estigmatizante da política do SAM e refletiam a ideologia positiva. Citam-se algumas das perguntas:

Algun ascendente ou colateral é, ou foi alienado, deficiente mental, epilético, vicioso ou delinquente? Há concórdia doméstica, respeito conjugal, sentimentos filiais? Com que gente costuma ajuntar-se? Seus camaradas são mais idosos, vadios, mendigos, libertinos, delinquentes? Qual seu caráter e moralidade, seus hábitos e inclinações? É cruel, violento, hipócrita, tímido, generoso, viril ou afeminado, mentiroso, desobediente, preguiçoso, taciturno ou loquaz, rixoso, desonesto ou vicioso, dado ao roubo ou furto? Sua linguagem é correta ou usa de calão, de expressões baixas e indecorosas. (ibidem, p. 69).

O questionário indaga acerca da vida do adolescente, de sua família, sua escola, sua saúde, seu físico, enfim todos os indicadores que possam fornecer sintomas para a sua patologia. A desigualdade no tratamento dos adolescentes era tanta que é válido mencionar mais um exemplo trazido por Batista (2003, p. 73): menino que era órfão de pai começou a trabalhar como vendedor de jornais e engraxate aos dez anos. Aos 16 anos roubou dois queijos em um armazém, pois estava com fome. O fato de trabalhar como engraxate e vendedor de jornais já

---

<sup>40</sup> Colhem as informações sobre os acusados para composição dos processos e possível internação. Para saber mais sobre as origens e funções da profissão de “Comissário de Vigilância” ver Meneghetti, G. (2009).

havam aguçado as suspeitas dos Comissários de Vigilância, que o viam como “preguiçoso”. O parecer do comissário era que o [...] “indivíduo necessitava de adaptação, pois se continuasse como estava, mais tarde se tornaria um criminoso prejudicial à sociedade” [...]. A partir deste parecer o adolescente recebeu três anos na escola de reforma (um ano e meio por cada queijo).

Tais estratégias de sobrevivência (engraxate, vendedor) eram vistas como atitudes negativas, cabe apontar que o Código de 1927 proibiu que os menores de 14 anos de idade desempenhassem essas funções na rua, conforme capítulo sexto do Código de Menores (1927) versava sobre a regulação do trabalho infantil e juvenil, com a proibição do trabalho para menores de 12 anos de idade, em todo o território da República<sup>41</sup>. Aos menores de 18 anos foi permitida jornada de trabalho no limite de seis horas por dia, prevendo repousos frequentes. Além da regulamentação do trabalho, este capítulo atingia também, a ocupação do espaço das ruas, proibindo a permanência de jovens nas ruas, seja para trabalho ou mesmo pra evitar a permanência de pessoas consideradas “desclassificadas” – infância abandonada e criminosa, e zelar pela ordem social.

Os autos processuais dos adolescentes considerados “delinquentes” eram repletos de pareceres de natureza moral. Com discursos, tais como, “[...] tratando-se de menor que se acha totalmente desamparado, sem apoio moral de sua mãe...”, “a menor em companhia de outras domésticas costuma frequentar bailes públicos denominados “gafieiras” onde travou conhecimento com pessoas de comportamento heterogêneo”, “Observa-se excesso de liberdade prejudicial a sua educação”, “Tudo ocorreu devido ao meio em que vivia a investigada [...]” (BATISTA, 2003, p. 77).

São bastante perceptíveis as orientações positivistas biológicas e sociológicas que se faziam presentes nos discursos dos comissários de vigilância. Biológicas no sentido de enfatizar a natureza inata ou hereditária das predisposições ou tendências internas do “menor”; e sociológicas porque enfatiza a natureza ambiental ou adquirida das disposições ou tendências internas do “menor” (SANTOS, 1979). Salienta-se que Lombroso (1983) em sua pesquisa sobre o “homem delinquente”, apontou três tipos de criminoso nato, quais sejam: *o*

---

<sup>41</sup> Ver filme “DAENS - um grito de justiça” de origem Belga, final do século XIX, trata da luta dos trabalhadores, momento que muitos operários foram substituídos por mulheres e crianças, a quem pagam salários menores.

*epilético* (aquele que pode vir a ser epilético), o *insano* (com distúrbios mentais o que o leva a delinquir), e o *ocasional* (aquele que utiliza o crime para conseguir dinheiro).

Kretschmer, Sheldon e Klaus Conrad (1963 apud SANTOS, 1979) também propuseram uma classificação dos tipos fisiológicos com características psíquicas e emocionais, designadas como: *endomorfos* (baixos e gordos, geralmente sociáveis e divertidos), *mesomorfos* (musculosos ou atléticos, geralmente ativos e agressivos) e os *ectomorfos* (magros e altos geralmente cerebrais e introvertidos). As explicações biológicas para um comportamento criminoso evoluem dos estudos anatômicos de Lombroso e passam por tipos somáticos da personalidade, até teorias sobre instintos agressivos inatos do organismo biológico, sempre tentando explicar cientificamente (biologicamente) o comportamento desviante.

Todo o processo de aplicação do Código de Menores de 1927 e do SAM no Brasil se encaminha para o fato de dizer quem é o criminoso e o mau que ele pode causar à sociedade, e, portanto, a necessidade de transformá-lo, em especial quando se referia ao adolescente pobre. Desde o processo de investigação, dos pareceres médicos e dos comissários até a sentença dos juízes, reafirmava-se o crime enquanto uma patologia social. Assim, o objetivo principal era apartá-lo da sociedade e privá-lo de modo que pudesse ser reajustado ao meio. Conforme Zaluar (1996, p.84)

A partir de então, (...) começava a delinear-se aquilo que veio a ser flagelo de muitas décadas depois: em vez de ordem pública, controle repressivo; em vez de cidadania, marginalização dos mais pobres. A preferência da polícia pelos pobres e pelos negros e pardos vem desde a Proclamação da República.

Complementando Alvarez aponta que:

As concepções acerca do criminoso nato e seus desdobramentos se fizeram presentes durante muito tempo no Brasil. Portanto, a incorporação das ideias da antropologia criminal ao debate jurídico local não deixou de produzir efeitos concretos e duradouros, tanto no plano dos saberes como no das práticas penais. (2002, p. 696).

De fato o interesse principal era intervir na infância para “corrigi-los”, “reformá-los” para que se transformassem em cidadãos úteis e produtivos, na

concepção de Foucault (1977) transformá-los em “corpos úteis e dóceis”. De acordo com Santos (2005, p. 2):

[...] o sistema judicial punitivo seria um subsistema social garantista do sistema de produção da vida material, cujas práticas punitivas consubstanciam uma economia política do corpo para criar a docilidade e extrair a utilidade das forças corporais.

Diante das duras críticas ao SAM e ao Código de Menores de 1927, após o golpe de 1964<sup>42</sup>, o Ministro da Justiça, Milton Campos é acionado para dar encaminhamento ao projeto de extinção do SAM e de criação de um novo órgão denominado Fundação Nacional de Bem Estar ao Menor - Funabem cuja Lei n. 4.513, de 1º de dezembro de 1964 veio atender ao clamor público passou a exigir do governo, alguma solução diante do descrédito que se tornou o SAM (VERONESE, 1999).

Posto isto, pretende-se na sequência apresentar, sucintamente, a terceira escola criminológica – a Escola Técnico-Jurídica para que nos aproximemos do debate sobre as relações entre o Direito Penal e a Criminologia, os quais assumem um modelo integrado de Ciências Penais, cujos pilares são o Direito Penal, a Criminologia e a Política Criminal. (ANDRADE, 2008). Considera-se importante compreender as bases metodológicas e práticas da constituição da Ciência penal, afinal utilizamos as teorias da criminologia para realizar a crítica às legislações juvenil brasileira. Nesse sentido, entende-se que:

[...] a Dogmática do Direito Penal, definida como “Ciência” normativa, terá por objeto as normas penais e por método o técnico-jurídico, de natureza lógico-abstrata, interpretando e sistematizando o Direito Penal

---

<sup>42</sup> O contexto do início da década de 1960 trouxe a tona inúmeros conflitos por salários, por reforma agrária, reforma educacional. Esses conflitos poderiam abalar a estrutura da classe dominante à época, os grandes latifundiários. As elites militares impuseram o regime parlamentarista em 1961, após a renúncia de Jânio Quadros, mas mediante um plebiscito, João Goulart consegue voltar ao presidencialismo, no entanto, em abril de 1964 João Goulart, que apoiava algumas das temidas reformas, é tirado do poder por uma junta militar, que tomou o posto. A ditadura militar que se instalou no país caracterizava-se por uma atuação autoritária e tecnocrática em todos os setores da vida nacional com base à manutenção da ordem, ao desmantelamento dos sindicatos e partidos existentes, à prisão dos acusados de subversão, com consequente tortura e ‘desaparecimentos’ (assassinatos) de presos políticos. Junto com o terror de Estado reina a tecnocracia enquanto racionalização e organização da máquina administrativa em função de objetivos e metas fixados de cima para baixo. (FALEIROS, 1995).



positivo (mundo do DEVER SER) para instrumentalizar sua aplicação segurança jurídica, a Criminologia, definida como Ciência causal-explicativa, terá por objeto o fenômeno da criminalidade (legalmente definido e delimitado pelo Direito Penal) subministrando os conhecimentos antropológicos e sociológicos necessários para dar um fundamento “científico” à Política Criminal, a quem caberá, a sua vez, transforma-los em “opções” e “estratégias” concretas assimiláveis pelo legislador (na própria criação da lei penal) e os poderes públicos, para prevenção e repressão do crime. (ibidem, p. 2).

Entretanto, daremos destaque na exposição da Ideologia da Defesa Social, a partir da qual faremos a crítica à Política da Funabem e ao novo Código de Menores de 1979.

### **2.3 O Modelo Integrado de Ciência Penal**

No final do século XIX, o conflito entre as Escolas Clássica e Positiva fez surgir uma terceira escola – chamada Técnico-jurídica. “É o momento da entrada em cena e afirmação, no campo penal, do jus positivismo [...] centrado na ideia de resgatar, para a Ciência Penal, sua identidade propriamente jurídica” (ANDRADE, 1997, p.79). Assim, a Escola Técnico-jurídica ou Neoclássica adotou da Escola Positiva as premissas da criminalidade natural e o relevo do criminoso perante o crime e utilizou os aportes da Antropologia e Sociologia Criminal. Entretanto, conservou da Escola Clássica o princípio da responsabilidade moral. Distinguiu os delinquentes imputáveis e os inimputáveis, sendo que destes últimos também deveria ocupar-se a lei penal, porém, com medidas tidas como providência de segurança e, por isso, diversas das penas, que representavam o castigo (BISSOLI FILHO, 1997).

Andrade (1997) cita Rocco como um dos mais importantes representantes desta escola penal. Preocupou-se em estabelecer as bases metodológicas e práticas para a constituição de uma ciência penal estritamente jurídica e dogmática, através da delimitação do objeto, tarefas e funções. Destacou que a Ciência Penal deveria ficar limitada ao:

[...] estudo das normas jurídicas que proíbem as ações humanas imputáveis, injustas e nocivas, indiretamente geradoras e reveladoras de um perigo para a existência da sociedade juridicamente organizada, e, portanto, o estudo do direito e do dever jurídico subjetivo, isto é, da relação jurídica penal que nasce em virtude de tais normas. (BISSOLI FILHO, 1997, p. 33).

A Ciência jurídico-penal deveria contar com uma teoria jurídica, um conhecimento científico da disciplina jurídica dos delitos e das penas, ou melhor, com os fatos regulados pelo ordenamento jurídico. Para isso, o método utilizado deveria ser o técnico-jurídico. Ficou estabelecida a necessidade de constituir, no âmbito do método jurídico, uma divisão do trabalho, com rígida divisão do objeto e limites de cada disciplina (Ciência Penal e Criminologia) que não implicava em “separação”, mas em um “divórcio científico” (ANDRADE, 1997).

No modelo oficial que se consolidou no século XX, e que perdura atualmente, não houve uma redução sociológica do Direito Penal nem um abandono da Criminologia.

O Direito Penal é uma ciência jurídica, cultural, normativa: uma ciência do dever ser, enquanto a Criminologia é uma ciência empírica, fática, do ser. A ciência penal, em sentido amplo, cuida da delimitação, interpretação e análise teórico-sistemática do delito (conceito formal, assim como dos pressupostos de sua persecução e suas consequências). O objeto da ciência penal tem por base a própria norma legal (objeto “normativo”) e os juristas empregam um método dedutivo-sistemático para analisar o fato delitivo, que é concebido por eles como realidade legal, jurídica, cuja compreensão reclama pontos de vista axiológicos, valorativos. A Criminologia, pelo contrário, encara o delito como fenômeno real e se serve de métodos empíricos para examiná-lo. (PABLOS DE MOLINA, 1992, p.95 *apud* GONÇALVES, 2010, p. 47).

Superada a estéril luta de escolas, ou seja, o enfrentamento entre Criminologia e Direito Penal, não coube dissociar a especulação teórica da análise empírica, pois a compreensão e o controle da criminalidade requeriam de ambos os aspectos, o normativo e o empírico. (PABLOS DE MOLINA, 1992 *apud* GONÇALVES, 2010). Caminhou-se, então, para um modelo integrado de Ciências Criminais, imposto pela necessidade de um método interdisciplinar e pela unidade do saber científico. Atualmente, na comunidade científica, compartilha-se a opinião de que a Criminologia, a Política Criminal e o Direito Penal dogmático (Legislação e Ciência Penal Dogmática) correspondem aos três pilares do sistema das Ciências Criminais, inseparáveis e interdependentes.

Tais pilares se estruturam sob o discurso da Dogmática Jurídico-Penal, a qual é concebida pelos que partilham de seu paradigma como “a” Ciência do Direito Penal. Conforme aponta Hungria (1980, p.105-7 *apud* ANDRADE, 1997,

p.113), “a Ciência do Direito Penal somente pode consistir no estudo da lei penal em sentido lato ou do complexo de normas jurídicas, mediante as quais o Estado manifesta o seu propósito de coibir a delinquência. [...] Este, o irrefragável postulado do chamado *tecnicismo-jurídico-penal*”. Em outras palavras:

A matéria-prima do discurso dogmático racionalizador/garantidor é a dicotomia liberal Estado (poder punitivo) x indivíduo (liberdade individual), sob o signo dos limites, pois a questão central que o condiciona é como racionalizar, em concreto, o poder punitivo (violência física) face aos direitos individuais (segurança): é como punir, em concreto, com segurança, no marco de uma luta racional contra o delito. (PAZETO, 2010).

A identidade ideológica da Dogmática Penal reside assim na dialetização do discurso liberal com o discurso da ideologia da defesa social em cujo universo deve ser inserida e compreendida a sua função declarada (PAZETO, 2010). A Dogmática Jurídico-Penal elaborou e enraizou promessas para serem efetivadas no âmbito do sistema de justiça penal (conjunto de ações e decisões). Trata-se da operacionalidade (“ser”) e a programação (“dever ser”) da Dogmática Jurídico-Penal (ANDRADE, 1994). Nesse caminho, a autora adverte para a necessidade de caracterizar o moderno sistema penal, em seus modelos fundamentais, estrutura organizacional e estratégias de justificação e legitimação.

Em termos de modelos fundamentais, Cohen (1988 *apud* ANDRADE, 1994), detecta quatro mudanças chaves na passagem do antigo para este moderno sistema penal, a citar: a) *controle centralizado, racionalizado e burocratizado*: o Estado passou a ser o responsável pelo controle do delito e a hegemonia da lei e do sistema penal levou à existência de um aparato racionalizado, centralizado e burocratizado; b) *categorização (classificação dos desviantes) e profissionalização (especializações)*: aumentaram as classificações e as diferenciações dos desviantes em categorias e tipos separados, cada um com seu corpo de conhecimentos “científicos” e especialistas (profissionais) responsáveis à captura daquele aparato; c) *segregação como resposta penal hegemônica*: incrementou a segregação dos desviantes em prisões, penitenciárias, hospitais psiquiátricos e outras instituições fechadas, o cárcere passou a ser o método dominante de castigo e lugar do controle; d) *a mente como objeto do poder de punir*: diminuíram os castigos e o sofrimento

físico com imposição pública, o corpo do delinquente como objeto de repressão penal foi substituído pela mente.

O Estado moderno caracteriza-se por deter o monopólio da força física perante a sociedade de forma tal que o sistema penal resulta estatalmente centralizado. A partir do momento em que a legitimidade do uso desta força física foi garantida em legislação, o sistema penal passou a ser um sistema juridicamente racionalizado. Entretanto, ao mesmo tempo em que o Estado moderno encontrou no sistema penal um dos seus instrumentos de controle e poder político, também necessitou, desde os seus primórdios, de discursividades (“saberes” e “ideologias”) aptas para o exercício efetivo deste controle, bem como para a sua justificação e legitimação (BUSTOS RAMÍREZ, 1983 apud ANDRADE, 1994).

Portanto, o sistema penal, para além do monopólio detido pelo Estado consiste em um “exercício” de poder e de funções (FOUCAULT, 1991 *apud* GONÇALVES, 2010). Andrade (1994) argumenta que o controle formal não exige apenas a definição de um objeto a ser controlado, mas a justificação dos meios empregados para a realização de tal controle. Desse modo, as ações realizadas (mesmo coercitivas) recebem uma fundamentação racional, estas são trabalhadas mediante uma discursividade junto à sociedade e, conseqüentemente, adquirem legitimação ou aceitação social. Desse modo o debate sobre as relações entre Direito Penal, Criminologia e a *desempenho* que deveriam assumir no marco de um “modelo integrado de Ciências Penais” propicia (ou) as reflexões acerca da base positivista que permeia as legislações juvenis e a política para o adolescente em conflito com a lei no Brasil. Tais inspirações nos permitirão prosseguir com a exposição sobre a Fundação Nacional de Bem-estar do Menor e o Código de Menores de 1979 e o encontro com a Ideologia da Defesa Social.

### **2.3.1 Fundação Nacional do Bem Estar do Menor e o Código de Menores: a Ideologia da Defesa Social**

A Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (Funabem) foi criada em 1964, em substituição ao Serviço de Atendimento ao Menor (SAM), órgão, como o próprio nome indica, de âmbito nacional, com a responsabilidade de formular e implantar a Política do Bem-Estar do Menor e centralizar os recursos federais destinados a essa área. Suas ações, segundo a Lei que a criou (Lei n. 4.513, de 1º de

dezembro de 1964) deveriam ser implantadas a partir de estudos do problema e planejamento de soluções e estar voltadas para a orientação, coordenação e fiscalização das entidades que executariam tal política, (SANDRINI, 2009) além de gozar de autonomia administrativa e financeira. (RIZZINI, 1995).

A Funabem estava relacionada à doutrina de Segurança Nacional e consequentemente com relação direta à ideologia da defesa social. “[...] discurso ideológico fortalecedor das representações negativas da juventude pobre [...]” (BATISTA, 2003 p. 78). A Funabem buscava integrar os programas nacionais de desenvolvimento econômico e social, dimensionando as necessidades afetivas, nutritivas, sanitárias e educacionais dos internos e racionalizando os métodos. Constituiu parte das políticas militares e foi incorporada como objetivo nacional, constando do manual da Escola Superior de Guerra. O “menor” tornou-se problema de segurança nacional. Para muitos autores, a Funabem funcionou como instrumento político e de propaganda da ditadura militar, conforme coloca Alvarez (1997, p. 93-94) que a:

[...] FUNABEM, esse antigo modelo, ao colocar em primeiro plano as preocupações com a delinquência precoce, funcionou, ao longo de décadas, muito mais como um instrumento de marginalização da população pobre do que como instrumento de ampliação efetiva da cidadania.

Em 1973, por meio da Lei nº. 185 de 12/12/1973 criaram-se as Secretarias Pró Menor, que serviram de transição para a instalação da Fundação Estadual de Bem-Estar do Menor – FEBEM, subsidiárias da Fundação Nacional com a incumbência de executar e difundir a Política Nacional de Bem Estar do Menor - PNBEM nos Estados, cuja linha de ação tinha na internação, tanto dos abandonados e carentes como dos infratores, seu principal foco<sup>43</sup> (GREGORI, 2000). As instituições oficiais de atendimento foram dotadas de equipes de técnicos de diversas áreas, com destaque para profissionais de serviço social, medicina, psiquiatria, psicologia e pedagogia. Tais instituições que podemos caracterizar

---

<sup>43</sup> O “PARADOXO DA FUNABEM”, uma vez que a Funabem pregava o Bem-estar do menor e o atendimento às necessidades básicas (saúde, lazer, educação e segurança social), entretanto moldou-se à tecnocracia (racionalidade vertical) e ao autoritarismo do governo repressivo da ditadura militar, à época, construindo grandes internatos como meio de controle social em nome da Segurança Nacional ( VOGEL, 1995).

como “instituições totais”<sup>44</sup> deveriam, através de ações planejadas, levar o menor a reformular seus valores. Para tanto, utilizariam atividades ocupacionais, através das quais eles pudessem exercitar hábitos de cumprimento de normas e respeito à autoridade, e, também, se fosse necessário, submeter-se a psicoterapia e até mesmo ao uso de medicamentos psiquiátricos.

Segundo Sandrini (2009, p. 51) torna-se necessário observar o verdadeiro significado do termo bem-estar a que a política se refere e sua influência tanto na legislação quanto no ordenamento institucional. Conforme apreendido pela Funabem, bem-estar significava a necessidade de assegurar algumas condições que poderiam ser assim sintetizadas: saúde, educação, lazer, segurança social e afetiva, “no entanto, o conceito de bem-estar do menor traz vinculado a si a ideia de controle e ajustamento”, ou seja, a questão do menor foi elevada à categoria de problema de segurança nacional, prevalecendo o implemento de medidas repressivas que visavam cercear os passos dos menores e suas condutas antissociais.

De acordo com Rizzini (1995) a legislação e a política para o “menor delinquente” estava voltada á defesa social, pois o envolvimento de um grande número de crianças com a prática do crime ameaçaria a ordem pública, perturbando a ordem, a tranquilidade e a segurança pública, bem como, se perderia uma grande massa futura de trabalhadores para o desenvolvimento econômico do país, entretanto cabe questionar aqui do que se trata a ideologia da defesa social?

Andrade (1997), alerta para o fato de que não basta aludir a uma ideologia liberal para caracterizar a ideologia da Dogmática Jurídico Penal, mas sim, que se faz necessário perceber o discurso racionalizador/garantidor inserido em uma visão mais ampla do crime e da pena que Baratta (2002) denominou *ideologia da defesa social*.

Esta ideologia que foi sendo construída pelo saber oficial (desde a Escola Clássica, passando pela Escola Positiva e chegando a Técnico-Jurídica) e filtrada através do seu debate escolar, veio a constituir-se não apenas na ideologia dominante na Ciência Penal, na Criminologia e nos

---

<sup>44</sup> A partir da concepção de Goffman (1974, p. 11) instituição total pode ser definida como o [...] “local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situações semelhantes, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”.

representantes do sistema penal, mas no saber comum do homem da rua (*every day theories*) sobre a criminalidade e a pena. (ANDRADE, 1997, p.135)

Baratta (2002) define analiticamente a *ideologia da defesa social* a partir da seguinte série de princípios:

a) *Princípio de legitimidade*. O Estado recebe a legitimidade da sociedade para reprimir a criminalidade através de instâncias oficiais de controle social como legislação, polícia, magistratura, instituições penitenciárias. Estas instituições representam a legítima reação da sociedade, ou da grande maioria de seus membros, no interesse em reprovar e condenar determinado indivíduo desviante, e reafirmar os valores e normas sociais.

b) *Princípio do bem e do mal*. O delito representa um dano à sociedade. O comportamento criminal tido como o mal, em contraste com a sociedade tida como o bem. O delinquente definido como um elemento negativo e disfuncional no sistema social.

c) *Princípio de culpabilidade*. O delito contraria as normas e os valores sociais estabelecidos, mesmo antes da sanção do legislador, por este fato referenciado como expressão de uma conduta interior reprovável.

d) *Princípio da finalidade ou da prevenção*. A pena é descrita pela função de retribuir e de prevenir o crime. Enquanto sanção abstrata em lei, busca a contra motivação ao comportamento criminoso, de modo que, como sanção concreta, exerce a função de ressocialização do delinquente.

e) *Princípio de igualdade*. O Direito Penal assenta-se na premissa de ser igual para todos. A criminalidade é definida como uma violação da lei penal praticada por uma minoria desviante. A reação penal é igualmente aplicada a todos os autores de delitos.

f) *Princípio do interesse social e do delito natural*. Os interesses protegidos pelo Direito Penal compreendem os interesses comuns a todos os cidadãos. Considera-se que os delitos definidos nos códigos penais das nações civilizadas ofendem aos interesses fundamentais de todos os cidadãos (delito natural) e apenas uma pequena parcela dos delitos representa violação de arranjos políticos e econômicos (delitos artificiais).

Neste sentido, a *ideologia da defesa social* sintetiza o conjunto das representações sobre o crime, a pena e o Direito Penal construída pelo saber oficial

e sobre as funções socialmente úteis atribuídas ao Direito Penal (segurança jurídica, ao proteger “bens jurídicos” lesados, e igualdade, ao garantir uma penalidade justa e igualitária aos delinquentes) e à pena (defesa social (prevenção), controle criminal (intimidação) e ressocialização (especial)). Pazeto (2010) acrescenta que a ideologia da defesa social, explicitada pelo autor mencionado, deixa evidente que a Dogmática Penal pressupõe não apenas a racionalidade do legislador e do juiz, mas, sobretudo, a legitimidade do exercício do poder punitivo do Estado.

Foi com esta ideologia que em 1974 foi apresentado um projeto de lei pelo senador Nelson Carneiro, com o objetivo de reformular o Código de Menores de 1927, o qual tinha como estratégias a repressão e assistência. O novo Código de Menores foi promulgado em 10 de outubro de 1979 – lei N.6.697, sob a doutrina da Situação Irregular.

Méndez (1998, p. 117) reafirma que a doutrina de Situação Irregular surge subordinada à ideologia da defesa social. No momento em que as políticas de proteção subordinam-se à lógica da defesa social, elas devem incluir ameaças concretas para dissuadir os potenciais infratores da ordem social, tornando-se inevitável e legítimo a institucionalização (privação de liberdade) nas “instituições totais” tanto nas situações de desamparo quanto diante do cometimento de infrações. Este mesmo autor cita a fala da baronesa Carton de Wiart em discurso proferido no Primeiro Encontro Internacional de Tribunais de Menores realizado em Paris, 1911: “A liberdade vigiada deve revestir as características de uma sentença indeterminada. Um termo fixo constitui uma proteção temporária: uma sentença indeterminada converte a proteção em algo de caráter permanente”. De acordo com o artigo segundo<sup>2º</sup> do Código de Menores (1979), considera-se em situação irregular o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de: a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável; b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las; II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável; III - em perigo moral, devido a: a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes; b) exploração em atividade contrária aos bons costumes; IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável; V - Com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária; VI - autor de infração penal.



Ou seja, de acordo com Passeti (1987) o Código de Menores dispõe como estando em situação irregular apenas as crianças e jovens oriundos de famílias trabalhadoras de baixa renda, geralmente “desorganizadas” e vivendo em situação de marginalidade social. Para Batista (2003) o novo Código considerado “menorista” trata a situação irregular como um estado de patologia social, uma vez que a criança e o adolescente eram tratados sob o rígido controle de normas jurídicas, moldando-se á tecnocracia e ao autoritarismo da época. Reforça Sandrini (2009, p. 56)

Nele estavam previstas medidas de assistência e proteção a serem impostas pela autoridade judiciária, após procedimento de simples verificação. Apesar de ser aparentemente mais “humanista” na abordagem da questão, cria-se uma diferenciação entre crianças e adolescentes que vivem regularmente inseridos na sociedade, privilegiados por fatores econômicos favoráveis que lhes proporcionam condições de vida satisfatórias, e os que estão em situação irregular, determinada pela pobreza em que vivem. Dentro dessa estrutura autoritária e centralizadora, crianças e adolescentes pobres poderiam ser punidas e segregadas pelo simples fato de serem pobres, ou seja, encontrarem-se em situação irregular. Pode-se inferir daí que “crianças” e “adolescentes” são os filhos de famílias de classe média e alta e não são afetados pelo Código; “menores” são os filhos das camadas pobres da população e a eles é destinado o Código de Menores.

Batista (2003, p. 79) alerta que “tal Código de Menores fortalece a figura do Juiz sem menção aos direitos da criança”. Um dos eixos reguladores do processo menorista é o não reconhecimento do menor como pessoa, mas como alguém a ser tutelado. Acrescenta ainda, que “ao longo de toda a história da Humanidade, a ideologia tutelar em qualquer âmbito resultou em sistema processual punitivo inquisitório”. Para Migliari (1993 apud Batista, 2003, p79) “[...] a situação irregular é metáfora da criança X adolescente pobre que precisa estar sob o controle rígido de um conjunto de normas jurídicas”. Como bem aponta Zaffaroni (*apud* VERONESE, 1995) a tutela tem ocorrido sempre em razão de alguma inferioridade (teológica, racial, cultural, biológica).

Na década de 1980, o Brasil se encaminhava para o término de uma ditadura militar que perdurou quase 20 anos, um período de reabertura política e fortes mobilizações populares em torno dos problemas sociais que circunscreviam a realidade brasileira. A conduta totalitária adotada pelos dirigentes militares promoveu a própria queda de seu governo, tanto por manter o poder única e

exclusivamente nas mãos de uma pequena fatia da sociedade, os militares e as elites conservadoras, quanto por acreditar na obtenção da hegemonia através da repressão e do ideal de um Brasil unificado. Com o término da ditadura militar, resta uma sociedade civil enfraquecida em suas formas de organização, carente de projetos coletivos e entregue à sorte que lhe reserva a economia em crescente processo de globalização (SANDRINI, 2009).

Ainda segundo este autor durante os anos de ditadura militar, para viabilizar o milagre econômico, visando obter visibilidade junto a potências econômicas internacionais, e assim despertar o interesse das corporações internacionais em investir no Brasil, foi construída e divulgada uma imagem de tranquilidade social e de potencial econômico com a indispensável ajuda da imprensa escrita, do rádio e da televisão. Essa imagem, ao mesmo tempo em que favorecia a entrada do investimento estrangeiro, servia, internamente, para criar a imagem política de nação harmoniosa, produtiva e economicamente atraente. Entretanto, como expõe Faleiros (1995, p. 86)

A crise econômica, no entanto, agravava a situação da criança. A visibilidade da miséria da infância aparece nas ruas destacando-se a figura do Menino e da Menina de Rua, principalmente nas grandes cidades. A urbanização, aliás, assume uma forma explosiva no país. [...] A migração do campo para a cidade é causada, principalmente, pela expulsão do homem da terra em que trabalha, denominando-se o fenômeno, conservadoramente, de “êxodo rural”.

O contexto é de intensificação dos movimentos sociais com vistas à restauração do estado de direito, cessado pela ditadura militar e pela construção de um processo de redemocratização. Destaca-se a mobilização pelas “Diretas Já”, em 1984, que envolveu boa parcela do país em busca de eleições diretas para presidente da república. Com a participação de vários setores da sociedade, houve uma definição dos novos rumos políticos e sociais do país. No âmbito dos direitos da criança e do adolescente tivemos a luta efervescente dos movimentos sociais<sup>45</sup> juntamente com outros atores lutando pela revogação do Código de Menores de 1979 e da Funabem, com vistas a aprovar uma nova legislação para a infância e adolescência, concretizando-se em 13 de julho de 1990 com a aprovação do

---

<sup>45</sup> Destaca-se o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMNR) que surgiu em 1985 em São Bernardo do Campo, Em 1983 cria-se a Pastoral da Criança em nome da CNBB – Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, envolvendo forte militância proveniente dos movimentos sociais da igreja católica (RIZZINI, 1995).

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), cuja doutrina adota a Proteção Integral (FALEIROS; RIZZINI, 1995).

#### **2.4 A conquista do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 e as medidas socioeducativas restritivas e privativas de liberdade**

Com a promulgação da Constituição Federal em 1988, a questão da infância e juventude teve prioridade absoluta no ordenamento jurídico brasileiro, pelo reconhecimento de que as crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos e titulares de proteção integral (BACELLAR, 2006). Apresenta em seu artigo 227, que a família, sociedade e Estado compartilham da responsabilidade de assegurar direitos universais à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade (SOUZA, 1998). O art. 227 dispõe que “é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão [...]”.

A regulamentação desse artigo constituiu a lei 8.069/90, cujo alicerce é a convicção de que a criança e o adolescente são merecedores de direitos próprios e especiais que, em razão de sua condição específica de pessoas em desenvolvimento, estão a necessitar de uma proteção especializada, diferenciada e integral (VERONESE, 1999). O artigo 3º do Estatuto é bastante elucidativo nesse sentido

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais da pessoa, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.

Esclarece Souza (1998, p.5)

O Estatuto concebe as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos juridicamente protegidos. Preconiza uma ação pedagógica junto a esse segmento, respaldada na opção pela liberdade. Redimensiona o atendimento priorizando a convivência familiar e comunitária. Proclama

um tipo de sociabilidade não mais restrito a reducionismos econômicos embora, perpetue uma linearidade entre pobreza e medidas sócio assistenciais. A constituição de conselhos de direitos e tutelares desloca funções tradicionalmente desempenhadas e propõe-se a retirar o protagonismo do judiciário do papel de ator principal, na definição de destinos. A operacionalização da proposta do Estatuto tem apresentado dificuldades por parte de seus operadores e incompreensões da sociedade mais ampla. O modelo utilizado pela ciência da administração para explicar como ocorre a dinâmica da mudança, parece lançar alguma luz à compreensão do que está sucedendo.

A Doutrina de Proteção Integral baseia-se na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança<sup>46</sup> (1989); nas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude - Regras de Beijing (1985); nas Regras Mínimas das Nações Unidas Para a Proteção dos Jovens Privados de Liberdade (1986) e nas Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil - Diretrizes de Riad (1988)<sup>47</sup>.

Não há dúvidas de que se trata no direito positivo, da melhor interpretação da Doutrina das Nações Unidas para a Proteção Integral da Criança e do Adolescente, sendo o Brasil referência na América Latina. Dentre as muitas inovações apresentadas pelo Estatuto Méndez (1998, p. 113) cita algumas de maior evidência:

1. Municipalização da política de atenção direta (art. 88, I).
2. Eliminação de formas coercivas de internação, por motivos relativos ao desamparo social, por meio da supressão da figura irregular. [...]
3. Participação paritária e deliberativa do governo-sociedade civil, assegurada pela existência de *Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente*<sup>48</sup>, nos três níveis da organização política e administrativa do país: federal, estadual e municipal (art. 88, II).
4. Hierarquização da função judicial,

<sup>46</sup> Trata-se de um documento aprovado por unanimidade pela Assembléia das Nações Unidas em 1989. O trabalho de elaboração do documento jurídico internacional estendeu-se por dez anos, contemplando representantes de quarenta e três Estados-membros da Comissão de Direitos humanos das Nações Unidas. “Esse documento ratifica o que as Nações Unidas proclamaram e acordaram na Declaração Universal dos Direitos Humanos e nos Pactos Internacionais de Direitos Humanos, determina que toda pessoa sem qualquer tipo de distinção, seja de raça, cor, sexo, idioma, crença, opinião política ou de outra índole, origem nacional ou social, posição econômica, nascimento ou qualquer outra condição, possui os direitos enunciados nesses documentos” (VERONESE, 1999, p.96).

<sup>47</sup> Para saber mais sobre a Normativa Nacional e Internacional ver VOLPI, Mario; SARAIVA, João Batista (1998).

<sup>48</sup> Constituem uma instância fundamental no processo de democratização da participação dos segmentos expressivos da sociedade, procurando mobilizar as suas forças vivas para garantir o debate público das políticas locais. Órgão de composição paritária (50% representantes governamentais e 50% representantes não governamentais), de caráter deliberativo e controladores de ações em todos os níveis (Méndez, 1998).

transferindo aos conselhos tutelares<sup>49</sup>, de atuação exclusiva no âmbito municipal, tudo o que for relativo à atenção de casos não vinculados ao âmbito da infração [...] nem a decisões relevantes passíveis de produzir alterações importantes na condição jurídica da criança e do adolescente (art. 136 e 137). (grifo do autor).

Portanto, o Estatuto foi um avanço político e jurídico no marco histórico de afirmação da cidadania deste grupo social, entretanto, o abismo que separa o plano normativo do Estatuto do plano da efetivação de seus direitos aponta raízes profundas no processo de criminalização do adolescente, sobretudo daquele adolescente que provem de estratos sociais mais baixos da sociedade (NICODEMOS, 1998). A crítica à aplicação da lei exprime frustração pela insuficiente realização de seus princípios, em parte por defeito de compreensão de alguns operadores jurídicos, em parte por omissão do poder público em prover condições materiais e recursos humanos para realizar a lei (SANTOS, 2002).

A política de proteção integral do Estatuto institui um sistema moderno de instrumentos e de procedimentos jurídico-administrativos para enfrentar o problema do comportamento antissocial dos adolescentes criando novas categorias para expressar seus conceitos centrais: “a lesão de bem jurídico proibida em lei sob ameaça de pena, chama-se ato infracional e não crime, a reação oficial como consequência jurídica do ato infracional, chama-se medida socioeducativa e não pena, a privação de liberdade do adolescente por medida socioeducativa chama-se internação e não prisão”. Diz ainda que o conceito de proteção integral (Ibidem, p. 120):

[...] tem o óbvio sentido de proteção total, absoluta, sem limitações – e não parcial, relativa, limitada, se a lei não contém palavras inúteis, e as palavras têm algum significado -, o que basta para indicar a atitude generosa do legislador. [...] Mas, entre as boas intenções do legislador e a dedicação dos protagonistas do sistema de justiça socioeducativa, por um lado, e a situação de brutal desproteção da juventude (e da infância) no Brasil, por outro lado, parece existir algo mais do que imagina nossa vã filosofia: a lógica diabólica de contradições reais de processos

---

<sup>49</sup> Constitui-se como órgão municipal, criando por lei, regido por regras de direito administrativo, representa a população frente a situações de violação dos direitos da criança e do adolescente. “Tem o papel de representação e encaminhamento junto à Rede de Serviços Sociais Públicos e Privados, quando este não cumprem seu dever de atendimento às necessidades de desenvolvimento das crianças e adolescentes e suas famílias, de escuta das necessidades e demandas da comunidade, de apoio ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente na elaboração de políticas públicas nesta área e de orientação educativa”. (Souza e Souza, 2010, p. 84).

estruturais e institucionais aparentemente independentes da vontade individual. [...].

Passetti (1999, p.28) em consonância com Santos tece críticas que concerne a dois aspectos, possui semelhanças ao Código Penal de 1940 no que concerne às medidas socioeducativas, que “nada mais faz do que identificar infração com crime e medida socioeducativa com pena, reproduzindo sob o pretexto educativo o sistema penal”. Sandrini (2009, p. 108) reafirma que a expressão *ato infracional* não deixa de ser vista como atenuante da expressão *crime*, “pois ambas pertencem à mesma categorização semântica, o que, ao contrário de uma mudança, constitui um eufemismo<sup>50</sup>”.

De acordo com o Estatuto o adolescentes são considerados inimputáveis, entretanto, diante do cometimento de um crime ou contravenção penal são responsabilizados de acordo com as medidas socioeducativas, as quais estão divididas em dois grupos: medidas não privativas de liberdade<sup>51</sup> e as medidas restritivas e privativas de liberdade<sup>52</sup>. Conforme os dados ilustrativos apresentados na primeira seção sobre a criminalidade juvenil percebe-se que há um número relevante de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação<sup>53</sup>, corroborando com Santos (2002, p. 121) quando diz que a medida de internação torna-se o carro-chefe das medidas “socioeducativas”, substituindo todas as outras, como se as hipóteses da internação fossem suficientes por si mesmas, independente da ausência de outra medida adequada, como exige a lei.

O mesmo autor acrescenta que [...] “os princípios de brevidade, da excepcionalidade e do respeito ao adolescente como pessoa em desenvolvimento (art. 121), com raras exceções, são ignorados”. Becker (2003) também assinala que o descumprimento de prazos, com maior período de internação provisória, com castigos e sem o cumprimento devido da brevidade e excepcionalidade conforme prevê o Estatuto são comuns. Sem contar que as relações de poder baseadas na repressão não admitem as relações educativas e de diálogo, em outras palavras,

---

<sup>50</sup> Palavra, locução ou acepção mais agradável, de que se lança mão para suavizar ou minimizar o peso conotador de outra palavra, locução ou acepção menos agradável, mais grosseira ou mesmo tabuística: *dianho* (por '*diabo*'), palavra que o povo procura evitar), a interj. *caramba* (por '*caralho*', tabuísmo) etc. (HOUAISS, 2001).

<sup>51</sup> Ver artigos 115, 116, 117 e 118 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

<sup>52</sup> Ver artigos 120 e 121 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

<sup>53</sup> A internação, conforme descreve o art. 121, constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. (VERONESE, 1999).

ainda prevalece à cultura de institucionalização que se sustenta principalmente em fundamentações extrajurídicas que, via de regra, se contrapõe ao próprio ordenamento legal. Além disso, conforme apresenta Batista (2003, p. 120).

A visão seletiva do sistema penal para adolescentes envolvidos em ato infracional e a diferenciação no tratamento dado aos jovens pobres e aos jovens ricos, ao lado da aceitação social que existe quanto ao consumo de drogas, permite-nos afirmar que o problema do sistema não é a droga em si, mas o controle específico daquela parcela da juventude considerada perigosa.

Passados 20 anos da aprovação do ECA observam-se velhas questões que permearam as legislações e políticas anteriores. A política pública no âmbito da socioeducação ainda não encontrou um caminho para respostas seguras à problemática da criminalidade juvenil. Os operadores das políticas públicas para a juventude em conflito com a lei confrontam-se constantemente com ações conservadoras, naturalizando a violência e os traços punitivos e assistencialistas. (AGUINSKY, 2008). Ainda segundo esta autora

O pensamento conservador, por sua vez, atualiza-se no campo das políticas públicas para os adolescentes vulneráveis penalmente. Aqueles que entendem que punir é sinônimo de educar não hesitam em, rapidamente, atribuir ao adolescente, autor de ato infracional a principal responsabilidade de toda a violência instalada no cotidiano social. [...] Forças conservadoras da sociedade tentam provar que a redução da maioria penal garante a diminuição da violência urbana. [...] Atribuir a um determinado seguimento populacional a responsabilidade pela violência cria, no imaginário social, a ideia de isenção da responsabilidade coletiva na busca de alternativas para uma situação, já insustentável (Ibidem, p. 261).

Faleiros (2004) esclarece a existência de um debate acirrado entre os estudiosos da justiça da infância e da juventude sobre a necessidade de um sistema penal juvenil que venha a mostrar que o adolescente é inimputável, mas possui responsabilidade penal para ser efetivamente responsabilizado e que tenha seus direitos garantidos, pensamento defendido pelo juiz Costa Saraiva. A ABMP<sup>54</sup> propôs um anteprojeto de lei sobre a execução das medidas socioeducativas, no sentido de melhor limitar o poder do juiz. Contra esta proposta, levanta-se outra corrente liderada por Gercino Gomes Neto e Gustavo Mereles Ruiz Diaz, que

---

<sup>54</sup> ABMP - Associação Brasileira de Magistrados, Promotores de Justiça e Defensores Públicos da Infância e da Juventude.

afirmam ser necessária uma nova lei para as medidas socioeducativas, pois o fundamental é a prevenção do delito, e, do ponto de vista penal, consideram fundamental o que denominam de “tratamento individualizado garantido pelo ECA”, manifestam-se contrários à tese de que o castigo é o único meio de inibir o delito.

Neste debate teórico se observa a existência de três correntes que fundamentam a interpretação dos juristas da infância e da juventude. São elas: o Direito Penal Juvenil (ou Direito Infracional) trata-se de um conjunto de autores que defendem a existência de uma Lei de Execuções de Medidas Socioeducativas, assim como a Lei de Execuções Penais; o Direito Estatutário (ou Garantista) defendido por autores que entendem o ECA como Lei especial, única e suficiente para a garantia de direitos da criança e do adolescente de forma a efetivar a Doutrina de Proteção Integral; e o Direito Menorista defendido por autores que não acreditam na Lei 8.069/90 - ECA, entendendo que o Código de Menores teria mais eficiência quanto ao controle de "situações irregulares" de crianças e adolescentes (informação verbal)<sup>55</sup>.

Tais correntes, principalmente àquela que defende o direito infracional e o direito menorista, muitas vezes ganham relevância na direção tomada pelas instituições do controle social, em especial pelos profissionais que atuam diretamente na execução das medidas socioeducativas, com especial atenção quando se trata da internação. Embora, o Direito Infracional tenha ganhado autonomia após a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança (1989) e em seguida com o Estatuto da Criança e do Adolescente, ele não pode ser considerado como um apêndice do Direito Penal, do Direito de Família ou mesmo abordado conjuntamente com as demais disposições do Estatuto. Porém, conforme abordado, observa-se um discurso de construção de um “Direito Penal Juvenil”, “sob o argumento de que a ausência de aplicação das normas de Direito Penal torna a atuação na seara infracional discricionária, sendo que somente o Direito Penal concederia a segurança jurídica almejada aos adolescentes” (MORAIS DA ROSA, 1998, p. 279).

---

<sup>55</sup> Informações apresentadas pela Prof<sup>a</sup> Dra. Josiane Petry Veronese durante banca de qualificação da mestranda Jaqueline Meggiato do curso de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis, em junho de 2010.



Morais da Rosa diz ainda que os partidários desse pensamento sofrem com uma deficiência criminológica que o discurso não se sustenta e por isso omitem a abordagem criminológica.

Defendem o Direito Penal sem conhecer como atua sua estrutura *latente* (Zaffaroni). Agarram-se nas aparências do manifesto e acreditam de boa-fé – a maioria -, reconheça-se, que o Direito Penal Juvenil é a salvação. Para estes, a simples leitura de **Baratta** ou **Andrade** poderia demonstrar o grau ilusório de suas propostas que, no fundo, servem para legitimar o sistema repressivo, sob o mote: *somos todos garantistas*. [...] A par do discurso democrático de fachada, suas práticas e posições demonstram o que são: menoristas enrustidos, envergonhados. Em alguns casos criticam o menorismo, local que paradoxal e alienadamente ocupam. (Ibidem, grifos do autor).

Neste sentido é que faremos a discussão da próxima seção, indo além desta discussão e buscando fundamentos na teoria do *labelling approach* (teoria da reação social), bem como, elementos da criminologia crítica a fim de perceber que não basta apenas discutir se as medidas socioeducativas são válidas ou não, se defendemos um direito penal juvenil ou um direito estatutário, mas ir mais além, como denuncia Baratta (2002, p. 166):

[...] o momento culminante de um processo de seleção que começa ainda antes da intervenção do sistema penal, com a discriminação social e escolar, com a intervenção dos institutos de controle do desvio de menores, da assistência social, etc. O cárcere representa, geralmente, a consolidação definitiva de uma carreira criminosa.

Dirigimo-nos para o final desta seção, na qual foi abordada a trajetória e as mudanças na Política para o adolescente autor de ato infracional observando como o adolescente foi “tratado” pelas legislações (em especial o Código de Menores de 1927 e de 1979) e pelas instituições do controle social enquanto uma “clientela”, constituída de pobres e que devem ser “controlados”, “reformados” e “ressocializados”, processo que contribui para o fortalecimento da criminalização do adolescente enquanto um criminoso, por vezes, enquanto criminoso nato conforme abordado pelos pensadores da escola positiva (ANDRADE, 1994).

Santos (2002, p. 124) afirma que “[...] o sistema de controle social atua, em especial, sobre jovens socialmente prejudicados e mais deficitários [...]”. As variáveis sócio estruturais podem determinar a criminalidade como comportamento

do sujeito, mas essas variáveis (educação, emprego) teriam maior poder determinante sobre a criminalização da juventude, como atividade seletiva do sistema de controle social, baseada no status social do adolescente. Assim sendo, dirigimo-nos à terceira seção com o intuito de problematizar os processos de criminalização, abordando especificamente a seletividade, o etiquetamento e a estigmatização do adolescente.

### 3. OS PROCESSOS DE CRIMINALIZAÇÃO DO ADOLESCENTE À LUZ DA TEORIA DO *LABELLING APPROACH* E DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA

#### 3.1 Considerações iniciais

Esta terceira e última seção destina-se a abordar as teorias, que orientadas pelo labelling approach e pela criminologia crítica, descrevem como se desenvolvem os processos de criminalização, passando pelos mecanismos de seletividade do sistema de controle social, de etiquetamento e estigmatização que marca o adolescente autor de ato infracional. Entretanto para a completa apreensão desses processos é importante entender a crítica e a negação realizada à ideologia da defesa social e a mudança do paradigma etiológico para o paradigma da *reação social*.

Conforme foi discutido na segunda seção, as teorias patológicas da criminalidade tinham, em face da ideologia da defesa social, uma função essencialmente conservadora. Consideravam-se os criminosos como sujeitos possuidores de características biopsicológicas anormais em relação aos indivíduos íntegros e respeitadores da lei, fato que justificava a intervenção do Estado para “curar” a minoria considerada anormal em defesa da maioria considerada normal, fato verificável com a aplicação dos primeiros códigos de menores.

Enquanto, no século XIX, no cenário europeu o pensamento da defesa social permanecia estanque, do ponto de vista epistemológico, na América do Norte mais precisamente nos Estados Unidos, se desenvolvia a Sociologia Criminal, com a criação de novas formas de conhecimento criminológico e o intuito de compreender, explicar e atuar sobre a problemática criminal, ou seja, preparando o terreno para a mudança de paradigma em criminologia, advindo daí o *labelling approach* ou paradigma da reação social (ANDRADE, 1997).

A mudança do paradigma etiológico para o paradigma da reação social deu origem a outra tradição criminológica, segundo a qual a criminalidade não mais se define como uma ciência que investiga as causas da criminalidade, mas as condições da criminalização, ou seja, como o sistema penal<sup>56</sup>, mecanismos de

---

<sup>56</sup> É importante reafirmar que se utiliza das teorias criminológicas, entretanto, o contexto para o qual nos reportamos é do adolescente autor de ato infracional e das medidas socioeducativas.

controle social formal (Legislativo, Polícia, Ministério Público, Judiciário, prisões, centros educacionais, entre outros) constroem a criminalidade e os criminosos em interação com o controle social informal (família, escola, universidade, mídia, mercado de trabalho, entre outros). “A criminologia não “é” [...], ela “é” socialmente construída” (ANDRADE, 2008, p. 3).

A pretensão da criminologia tradicional de proporcionar uma teoria das causas/condições da criminalidade não se justificava do ponto de vista epistemológico, posto que uma investigação das causas não seja mais aplicável a objetos definidos por normas, convenções ou avaliações sociais institucionais, por produzir uma “coisificação” daqueles que ultrapassam as regras sociais. (BARATTA, 1983). E assim, segundo Baratta (2002) foi propiciado o espaço para a negação da ideologia da defesa social. Ao confrontar criticamente os postulados da ideologia da defesa social com os argumentos das teorias criminológicas<sup>57</sup> estadunidenses, Baratta chega a algumas conclusões, sintetizadas por Andrade (1994) que passam a ser descritas sequencialmente:

O *princípio da legitimidade* foi colocado em xeque pelas teorias psicanalíticas da criminalidade e da sociedade punitiva ao ressaltarem os mecanismos psicossociais da pena, a exemplificar, a projeção do mal e da culpa no “bode expiatório”<sup>58</sup>, desacreditando as funções preventivas, defensivas e éticas da ideologia penal tradicional.

O *princípio do bem e do mal* foi questionado pela teoria estrutural-funcionalista da anomia e do desvio, ao revisar as causas do desvio criminal. Afirmaram que as causas não deveriam ser procuradas nos fatores bioantropológicos, e tampouco em uma situação patológica da estrutura social, mas

---

<sup>57</sup> **Teorias psicanalíticas da criminalidade e da sociedade punitiva:** Freud; Theodor Reik; Franz Alexander e Hugo Staub; Paul Reiwald; Helmut Ostermeyer e Edward Naegeli (p.49-58); **Teoria estrutural-funcionalista do desvio e da anomia:** Émile Durkheim; Robert K. Merton (p.59-67); **Teoria das subculturas criminais:** Edwin H. Sutherland; Albert K. Cohen (p.69-76) e das técnicas de neutralização (Gresham M. Sykes e David Matza (p.77-83); **Teorias do *labeling approach* e sua recepção alemã** (p.85-116); **A Sociologia do conflito e a sua aplicação criminológica** (Ralf Dahrendorf; Lewis A. Coser; Gerog Simmel; Georg D. Vold (p.117-129) e **As teorias conflituais da criminalidade e do direito penal:** Austin T. Turk (p.131-146) (BARATTA, 2002)

<sup>58</sup> Em sentido figurado, um “bode expiatório” é alguém que é escolhido arbitrariamente para levar (sozinho) a culpa de uma calamidade, crime ou qualquer evento negativo (que geralmente não tenha cometido). A busca do bode expiatório é um ato irracional de determinar que uma pessoa ou um grupo de pessoas, ou até mesmo algo, seja responsável por um ou mais problemas sem a constatação real dos fatos (BODE, 2010 apud GONÇALVES, 2010).

que a criminalidade deveria ser observada como um fenômeno normal de toda estrutura social.

*O princípio da culpabilidade* foi criticado pelas teorias das subculturas criminais, ao interpretar o comportamento não como expressão de uma atitude interior reprovável, dirigida conscientemente contra as normas e os valores sociais estabelecidos, mesmo antes da sanção do legislador. Esses enfoques alegaram a inexistência de um sistema único e oficial de valores, mas sim de uma série de subsistemas que se transmite ao indivíduo através de mecanismos de socialização e aprendizagem específicos dos grupos e ambientes sociais particulares em que se insere. Neste sentido, promoveram a ideia de livre-arbítrio do indivíduo, pelo fato deste participar ou não de uma subcultura e, conseqüentemente, aprender os sistemas de valores, ou ainda, comportamentos desviantes ou “técnicas de neutralização”<sup>59</sup> alternativas aos critérios oficiais de valoração e comportamento.

*O princípio da igualdade foi refutado pelo labelling approach* ao contestar o desvio e a criminalidade como entidades ontológicas pré-constituídas, identificáveis pela ação das instâncias do sistema penal, e reconhece-las como uma qualidade atribuída a determinados indivíduos, através de mecanismos oficiais ou não de definição e seleção, não podendo a criminalidade ser estudada independente destes processos. A criminalidade, do ponto de vista das definições legais, é concebida como um tipo de comportamento ao qual estão potencialmente sujeitos todos os cidadãos. Entretanto, para a definição sociológica, ela constitui um *status* social que caracteriza um indivíduo quando lhe é dado uma etiqueta de criminoso, pelas instâncias que detêm o poder de definição. Neste sentido, a minoria criminal é tida como o resultado de um processo altamente seletivo e desigual no âmbito da população total.

*O princípio do interesse social e do delito natural foi questionado pelas teorias da sociologia do conflito* que trataram de localizar as verdadeiras variáveis do processo de distribuição do *status* social do criminoso nos grupos sociais, bem como nas relações de poder de definição, a partir da estratificação social e conflitos de interesses. Evidenciaram assim, que “na origem do processo de criminalização primária (gênese da lei penal) e secundária (aplicação da lei penal) não residem

---

<sup>59</sup> “[...], ou seja, daquelas formas de racionalização do comportamento desviante que são aprendidas e utilizadas ao lado dos modelos de comportamento e valores alternativos, de modo a neutralizar a eficácia dos valores e das normas sociais aos quais, apesar de tudo, em realidade, o delinquente geralmente adere” (BARATTA, 2002, p. 77).

interesses fundamentais para uma determinada sociedade ou diretamente para toda sociedade civilizada, mas interesses dos quais são portadores os grupos que detêm o poder”. Afirmaram “que o caráter político (relativo à violação de determinadas ordens econômico-político-contingentes) não é prerrogativa de um pequeno número de delitos "artificiais", mas do fenômeno total da criminalidade como realidade social, *criada* através de processos de criminalização” (ANDRADE, 1994, p. 326 - 327).

*Por fim, o princípio do fim e da prevenção foi refutado ao se apresentar os resultados de múltiplas investigações do labelling approach*, acerca da efetividade do Direito Penal e suas sanções. O princípio da ressocialização e a reeducação do delinquente, através do cárcere, foram particularmente questionados ao demonstrar que como um fim alcançável constitui-se em uma ilusão, justificada pelos estudos das prisões e outras instituições totais e das influências das sanções estigmatizantes sobre o desvio “secundário”<sup>60</sup> e a reincidência.

### 3.2 Labelling Approach: a teoria do etiquetamento

De acordo com Xiberras (1996) na década de 1960 surgiu a corrente/escola<sup>61</sup> denominada de *Interacionismo Simbólico*, cujo fundador foi Georg Herbert Mead, posteriormente teve as contribuições de Howard Becker e Erving Goffman, os quais estudaram o conjunto das relações sociais que concorrem para o desvio conforme veremos mais adiante. A matriz criminológica do *labelling approach*<sup>62</sup> é designada como enfoque, perspectiva ou teoria do interacionismo

---

<sup>60</sup> Desvio secundário refere-se ao efeito da aplicação da “etiqueta” de criminoso ou doente mental sobre a pessoa que é aplicada a etiqueta. (BARATTA, 2002) Pablos de Molina (1992, p. 245 apud GOLÇALVES, 2010, p. 55) complementa “O condenado assumirá, assim, uma nova imagem de si mesmo e redefinirá sua personalidade em torno do papel de desviado”.

<sup>61</sup> A primeira escola/corrente surgiu nos EUA na década de 1930 foi fundada por Robert Park, Louis Wirth e Thomas Znameck denominada como “Escola de Chicago”, a qual tratou da ideologia do desvio. Abordava os problemas da densidade moral nas grandes metrópoles industriais, sublinhou os mecanismos que conduziam à desagregação moral do tecido social provocando a exclusão material e moral do gueto. (XIBERRAS, 1996).

<sup>62</sup> Segundo Cozzi e Negrís (1996 apud MIOTO, 2001) consideram três grandes linhas teóricas no do desvio: as *teorias subjetivas* (relação intrínseca entre o ato desviante e as características pessoais do sujeito que o realiza), as *teorias anômicas* e o *labelling approach* (concebem o comportamento desviante no quadro mais amplo da construção social. As teorias anômicas são aquelas formuladas por Durkheim no seu estudo sobre “suicídio”, o *labelling approach* o desvio deixa de ser analisado como um produto do sujeito para ser analisada como um processo de atribuição social ou etiquetamento, com a finalidade de criminaliza-los) e as *teorias radicais e do conflito* (partem do pressuposto de que a vida social é permeada por conflitos que se revelam particularmente em torno do exercício do poder).

simbólico, etiquetamento e rotulação ou ainda paradigma da “reação social”, do controle ou da definição (ANDRADE, 1994) constituiu-se em uma das correntes desconstrutoras do moderno sistema penal<sup>63</sup>, considerado o paradigma que estuda o processo de criminalização.

Nesse sentido reafirma Baratta (1993) que o *labelling approach* foi influenciado por duas correntes fenomenológicas<sup>64</sup> da sociologia americana, uma delas foi o interacionismo simbólico inspirado na Psicologia Social e na Sociolinguística de Mead<sup>65</sup>, e a outra a Etnometodologia, originária da Sociologia Fenomenológica de Schutz. Na visão do interacionismo simbólico a sociedade é constituída por uma infinidade de interações concretas entre os indivíduos, às quais um processo de tipificação confere um significado que se afasta das situações concretas e continua a estender-se através da linguagem. Representa certa superação das rígidas concepções antropológicas e sociológicas do comportamento humano, ao evidenciar que não é possível considerar a sociedade, assim como a natureza humana, como dados estanques e estruturas imutáveis. O ponto central é de que os seres humanos constroem suas realidades num processo de interação com os outros seres humanos, sendo assim, o comportamento do homem é inseparável da interação social (ANDRADE, 1997).

A Etnometodologia constitui-se a segunda matriz do *labelling approach*, e é tributária da Sociologia Fenomenológica. De acordo com a teoria fenomenológica (SCHUTZ, 1979, p. 17 *apud* BISSOLI FILHO, 1997, p.41) cada indivíduo constrói o seu próprio mundo, fazendo-o com o auxílio de materiais e métodos que lhe são oferecidos pelos outros: “o mundo da vida é um mundo social que, por sua vez, é pré-estruturado para o indivíduo”.

---

<sup>63</sup> Andrade (1997) ao citar Cohen (1988) refere que a desconstrução do moderno sistema penal conforma-se a um conjunto de ataques (críticas, teorias, movimentos), desde a década de 1960, às fundações ideológicas e institucionais do sistema de controle penal. Esclarece que a desconstrução se distingue em duas dimensões: a dimensão propriamente desconstrutora consubstanciada pela crítica historiográfica, sociológica e criminológica do moderno sistema penal, aludindo distintas perspectivas analíticas, a citar, marxista, foucaultiana, interacionista do *labelling approach*, abolicionista e feminista; e a dimensão das Políticas Criminais alternativas e dos movimentos de reforma que a ela seguiram.

<sup>64</sup> A Fenomenologia, segundo Martins Filho (1997, *apud* BISSOLI FILHO, 1997) constitui-se de uma corrente do pensamento que surgiu no começo do século XX, como reação ao positivismo científico (já que a ciência não captaria toda a realidade) e ao apriorismo idealista: trata-se de um retorno às próprias coisas, pela busca do concreto. Seria ciência das essências (idéias universais), fundadas nos fenômenos captados pela consciência.

<sup>65</sup> A ideia central de Mead é que a sociedade se constrói através da “dinâmica dos atos sociais, ou troca entre as pessoas ou interações. (LIMA, 2001).

A partir dessas duas matrizes (interacionismo simbólico e a etnometodologia) é que surgiu o labelling approach como alternativa ao paradigma etiológico em criminologia. O enfoque do *etiquetamento* provocou uma ruptura metodológica e epistemológica em relação à criminologia tradicional, visto que não se origina mais pelo paradigma etiológico-determinista, substituindo-o por outro modelo dinâmico e contínuo, desvalorizando as estatísticas, como instrumento fundamental de acesso à realidade criminal (ANDRADE, 1997). E assim, representou a mudança de paradigma em Criminologia: a passagem de um paradigma baseado nas causas da criminalidade para outro baseado na investigação das condições da criminalização.

A introdução do *labelling approach*, sobretudo devido à influência de correntes de origem fenomenológica (como o interacionismo simbólico e a etnometodologia), na sociologia da deviança, do controle social e de outros desenvolvimentos da reflexão sociológica e histórica sobre o fenômeno criminal e sobre o direito penal, determinou, no seio da Criminologia contemporânea, uma troca de paradigmas mediante a qual esses mecanismos de definição e de reação social vieram ocupar um lugar cada vez mais central no interior do objeto da investigação criminológica. Constitui-se, assim, um paradigma alternativo relativamente ao paradigma etiológico, que se chama justamente, o paradigma da 'reação social' ou 'paradigma da definição'. (BARATTA, 1991a, p.225 apud ANDRADE, 1994, p.340).

Neste novo paradigma a teoria e a prática criminológica deixaram de se centrar no delinquente e no crime e passaram a se centrar na estrutura e funções do próprio sistema de controle social e suas diversas instâncias. Conforme afirmam Dias e Andrade (1992, p. 42-43 apud BISSOLI FILHO, 1997, p. 42) “[...] não são, em síntese, os motivos do delinquente, mas antes os critérios (os mecanismos de seleção) das agências ou instâncias de controle que constituem o campo natural desta nova Criminologia”. Baratta (2002, p.88) também é enfático quando sublinha tal mudança

Os criminólogos tradicionais examinam problemas do tipo “quem é criminoso?”, “como se torna desviante?”, “em quais condições um condenado se torna reincidente?”, “com que meios se pode exercer controle sobre os criminosos?”. Ao contrário, os interacionistas, como em geral os autores que se inspiram no labelling approach, se perguntam: “quem é definido como desviante?”, “que efeito decorre desta definição sobre o indivíduo?”, “em que condições este indivíduo pode se tornar objeto de uma definição?” e, enfim, “quem define quem?”.



Assim, a investigação deslocou-se dos controlados para os controladores e para o poder de controlar, ou seja, passou a ter uma dimensão macrossociológica. Deslocaram-se o interesse cognoscitivo e a investigação das “causas” do crime (criminoso e seu meio) para a reação social da conduta desviada, especialmente para o sistema penal e demais sistemas que tratam do conflito com a lei. Estes sistemas passaram a constituir um conjunto articulado de processos de definição de condutas desviadas (criminalização primária) e de atribuição do *status* ou etiquetamento de “criminosos” (seleção ou criminalização secundária). (ANDRADE, 1997; BISSOLI FILHO, 1997). Isto por que

[...] O *labelling* parte dos conceitos de “conduta desviada” e “reação social”, como termos reciprocamente interdependentes, para formular sua tese central: a de que desvio – e a criminalidade – não é uma qualidade intrínseca da conduta desviada ou uma entidade ontológica pré-constituída à reação (ou controle) social, mas uma qualidade (etiqueta) atribuída a determinados sujeitos através de complexos processos de interação social; isto é, de processos formais e informais de definição e seleção. Uma conduta não é criminal “em si” ou “per si” (qualidade negativa ou nocividade inerente) nem seu autor um criminoso por concretos traços de sua personalidade (patologia). O caráter criminal de uma conduta e a atribuição de criminoso a seu autor depende de certos processos sociais de “definição”, que atribuem à mesma tal caráter, e de “seleção”, que etiquetam um autor como delinquente. (ANDRADE, 1997, p.207-208).

Os interacionistas desenvolveram teorias sobre a categoria do “desvio”, bem como estudaram a categoria “estigma” e o olhar do estigmatizado (“alcoólatras”, “prostitutas”, “desempregados”, “criminosos”). A partir desse estudo criaram a teoria da rotulação ou etiquetagem, cujas obras de destaque são “*Outsiders*”<sup>66</sup> (BECKER, 1963) e “*Stigmat*” (GOFFMAN, 1961). Também contribuíram para a nova Escola de Chicago nomes como Ericson, Kitsuse, Gusfield, Lemert, Payne, Faust, Cicourel, entre outros. (XIBERRAS, 1996). Com base em tais teorias afirma-se que não é possível estudar a criminalidade independentemente destes processos (seletividade, etiquetamento, estigmatização). Por isso, mais apropriado que falar

---

<sup>66</sup> Segundo Becker (1963 apud XIBERRAS, 1996) a norma possui sentido unívoco e trata de um comportamento esperado por todos. O termo *outsider* (em inglês significa: estranho, intruso, pessoa de fora) possui o seguinte sentido, pode ser o indivíduo que transgride a norma e se torna um “estranho” frente à sociedade, é julgado como desviado e está fora do círculo dos membros “normais”.

da criminalidade (e do criminoso) é falar da criminalização (e do criminalizado) e esta é uma das várias maneiras de construir a realidade social.

### **3.2.1 A criminalização primária e a criminalização secundária segundo o *Labelling Approach***

A teoria do desvio de Becker possui uma visão contrária à visão tradicional de que o desvio é uma infração a uma regra, ou que o estudo do desvio compreende a investigação dos fatores da personalidade e situações vitais do desviado, que possam explicar as infrações. Contraria também a concepção tradicional de que o desviado integra uma classe homogênea de pessoas, pelo simples fato de terem cometido infração à lei. Dessa forma, o desvio segundo Becker (1997 apud BISSOLI FILHO, 1997, p. 238):

[...] é produzido pela própria sociedade, não no sentido de que as causas do desvio estão localizadas na situação social do desviado, ou em “fatores sociais” que impulsionam a sua ação, conforme os ensinamentos de FERRI, mas de que os grupos sociais produzem o desvio ao criar as regras cuja infração constitui o desvio (criminalização primária), e ao aplicar ditas regras a pessoas particulares, classificando-as como “estranhas” (criminalização secundária).

Portanto o *desvio* é “produto de uma interação humana” não é uma qualidade do ato que a pessoa realiza, mas uma consequência da aplicação de regras e sanções por outros a um transgressor, compreende muito mais o processo pelo qual as pessoas chegam a ser consideradas como “estranhas” e as reações produzidas pelo ato cometido do que uma característica pessoal ou social do desviado. O desviado é alguém a quem se tem aplicado este rótulo (etiqueta) com êxito, a conduta desviada é a conduta que a gente “cataloga” desse modo. Afinal não se pode dar como certo que determinadas pessoas tenham cometido um ato de desviação ou quebrado alguma regra, pois os processos de classificação podem ser falíveis, alguma pessoa de fato pode ter sido catalogada como desviada indevidamente. Ademais não se pode supor que a categoria dos classificados como desviados conterà todos aqueles que efetivamente tenham transgredido uma regra, pois muitos transgressores podem não ter sido detectados e, portanto, deixam de ser incluídos na população etiquetada como “desviada”. (BISSOLI FILHO, 1997, p. 239)

Este processo de interação que produz o desvio é denominado processo de criminalização, conforme mencionado acima, realiza-se em momentos distintos, ou seja, a criminalização primária (compreende a definição da conduta desviada) e a criminalização secundária (compreende a atribuição da etiqueta) sobre os autores da conduta desviada, através de um processo de estigmatização, fazendo com que o “desviado” passe a manipular a sua identidade, atendendo as expectativas da etiqueta que lhe foi imputada. (idem, ibidem).

Com relação à criminalização primária, as regras sociais são criadas por grupos sociais específicos, a imposição das regras é uma questão de poder político e econômico, uma vez que a sociedade está diferenciada em classes sociais. Os grupos que detêm mais poder, obviamente, farão e aplicarão as regras independentemente do consentimento dos demais. Por exemplo, as regras são feitas pelos adultos às crianças e adolescentes, os negros se encontram sujeitos às regras feitas pelos brancos, os nacionais fazem as regras para os estrangeiros, a classe média para a classe baixa. (BISSOLI FILHO, 1997).

A criação das regras, ou seja, o seu impulso efetivo na direção da sua concretização, segundo Becker (2008) está a cargo de pessoas a quem denominou “cruzados reformadores<sup>67</sup>”, que são uma espécie de “empresários morais”. O processo de criação das regras pode alcançar êxito como pode fracassar, pode triunfar como também esbarrar em limitações resultantes das interpretações judiciais.

Quanto à imposição das normas (criminalização secundária) Becker (idem, ibidem) observou que a existência de uma norma não garante automaticamente que a mesma seja aplicada, sustenta-se que a sanção se opera de forma seletiva e diferentemente entre classes de pessoas, épocas e situações. Becker aponta algumas premissas explicativas acerca desta observação, sintetizadas por Bissoli Filho (1997, p.247):

---

<sup>67</sup> As pessoas que apresentam iniciativas no sentido de criar novas classes de *outsiders* são denominadas *empreendedores morais*. São esses os “reformadores cruzados”, por exemplo, que acreditam na sacralidade de suas missões, apesar de muitas vezes contarem com a concordância daqueles que pretendem “salvar”. Mas os cruzados recorrem a especialistas, como psiquiatras ou advogados, que têm seus próprios interesses em jogo. Uma cruzada bem-sucedida tem como possíveis consequências não somente a criação de um novo conjunto de regras, mas a criação de novas agências, que institucionalizam o empreendimento e, finalmente, podem agir por meio de uma força policial. (MOURA, 2009, p. 4).

[...] 1) é um “ato de empresa”, posto que alguém (um “empresário”) deve tomar a iniciativa para castigar o culpado; 2) ocorre quando quem deseja que a regra seja imposta publicamente, apresenta a infração publicamente à consideração dos demais, posto que uma infração, uma vez tornada pública, não pode ser ignorada; 3) faz-se necessária, quando se vê alguma vantagem em agir deste modo; 4) o tipo de interesse pessoal que promove a imposição varia de acordo com a complexidade da situação na qual esta tem lugar; 5) o processo pelo qual as regras são impostas varia segundo os diferentes tipos de estrutura social. [...]

A regra expõe uma relativa precisão, quais ações se aprovam e quais se proíbem, o tipo “ideal” de uma regra específica é uma peça de legislação cuidadosamente redigida, em consonância com a interpretação judicial. Através das regras temos claro o que se deve fazer e o que é proibido se fazer, embora, a maioria das regras não são tão precisas nem tão seguras, ainda que sejam muito menos ambíguas e gerais, podemos interpretá-las de diversos modos. (BISSOLI FILHO, 1997).

Como observado na primeira seção a responsabilização do adolescente pelo ato infracional dá-se de acordo com as regras e mecanismos da legislação especial – o Estatuto da Criança e do Adolescente. O sistema socioeducativo refere-se ao grupo de medidas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (Título III – Da Prática de Ato Infracional, Capítulo III, Artigo 112<sup>68</sup>). As regras e procedimentos de apuração do ato infracional estabelecidos nos artigos 171 a 190 do Estatuto apresenta que sendo o adolescente apreendido por força de ordem judicial será desde logo encaminhado à autoridade policial competente. Sandrini (2009, p. 109) observa uma incoerência com relação às garantias processuais (art. 110 e 111 do Estatuto) do adolescente autor de ato infracional, pois ao garantir procedimentos legais para a apuração de prática de atos infracionais, o Estatuto impõe restrições ao arbítrio do Estado (Polícia, Poder Judiciário e demais instituições do controle), ao mesmo tempo equipara os adolescentes aos adultos, submetendo ambos a um ritual processual semelhante, desconsiderando seu próprio enunciado, isto é, de que são sujeitos jurídicos diferentes. Representa “uma equivalência entre a Justiça da Infância e da Juventude e a Justiça Criminal, pois o adolescente é acusado mesmo sendo inimputável”.

Morais da Rosa (1998, p. 284) provoca a seguinte problematização acerca da processualidade do ato infracional:

---

<sup>68</sup> Ver nota de rodapé número 17.

Apesar de o *Direito Infracional* ainda trabalhar, na sua visão hegemônica, sob a denominação de *processo* como algo mais que *procedimento*, grosso modo, *a maneira pela qual o processo caminha*, na linha do legado de **Liebman**, este escrito desloca a compreensão para a proposta de **Fazzalari** e, conjuga, em certa medida, a teoria do discurso de Habermas para, então, situar o lugar democrático do juiz no Processo Infracional, *eminentemente acusatório*. Com efeito, a concepção de *processo* manejada pelo *senso comum teórico* dos juristas é a de *entender* o processo como um conjunto de atos preordenados a um fim, ou seja, a atividade exercida pelo juiz no exercício da *Jurisdição*, sendo o *procedimento* seu aspecto puramente formal, o rito a ser impresso. O processo, assim, acaba se burocratizando em formas, modelos e ritos, muitas vezes tidos como acessório – reiterando a visão do Código de Menores –, redundando em flagrantes equívocos. Apesar de o conhecimento das formas processuais serem importante, o isolamento formal faz desaparecer a estrutura democrática – eminentemente acusatória – do Processo Infracional. É preciso mais, invertendo-se, por primeiro, a própria compreensão de processo. (grifos do autor)

Tais regras e procedimento serão influentes na criação de uma nova classe de “estranhos”, que não somente a legislação, mas também, os profissionais que assumem um papel na apuração do ato infracional e na execução das medidas socioeducativas de atendimento ao adolescente, tais como: os policiais, os delegados, os promotores de justiça, as assistentes sociais, os educadores dos centros educacionais e os advogados. (SEGALIN, 2008). Becker (2008) chama atenção para estes profissionais que impõem as regras e criam os “estranhos” de um modo “seletivo”. O que fará com que a pessoa que cometeu o delito seja de fato catalogada ou etiquetada como tal, isso dependerá da conduta do adolescente, depende do que o funcionário sinta que precisamente deve fazer para demonstrar que está cumprindo a tarefa que cabe a ele, depende do lugar que ocupa dentro da instituição, do tipo de ato cometido, são questões que também influenciam no momento de etiquetamento do adolescente como um “estranho”.

Ainda segundo Becker (idem) os funcionários e as instituições possuem uma visão pessimista da natureza humana, são céticos frente aos intentos de reformar os transgressores de regras. Uma das razões subjacentes do pessimismo destes funcionários acerca da natureza humana e de suas possibilidades de reforma é que se a natureza fosse perceptível e as pessoas pudessem ser permanentemente reformadas, seu trabalho poderia terminar. Um funcionário deste tipo prefere acreditar que as pessoas com que ele trata necessitam respeitá-lo. Do contrário, seria difícil realizar sua tarefa e o seu sentimento de segurança no trabalho estaria

comprometido. A intervenção dos policiais, por exemplo, pode revelar quando ele não está interessado no conteúdo da regra como tal, senão unicamente no fato de que a existência da regra lhe proporciona um trabalho, uma profissão. Existem dois interesses que condicionam a atividade desse profissional à imposição de regras: deve justificar a existência de seu emprego e conquistar o respeito daqueles a quem trata.

Nesse sentido, a intervenção do sistema de controle social socioeducativo torna-se cada vez mais segregante e produz os efeitos negativos na aplicação das medidas socioeducativas, principalmente quando se trata das medidas restritivas e privativas de liberdade, que contribuem, dessa forma, para a rotulação e estigmatização do adolescente autor de ato infracional. Muitas são as reflexões e críticas acerca da eficácia invertida da medida socioeducativa de internação e sobre as instituições privativas de liberdade (PASSETI, 2002; FOUCAULT, 1991; SANTOS, 1979). Questiona-se porque a privação de liberdade faz parte do conjunto de medidas socioeducativas do Estatuto da Criança e do Adolescente?

Machado (1998, p. 89) realiza uma reflexão sobre a liberdade de crianças e adolescentes, na sua acepção mais estrita a liberdade da pessoa física que opõe à privação de liberdade. Afirma que a noção de liberdade da pessoa física “é a possibilidade jurídica que se reconhece a todas as pessoas de serem senhoras de sua própria vontade e de locomoverem-se desembaraçadamente dentro do território nacional”. Estamos diante de um direito individual do cidadão, que se insere entre os chamados direitos fundamentais da pessoa humana, como são chamados os direitos humanos, quando positivados no ordenamento jurídico de um Estado soberano, ou seja, quando reconhecidos pela norma jurídica.

Santos (2002, p. 126) vêm dizer que as sanções privativas de liberdade não resultam ações positivas, não por falhas do sistema de tratamento, de insuficiência de técnicos qualificados ou de recursos financeiros, mas simplesmente, porque nestas instituições nada funciona. “Estratégias segregacionistas perderam legitimação do ponto de vista da prevenção especial ou geral, e a ideologia do confinamento está em contradição com o conhecimento científico e com princípios jurídicos que sintetizam direitos humanos fundamentais<sup>69</sup>”. Santos (idem, ibidem)

---

<sup>69</sup> Interpretar direitos humanos passa pela busca do equilíbrio entre o direito natural e o direito positivo, tomando-se por base fundamental a dignidade humana. Apesar das diferenças individuais,

faz uma importante ressalva quanto à formulação e execução de políticas criminais para a juventude que é tarefa da sociedade civil (por suas organizações e entidades representativas, como associações de bairros e de moradores, sindicatos, partidos políticos, empresas, escolas, igrejas, etc.) e da sociedade política, como um todo. Programas de descriminalização e de despenalização judicial não resolvem o problema da criminalidade juvenil, mas podem reduzir esse problema a proporções administráveis. A privação da liberdade não reduz o crime, pelo contrário produz estigmatização, prisionalização e reincidência criminal.

A produção social da criminalização se desdobra na consequência ainda mais grave da reprodução social dessa criminalização: quanto mais a reação repressiva, maior a probabilidade de reincidência do delito, ou seja, a criminalização primária produz a criminalização secundária, conforme o modelo do *labelling approach*: “a rotulação como infrator produz carreiras criminosas pela ação de mecanismos pessoais de adaptação psicológica à natureza do rótulo, combinada com a expectativa dos outros de que o rotulado se comporte conforme a rotulação, praticando novos crimes”. A execução das medidas privativas de liberdade, como indica Baratta (2002, p.186):

[...] dessocializa o ser humano através da prisionalização, como processo simultâneo de desaprendizagem dos valores da vida social (perda do sentido de responsabilidade, formação de imagens ilusórias da realidade e distanciamento progressivo dos valores comuns) e de aprendizagem das regras do mundo artificial da prisão (atitudes de cinismo e culto à violência, por exemplo).

Da teoria da criminalização importa ressaltar os aspectos relacionados à operacionalização da seletividade do sistema socioeducativo, bem como, os efeitos do etiquetamento, com ressalva para o processo de estigmatização. Para descrever sobre essas ideias faremos uso da teoria da criminologia crítica, para tanto, faz-se

---

culturais, sociais e biológicas, a essência do ser humano é uma só e, por isso, merece respeito e proteção em todas as partes do mundo. Para Bobbio “parte do pressuposto de que os direitos humanos são coisas desejáveis, isto é, que merecem ser perseguidos, e de que, apesar de sua desejabilidade, não foram ainda todos eles (por toda a parte) reconhecidos; e estamos convencidos de que lhes encontrar um fundamento, ou seja, aduzir motivos para justificar a escolha que fizemos e que gostaríamos fosse feita também pelos outros, é um meio adequado para obter para eles um mais amplo reconhecimento” (2004, p. 15-16).

necessário entender o surgimento da criminologia crítica e a crítica realizada à teoria do *labelling*.

### 3.3 A Criminologia Crítica

O surgimento da Criminologia Crítica adveio da substituição de outras correntes criminológicas que passaram a orientar-se pelo novo paradigma da reação social. Conforme afirma Baratta (2002, p.159) “com as teorias da criminalidade e da reação social penal, baseadas sobre o *labelling approach* e com as teorias conflituais tem lugar, no âmbito da sociologia criminal contemporânea, a passagem da *criminologia liberal* à *criminologia crítica*”.

Andrade (1997) alerta que os aportes teóricos recebidos pela criminologia crítica passaram por dentro do paradigma da reação social, entretanto, para além dele desenvolveu a dimensão de poder numa perspectiva materialista, considerada deficitária no *labelling approach*. Complementa que a utilização deste paradigma é uma condição necessária, porém não suficiente para qualificar uma Criminologia como crítica, pois:

(...) O desenvolvimento do paradigma da reação social no marco do conflito ainda que alce uma dimensão macrosociológica, o faz com insuficiente grau de abstração em relação à estrutura econômica. Pois, uma vez que a atenção se fixa no processo de criminalização em si, sem perquirir seus condicionantes estruturais, **a interpretação “atomista” da sociedade, vista como um conjunto de pequenos grupos, cujas relações não remetem nunca às relações mais gerais de classe, isto é, a uma desigual distribuição das oportunidades sociais.** (PAVARINI, 1990, p.131 apud ANDRADE, 1997, p.215, grifo nosso).

O objeto de conflito não se refere às relações estruturais, mas a mera relação política de domínio de alguns indivíduos sobre outros. A autora (ibidem) acrescenta um segundo aspecto, relacionado ao primeiro, como crítica ao *labelling*.

[...] Refere-se à radicalização do antideterminismo [...]. É que – escreve - ao negar taxativamente a existência de uma realidade fenomênica do desvio que não seja efeito do processo de etiquetamento, “chega com o tempo a negar também toda a realidade estrutural (social, política, econômica) na explicação do comportamento desviante”. A criminalidade como fenômeno se transformou assim em pura aparência de um jogo formal de recíprocas interações. [...] Se não se explicam, pois as razões de porque certo comportamento é enquadrado como desviante ou de porque certo sujeito é criminalizado, a criminalidade,



ademais ser de uma aparência, chega a ser também um inexplicável acidente. (ANDRADE, 1997, p.216).

Explícitos os limites das teorias do *labelling* para traduzir-se em uma crítica macrosociológica do sistema penal e nas teorias do conflito para exaltar o nível da estrutura de classe, bem como as dificuldades de ambas para apreender as condicionalidades estruturais da criminalidade, resulta em um considerável déficit explicativo (ANDRADE, 1997). A Criminologia Crítica desenvolveu-se, a partir dos anos 40 do século XX, justamente com o intuito de preencher esse vazio heurístico:

Quando falamos de “criminologia crítica” e, dentro deste movimento tudo menos que homogêneo do pensamento criminológico contemporâneo, colocamos o trabalho que se está fazendo para a **construção de uma teoria materialista, ou seja, econômico-política, do desvio, dos comportamentos socialmente negativos e da criminalização, um trabalho que leva em conta instrumento conceitual e hipóteses elaboradas no âmbito do marxismo.** (...) A plataforma teórica alcançada pela criminologia crítica, e preparada pelas correntes mais avançadas da sociologia criminal *liberal*, pode ser sintetizada em uma dupla contraposição à velha criminologia positivista, que usava o enfoque biopsicológico. (BARATTA, 2002, p. 159, grifo nosso).

Andrade (1997, p.219) pontua que a Criminologia Crítica permitiu evidenciar o déficit causal do paradigma etiológico e desconstruir seus fundamentos epistemológicos, pelo fato de a Criminologia Positiva ter “como referente para a individualização do seu objeto a própria lei penal e os resultados finais e contingentes do processo de criminalização acionado pelo sistema penal”. Ao ter delimitado o objeto à investigação das causas da criminalidade, essa perspectiva ficou subordinada ao Direito Penal. E ao ter identificado os criminosos com os autores das condutas definidas legalmente, identificou a população criminal com aqueles selecionados pelo sistema. “[...] Seu laboratório de experimentação, que deveria ser a sociedade, converte-se, na prática, nas prisões, nos manicômios e delegacias de polícia” (Ibidem, p.220). Desse modo, sua dependência metodológica ultrapassou a normatividade e se estendeu ao resultado da própria operacionalidade.

Continua a autora, essa situação de dependência em relação ao objeto de estudo e as sobreposições daí resultantes, levaram à indagação de seu *status* científico, pelo fato que “uma investigação causal-explicativa não é aplicável a

objetos definidos por normas, convenções ou avaliações sociais ou institucionais” (ANDRADE, 1997, p.221) por produzir uma “coisificação” dos resultados, pelo fato da criminalidade e dos criminosos serem tidos como objetos, “coisas” que não dependem de definições normativas. Ela excluiu a reação social de seu objeto, centrou-se na ação criminal e afirmou a criminalidade como uma realidade ontológica. Tal dependência metodológica conduziu a Criminologia Positiva a uma também dependência ideológica da Dogmática Penal e tornou possível o modelo integrado de Ciência Penal. Portanto, essa criminologia colocou seu saber ao serviço dos objetivos declarados do sistema e contribuiu para a racionalização do mesmo, tornando-se, na verdade, a “ciência do controle social”.

Sendo assim, a Criminologia Crítica recuperou a análise das condições objetivas, estruturais e funcionais que originam, na atual sociedade, os fenômenos do desvio. No entanto,

[...] é quando o enfoque macrosociológico se desloca do comportamento desviante para os mecanismos de controle social dele, em especial para o processo de criminalização, que o momento crítico atinge sua maturação na Criminologia, e ela tende a transformar-se de uma teoria da criminalidade em uma teoria crítica e sociológica do sistema penal. De modo que, deixando de lado possíveis diferenciações no seu interior, ela se ocupa hoje em dia, fundamentalmente, da análise dos sistemas penais vigentes. (ANDRADE, 1997, p. 218).

Em suma, o novo paradigma criminológico contemporâneo, em sua vertente denominada Criminologia Crítica, ocupa-se atualmente da “análise dos sistemas punitivos em suas manifestações empíricas, em sua organização e em suas funções reais” (BARATTA, 1987, p. 624 apud NASPOLINI, 1995, p. 25). Nesta análise procura demonstrar que o sistema penal caracteriza-se como incapaz de cumprir as funções declaradas pela ideologia da defesa social. Coloca em dúvida o princípio do Direito Penal como um direito igual a todos, ao revelar que sua função de proteção dos “bens jurídicos” universais, na verdade, conforma a proteção seletiva destes mesmos bens e que a pena como função instrumental de controle e redução da criminalidade e defesa social não se efetiva como tal. Promessas falsificadas, ou na melhor das hipóteses, não verificadas empiricamente. (NASPOLINI, 1995).

### **3.3.1 A seletividade do sistema socioeducativo**

A crítica que a Criminologia Crítica faz ao sistema penal, se utilizada também como crítica ao sistema socioeducativo brasileiro permite demonstrar o nexo funcional do sistema penal e socioeducativo com a desigualdade social estrutural da sociedade capitalista, principalmente ao evidenciar seu funcionamento como instrumento de gerência diferencial das ilegalidades através da produção diferencial ou seletiva da criminalidade. (CARDOSO, BRAGA, SHULTZ, 2008).

Segundo Andrade (1997) no processo de criminalização, opera-se uma dupla seleção: a seleção dos bens jurídicos protegidos e dos comportamentos ofensivos a estes bens, o segundo tipo de seleção diz respeito aos indivíduos estigmatizados entre todos aqueles que praticam tais comportamentos. No que concerne à “criminalização primária”, não há um consenso prévio em torno dos bens jurídicos que devem ser tutelados, nem as condutas que merecem ser tipificadas. Por isso o processo de criminalização à luz do paradigma tradicional deveria tratar a todos os interesses e todas as pessoas com igualdade acabam, porém acaba sendo desigual e seletivo. Afinal, conforme acentua Foucault (1991, p. 82) o sistema das legislações penais e acrescento aqui as medidas socioeducativas privativas de liberdade pode ser visto apenas como [...] “um instrumento para gerir diferencialmente as ilegalidades, não para suprimi-las a todas”.

Indicar as variantes ou determinantes da seleção que se opera no interior do processo de criminalização (primária e secundária) é o objetivo da teoria da seletividade. Na seletividade do processo da criminalização primária a escolha dos bens jurídicos a serem juridicamente tutelados e das condutas socialmente danosas são determinadas pelos que detêm mais poder, obviamente serão condutas mais adaptadas aos fracos. (BISSOLI FILHO, 1997).

A seletividade do processo de criminalização secundária também prejudica mais às classes menos favorecidas, sobretudo porque não haveria como se criminalizar a todos os autores de condutas, recaindo a seleção nas pessoas que já são estereotipadas ou estigmatizadas como perversas. Dando continuidade a discussão iniciada acima, entretanto sob o viés da criminologia crítica, a seleção secundária é a que é realizada pelos órgãos policiais em primeira mão (Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Federal, entre outras instituições que exercem o poder de polícia), pelo Ministério Público e pelo Poder Judiciário. (Idem, Ibidem). Os delitos não perseguidos, que não chegam aos olhos dos policiais (pois não são realizados nas ruas por onde eles passam) nem são apontados como fatos

estatísticos, constituindo a chamada “criminalidade oculta ou não oficial”. Embora se haja dificuldade em reconhecer números precisos sobre essa criminalidade, as diversas investigações empíricas, mesmo que parciais, são representativas para apontar tal “cifra negra”<sup>70</sup> da criminalidade (ANDRADE, 1994). Nesse sentido, o processo de criminalização é, em todas as fases, criador de cifras negras e, por isso redutor dos contingentes de criminalidade.

Thompson (1983), reportando-se à Sir Leon Radznowicz, assevera que a existência da “cifra negra” decorre algumas consequências:

a) representa a substância do crime, enquanto as estatísticas oficiais são tão somente sua sombra; b) torna exatamente difícil descobrir os verdadeiros caminhos e composição da criminalidade; c) restringe e distorce nosso conhecimento a respeito dos criminosos; d) as atitudes da sociedade com relação ao crime e à punição são inevitavelmente irrealistas; e) impõe-se como maior fator no enfraquecimento de qualquer efeito intimidativo que a punição ou o tratamento dos criminosos pudesse ter; f) provavelmente, o sistema não tem o menor interesse em tentar diminuir a cifra negra, pois a polícia, os promotores, o Judiciário e os estabelecimentos prisionais sucumbiriam se tivessem que lidar com todos os que, realmente, praticam infrações penais. (1983, p.14-15)

De acordo com Andrade (1997) a seleção que acontece no interior do processo de criminalização pode ser quantitativa ou qualitativa. Verifica-se a necessidade de uma seletividade quantitativa, para que o sistema penal continue a funcionar, pois diante da suposição indesejável de criminalizar toda a população, ele estrutura-se para que a legalidade processual não se efetive em toda a sua extensão (ZAFFARONI, 1991 *apud* ANDRADE, 1997) Por este fato, constata-se a disparidade entre o número de situações nas que o sistema é chamado a intervir e aquelas em que realmente tem possibilidades de intervir e verdadeiramente intervém (BARATTA, 1993 *apud* ANDRADE, 1997). Tal realidade administrativa da justiça mostra claramente a deturpação dos princípios (segurança e igualdade) do próprio sistema, na medida em que o ínfimo número de casos registrados evidencia a imunidade e a impunidade que se assentam (HULSMAN, 1993 *apud* ANDRADE, 1997).

---

<sup>70</sup> “[...] Foi chamado de “cifra negra”, “cifra obscura” ou “zona obscura” (*dark number*) da criminalidade, designando a defasagem que medeia entre a criminalidade real - isto é, as condutas criminalizáveis efetivamente praticadas - e a criminalidade estatística (oficialmente registrada)”. (HULSMAN, 1993, p.64-5, HASSEMER e COÑDE, 1989, p.46-7 *apud* ANDRADE, 1994, p. 403).

A *seleção quantitativa* leva a crer que a criminalidade é um comportamento de muitos ou até da maioria dos membros de nossa sociedade, ao contrário do preceituado pela criminologia positivista que afirma que a criminalidade é um atributo de uma minoria de indivíduos socialmente perigosos que, seja devido a anomalias físicas (biopsicológicas) ou a fatores ambientais e sociais, possui uma tendência a delinquir.

A criminalidade estatística não é, portanto, uma cópia da criminalidade real, mas o resultado de um complexo “processo de refração” existindo entre ambas um profundo defasamento não apenas quantitativo, mas também qualitativo, pois o “efeito-de-funil” ou a mortalidade de casos criminais operadas ao longo do corredor da delinquência, isto é, no interior do sistema penal, resulta da ampla margem de discricionariedade “seletiva” dos agentes do controle. (DIAS e ANDRADE, 1984, p. 132 apud ANDRADE, 1994, p. 408, grifos do autor).

Zaffaroni (1991, p.26) assegura que se o discurso jurídico do controle social viesse a realizar a planificação contida nas leis (cita-se as leis penais e as medidas socioeducativas) provocaria uma “catástrofe social”. É tamanha a disparidade entre o exercício do poder programado e a capacidade operativa dos órgãos [...] “mas se por uma circunstância inconcebível este poder fosse incrementado a ponto de chegar a corresponder a todo o exercício programado legislativamente, produzir-se-ia o indesejável efeito de se criminalizar várias vezes toda a população”.

Chama-se atenção para os dados sobre a criminalidade juvenil apresentados na primeira seção deste trabalho, sobre os quais é preciso observar com a devida atenção, pois conforme salienta Bissoli Filho (1997) é preciso resultar claro ao pesquisador quando se detêm nos números da criminalidade e utiliza o termo “desviado” ou outros que sirvam para rotular o adolescente, que afinal a parcela da população apontada nas estatísticas e etiquetada como desviada foi selecionada previamente. Baratta (2002) afirma que o sistema penal dirige suas ações contra determinadas pessoas, mais que contra ações legalmente definidas como delitos. Essa afirmação cabe também ao sistema socioeducativo.

Colet e Coitinho (2008), Adorno (2002) e Souza (2003) observam que pela via das estatísticas criminais se objetiva a criminalidade revelada, ou seja, aquela que chegou ao conhecimento da polícia. Entretanto, a criminalidade real não é possível de ser identificada, pela suspeição da existência de elevadas “cifras

negras” devido às subnotificações, negociações paralelas entre vítimas, agressores e autoridades, crimes do “colarinho branco”<sup>71</sup>, políticas públicas que privilegiam a contenção de uma ou outra modalidade delituosa, e ainda, a desistência da vítima em denunciar a ocorrência do crime.

A seletividade do controle social não responde apenas a impulsos endógenos: ela é resultado, como aponta Andrade (2006 *apud* COLET, COITINHO, 2008), de determinantes sócios estruturais:

Em primeiro lugar, à incapacidade estrutural do sistema penal operacionalizar, através das agências policial e judicial, toda a programação da Lei penal, dada a magnitude da sua abrangência. Pois está integralmente dedicado “a administrar uma reduzidíssima porcentagem das infrações, seguramente inferior a 10%” [...]. Em segundo lugar, a seletividade do sistema penal se deve à especificidade da conduta praticada e das conotações sociais dos respectivos autores. Pois impunidade e criminalização são orientadas pela seleção desigual de pessoas de acordo com seu status social e não pela incriminação igualitária de condutas. (ANDRADE, 2006 *apud* COLET, COITINHO, 2008 p.7-8).

Com relação à seletividade do sistema que opera de forma *qualitativa* levam-se em consideração outras variáveis relativas não mais à capacidade operacional do sistema penal e socioeducativo, mas relacionadas à especificidade das infrações e as conotações sociais dos autores dos delitos. (BISSOLI FILHO, 1997).

Conforme esclarece Andrade (1994)

[...] a clientela do sistema penal é composta regularmente em todos os lugares do mundo por pessoas pertencentes aos baixos estratos sociais, isto indica que há um processo de seleção de pessoas às quais se qualifica como delinquentes e não, como se pretende, um mero processo de seleção de condutas qualificadas. O sistema penal se dirige quase sempre contra certas pessoas, mais que contra certas ações legalmente definidas como crime [...].

---

<sup>71</sup> “(...) Em seu clássico artigo *White-Collar Criminality* SUTHERLAND (1940) mostrava, com apoio de dados extraídos das estatísticas de vários órgãos americanos competentes em matéria de economia e comércio, a impressionante proporção das infrações a normas gerais praticadas neste setor por pessoas colocadas em posição de alto prestígio social, bem como analisava as causas do fenômeno, sua ligação funcional com a estrutura social e os fatores que explicavam a sua impunidade. (...) Elas correspondem a um fenômeno criminoso característico não só dos Estados Unidos da América do Norte, mas de todas as sociedades de capitalismo avançado”. (BARATTA, 1991, p.101 *apud* ANDRADE, 1994, p. 402)

Portanto, a seletividade qualitativa, atua tanto no campo das condutas quanto das pessoas, ou seja, no campo das condutas delituosas são criminalizadas com maior frequência as classes baixas em contrapartida imuniza a classe alta. Já a seleção no campo das pessoas diz respeito à ação do sistema sobre as pessoas estereotipadas e estigmatizadas, mais vulneráveis (idem, 1997).

Andrade (ibidem, p.263) sustenta ainda, que “a passagem do crime de instância a instância (Polícia-Ministério, Público-Justiça-Administração, penitenciária), isto é, o processo de criminalização é, em todas as suas fases, criador de cifras negras e, por isso, redutor de contingentes de criminalidade”. Os dados criminais não só revelam uma defasagem quantitativa, como também qualitativa. “Pois o “efeito funil” ou a “mortalidade de casos criminais”, operada ao longo do corredor da delinquência, [...] resulta na ampla margem de discricionariedade seletiva dos agentes de controle”.

Zaffaroni (1991) reafirma que todas as instituições privativas de liberdade estão povoadas por pobres, o que indica que há um processo de seleção de pessoas às quais se qualifica como delinquentes. Santos (2002) apresenta uma rica contribuição no sentido que ainda que sejam apontadas as variáveis sócio estruturais para determinar a criminalidade como comportamento do sujeito, parece legítimo supor que essas variáveis (por exemplo: a escolaridade e o emprego) teriam ainda maior poder sobre a criminalização da juventude deficitária, como atividade seletiva do sistema de controle baseada no status social do adolescente: carências e déficits sociais não seriam, simplesmente, variáveis independentes no sentido de causas da criminalidade atuantes sobre o indivíduo, mas a própria origem da filtragem do processo de criminalização que produz a clientela do sistema de controle social.

Com a mesma função de seleção e de marginalização que caminham as instituições do sistema socioeducativo, encontram-se também as escolas, consideradas segundo Baratta (2002, p. 171) “o primeiro segmento do aparato de seleção e de marginalização na sociedade”.

### **3.3.2 O sistema escolar como o primeiro segmento de seletividade**

As funções exercidas pelo sistema escolar e pelo sistema socioeducativo respondem à exigência de reproduzir e de assegurar as relações sociais existentes,

isto é, de conservar a realidade social. Esta realidade se manifesta com uma desigual distribuição dos recursos e dos benefícios, correspondentemente a uma estratificação em que a sociedade capitalista desenvolve zonas de desenvolvimento e marginalização. O sistema escolar que vai da instrução elementar à média e à superior, reflete a estrutura vertical da sociedade e contribui para criá-la e para conservá-la, através de mecanismos de seleção, discriminação e marginalização (ADORNO, 1991).

O efeito criminalizante e estigmatizador que a escola, por vezes, produz foi denunciado por Polli (2008) em pesquisa realizada no âmbito escolar sobre os caminhos da criminalização da indisciplina. A pesquisadora apresenta um fato que lhe chamou a atenção, foi quando alguns estudantes estavam chegando à escola e o diretor não os deixou entrar, pois os estudantes estavam usando colares, calças e moletons largos, segundo o diretor, o uso de colar era “coisa de marginal” e de gente “sem futuro”. Tal fato levou à rotulação dos adolescentes pela escola como “perigosos” ou “potenciais delinquentes”, estando sujeitos a uma vigilância mais intensa e por vezes aos cuidados da polícia – no caso, a patrulha escolar.

Nesse sentido, percebe-se que dependendo do tipo de atitude dos profissionais que trabalham na escola podem conduzir à estigmatização e criminalização de determinados alunos, cujas possibilidades de sucesso na instituição escolar serão pequenas. Esse processo está atrelado a um modelo de controle social perverso, de contenção de populações consideradas “perigosas”, fato que seleciona e reproduz as estruturas sociais desde a base escolar. (ibidem).

Tomemos outro exemplo, a questão do mérito e dos testes de inteligência escolar constituem-se legitimadores das diferenciações sociais, levam a evidenciar os efeitos discriminatórios do sistema escolar sobre meninos provenientes dos estratos inferiores do proletariado e dos grupos marginais. Uma das primeiras razões do insucesso escolar consiste, no caso dos meninos provenientes destes grupos, na notável dificuldade de se adaptarem a um mundo em parte estranho a eles, e a assumirem os seus modelos comportamentais linguísticos. A atitude do professor em face do menino proveniente de grupos marginais é caracterizada por preconceitos e estereótipos negativos, que condicionam a aplicação seletiva e desigual (BARATTA, 2002).

A questão das notas escolares é na realidade um típico exemplo de percepção seletiva da realidade, pois separa os “bons” dos “maus” alunos, o mau



aluno tende a ser rejeitado e isolado pelos outros meninos. Segundo Baratta (2002) pesquisas anteriores confirmaram a correlação do rendimento escolar com a percepção que o menino tem do juízo e das expectativas do mestre em relação a ele. No caso do menino proveniente de grupos marginais, a escola é a primeira volta do espiral que o impele, cada vez mais, para o seu papel de marginalizado.

Portanto o sistema escolar e o sistema socioeducativo: [...] “realizam a mesma função de reprodução das relações sociais e de manutenção da estrutura vertical da sociedade, criando, em particular eficazes contraestímulo à integração dos setores mais baixos e marginalizados do proletariado” (BARATTA, 2002, p. 175).

### **3.4 As etiquetas e os efeitos sobre o adolescente autor de ato infracional**

Os efeitos produzidos através do processo de imposição de etiquetas criam uma identidade “desviada” altamente visível que podem induzir o adolescente a novas formas de desvio. Segundo Payne (1973 apud BISSOLI FILHO 1997) as etiquetas podem ser positivas, atos de louvor e inclusão (trabalhador, inteligente, esforçado, etc.) ou negativas, atos de censura e separação (delinquente, infrator, ladrão, viciado homossexual, etc.). Tais etiquetas permanecem como marcas que podem persistir, mesmo depois do adolescente ter mudado o comportamento. Toma-se como exemplo, a discussão realizada na primeira seção deste trabalho acerca do conceito de adolescente e da denominação “adolescente infrator”.

Ainda segundo Payne (1973, p. 107 apud BISSOLI FILHO, 1997, p. 259) as etiquetas produzem os seguintes efeitos, melhores sintetizados abaixo: “1) identificam o desviado; 2) criam auto etiquetas; 3) criam expectativas; 4) podem perpetuar o comportamento; 5) podem se generalizar; 6) produzem o desvio secundário; 7) dirigem a atividade social; 8) produzem subculturas”.

*Identificam o desviado:* tornam o adolescente visível no seu contexto social e invisível a perante a sua própria individualidade, uma vez que a etiqueta negativa obscurece e esconde todas as demais características do indivíduo.

*Criam auto etiquetas:* o adolescente vai se sentir conforme os demais o veem, com grandes probabilidades de se afastar cada vez mais dos considerados “não etiquetados”.

*A etiqueta cria expectativas* porque produz uma conduta conforme as expectativas sociais existentes em relação àquela conduta, ou seja, o adolescente vai se comportar conforme a etiqueta posta.

*As etiquetas podem perpetuar o comportamento*, as leis e as medias de impô-las podem agravar o problema mais do que resolvê-lo. Volta-se àquela questão já abordada, sobre a medida socioeducativa de internação, a qual intensifica a conduta estereotipada e intensifica o desvio nos grupos que recebem a medida.

*As etiquetas se generalizam* quando uma etiqueta que indica uma característica negativa, muitas vezes indica outros traços negativos que a sociedade supõe que seja sua consequência, como se as características pudessem passar de uma pessoa para outra como uma enfermidade.

*As etiquetas podem criar formas adicionais de condutas*, ou seja, o “desvio secundário”, pois a definição de “infrator”, “delinquente” pode marcar o adolescente como alguém diferente das pessoas respeitadoras da lei, esse fato pode criar outras reações ao adolescente criando caminhos para o cometimento de outros delitos, designado como “desvio secundário”.

As etiquetas dirigem a atividade social, por exemplo, as etiquetas como: “ex-interno”, “doente mental”, “viciado em drogas” podem incitar e mobilizar a energia pública, a mobilização e união da comunidade para agir contra ou a favor desses efeitos.

Por fim, *as etiquetas sociais negativas facilitam a formação de grupos de pessoas que estão marginalizados do resto da sociedade e que se agrupam para a ajuda e proteção recíprocas (subculturas)*. Ou seja, as pessoas etiquetadas como estranhas ao grupo, por uma necessidade de ordem psicológica de serem aceitas, estimadas, de ter um grupo de referência que lhes dê apoio moral procurarão fazer contato com outras pessoas em condições semelhantes, formando grupos. Tais grupos oferecem aos seus membros soluções coletivas para os problemas comuns. Esses grupos subculturais podem ser simplesmente comunidades desviantes ou formar verdadeiras gangues.

### **3.5 A estigmatização do adolescente autor de ato infracional**

Segundo Goffman (1988) o termo “estigma” é de origem grega e define “sinais” corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de

extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. O significado que nos referimos aqui é um tanto semelhante ao sentido literal, porém é mais aplicado à própria desgraça do que à sua evidência corporal. O termo é usado em referência

[...] a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem honroso nem desonroso. [...] Assim sendo, um estigma é, então, na realidade, um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo [...]. (GOFFMAN, 1988, p. 13).

Para este autor há três tipos de estigmas, eminentemente diferentes: o primeiro deles diz respeito às deformidades físicas, o segundo se relaciona com as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas, crenças falsas e rígidas, desonestidade, e por fim, os estigmas tribais de raça, nação e religião. A característica comum presente nos três tipos é que o estigma representa um traço que pode chamar a atenção e afastar aquele que o detém das relações sociais com os “normais”, destruindo a possibilidade de que outros atributos seus sejam por estes percebidos. Nesse sentido, o estigma pode ser visto sob a ótica dos “normais” e sob a ótica do próprio indivíduo estigmatizado. Para os ditos “normais” o indivíduo com um estigma não é tido como completamente humano. Já o indivíduo estigmatizado tende a incorporar os defeitos que os outros veem nele.

Soares (2004, p. 133) assegura que o jovem quando é pobre e negro é um ser socialmente invisível para a sociedade, consequência do preconceito ou da indiferença que se projeta sobre o outro, gerando o estigma, que “[...] dissolve a identidade do outro e a substitui pelo retrato estereotipado e a classificação que lhe impomos [...] corresponde a acusá-la simplesmente pelo fato de ela existir”. Segalin (2008, p.170) em sua dissertação de mestrado apresenta duas falas de funcionários das instâncias de controle do sistema socioeducativo de São Miguel do Oeste - SC, que expressam claramente como o adolescente é estigmatizado perante a sociedade: “[...] “a sociedade o vê mais como um marginal, um desvirtuado, um desajustado sem motivo. (Juiz de Direito). [...] prá sociedade ele é o estigma, ele é o marginal, o pivete, é o pilantra, é o sem-vergonha. (Defensoria Dativa)”.

Goffman (1988) esclarece que os estigmas servem para definir a identidade social do indivíduo, ou seja, quando resulta do relacionamento com as outras pessoas. A identidade social poderá ser *virtual* na medida em que resulta da projeção acerca do que o indivíduo “deveria ser” e poderá ser *real* quando representar o que efetivamente é. No entanto, a partir da teoria de Goffman sobre o estigma é preciso ir além da identidade social, é necessário conhecer a identidade pessoal, a qual é formada com base em dois repertórios básicos da vida do indivíduo. a) As marcas positivas, ou seja, os atributos biológicos imutáveis, caligrafia, aparência fotográfica, impressões digitais; b) e os elementos de identificação pessoal, o conjunto completo de fatos sobre uma pessoa, o nome, a data de nascimento e outros dados documentais, ou seja, corresponde à biografia do sujeito, sua identidade.

O que importa ter claro é que, de fato, os adolescentes das classes menos favorecidas, de forma bastante perceptível, trazem a marca do seu status na linguagem, aparência e gestos, e que, em referência às instituições públicas de nossa sociedade, descobrem que são cidadãos de segunda classe, estão mais sujeitos a se verem estigmatizados. Goffman (1988, p. 148) conclui que,

[...] o estigma envolve não tanto um conjunto de indivíduos concretos que podem ser divididos em duas pilhas, a de estigmatizados e a de normais, quanto um processo social de dois papéis no qual cada indivíduo participa de ambos, pelo menos em algumas conexões e em algumas fases da vida. O normal e o estigmatizado não são pessoas, e sim perspectivas que são geradas em situações sociais durante os contatos mistos, em virtude de normas não cumpridas que provavelmente atue sobre o encontro.

Nesse sentido, tanto o adolescente portador de um estigma, como situado no estereótipo de criminoso, são mais facilmente selecionados pelo sistema socioeducativo, o que demonstra que a estigmatização e o etiquetamento do adolescente autor de ato infracional o torna mais vulnerável à ação do sistema (BISSOLI FILHO, 1997).

Zaffaroni (1991, p. 268) corrobora com Bissoli Filho quando afirma que o grau de vulnerabilidade do adolescente ao sistema “decide a seleção e não o cometimento do injusto, porque há muitíssimos mais injustos penais iguais e piores que deixam o sistema penal indiferente”. Sandrini (2009) complementa que um elemento importante para a inserção na criminalidade é a penalização, ou seja,

ocorre através do contato com os mecanismos sociais de controle e repressão, que preferencialmente penalizam os já socialmente criminalizados. Permite pensar que há um insucesso dos mecanismos de controle social do poder disciplinar, pois o conveniente e esperado seria a fabricação de corpos úteis e dóceis, disciplinados e produtivos, como já dizia Foucault (1977). Sandrini (2009, p. 131) esclarece que:

No momento do flagrante de ato infracional, a aparência e as referências pessoais dos adolescentes determinam tratamento a eles dispensado pelo aparato policial. Um adolescente que frequenta regularmente a escola, com bom endereço, telefone, pais empregados que lhe dão atenção imediata, terá uma passagem sem consequências pelo sistema jurídico-repressivo, enquanto para a vida de um adolescente que mora numa favela, filho de desempregados, com escolaridade irregular, provavelmente essa passagem deixará marcas indeléveis.

Com isso, podemos pensar que o processo de criminalização do adolescente constitui-se um processo longo e marcante que se inicia ainda enquanto criança, passando pela adolescência e, muitas vezes, se estendendo à vida adulta. Conforme Santos (2002) o caráter criminoso do comportamento do adolescente não é característica do ato em si, mas qualidade a ele atribuída pelo sistema de controle. Essa atribuição tem efeito de criminalização da juventude e atua de forma seletiva com base no status social do adolescente, são etiquetas e estigmas que podem perdurar anos, quem sabe, por toda a vida do adolescente.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo proposto no trabalho, de problematizar os processos de criminalização do adolescente no Brasil, foi alcançado, no limite desta monografia. Inicialmente explanou-se sobre o contexto econômico, político e social brasileiro a partir da década de 1970, entendendo o cenário brasileiro sob a ótica do neoliberalismo que desde a década de 1990 tem caminhado para o desenvolvimento econômico propiciando a exploração de poucos sobre muitos. As políticas sociais foram adaptadas ao trinômio – privatização, focalização e descentralização – com um único objetivo de regular as relações sociais, favorecendo a acumulação do capital e oferecendo as bases para a legitimação do Estado, ou seja, o “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (NETTO, 2008, p. 227).

De maneira geral, assistiu-se nos últimos cinquenta anos a uma aceleração de mudanças, com novas formas de acumulação de capital e de concentração industrial e tecnológica, mutações nos processos de trabalho, nas formas de recrutamento, alocação e distribuição da força de trabalho, enfim, a exploração exacerbada da mais-valia (trabalho excedente não pago). A abordagem das transformações econômicas, políticas e sociais nos leva a reflexão mais profunda da lógica objetiva da desigualdade social, que reside na estrutura das relações sociais de produção e reprodução da sociedade capitalista, para apreender a lei invisível, mas efetiva, a qual essas relações obedecem, a lei do valor<sup>72</sup>. Nesse ínterim, a produção da miséria é relativa à acumulação do capital, a raiz da produção e reprodução da questão social na sociedade capitalista<sup>73</sup>, um conjunto de expressões

---

<sup>72</sup> Para melhor entender a “lei do valor” buscar a Teoria Crítica que se utiliza de pressupostos do Marxismo para explicar o funcionamento da sociedade e a formação de classes.

<sup>73</sup> O capital ao subordinar toda a sociedade, impõe-se em sua lógica quantitativa enquanto riqueza abstrata que busca o aprofundamento das desigualdades de toda a natureza e torna invisível o trabalho vivo que cria a riqueza e os sujeitos que a realizam, conduzindo a banalização da vida humana. Vive-se a segunda etapa do capitalismo monopolista – o imperialismo (elevada concentração da produção e do capital, fusão do capital industrial com o capital bancário) criando monopólios que passam a regular a oligarquia financeira e ter papel decisivo na vida econômica. Esse é o cenário da mundialização do capital sob a hegemonia das finanças. (NETTO, 1992).

Para saber mais ver IAMAMOTO, M. V. **Serviço social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007 e ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Campinas, Cortez Editora e Editora da UNICAMP, 1995.

de desigualdades sociais que expressam as disparidades econômicas, políticas e culturais, acentuando as diferenças entre as classes sociais.

A própria estrutura do sistema capitalista produz e reproduz a pobreza, a exclusão e a subalternidade (Yazbeck, 2006) que atinge as classes dos estratos sociais mais débeis, que sem opção para vender sua força de trabalho se veem forçadas a buscar estratégias de sobrevivência, embora, quando os pobres reagem com violência, por exemplo, diante do ato infracional cometido pelos adolescentes, estes serão vistos como marginais que precisam ser detidos em defesa da sociedade. Ianni (1986) complementa que a profunda desigualdade social que atinge a realidade brasileira provoca uma criminalização da questão social que atinge as classes subalternas, designadas como “classes perigosas”, são pessoas que na concepção do capital não possuem uma força de trabalho rentável, sujeitos à repressão e a “extinção”.

Em outras palavras, o sistema de produção e reprodução do capital pré-seleciona a população, lê-se adolescentes, que serão criminalizados pelo sistema socioeducativo. Andrade (1994) chama esse processo de “binômio exclusão e criminalização”, as classes menos favorecidas são excluídas socialmente e selecionadas penalmente, encobrando o discurso social corrente sobre a criminalidade que se refere a ela como um fenômeno pouco frequente nos estratos mais altos da sociedade e concentrado nos estratos sociais inferiores. As estatísticas criminais oficiais fornecem o substrato para tal legitimação, bem como para uma explicação da criminalidade vinculada exclusivamente a fatores pessoais e sociais correlatos a pobreza, entre os que se incluem, a “doença mental”, os desvios psicopáticos, a habitação em favelas, e a “má” situação familiar. Estas relações associadas à criminalidade culminam não somente na produção de estereótipos de criminalidade, como também têm influência e guiam a ação dos órgãos oficiais, tornando-a socialmente seletiva. (ANDRADE, 1997, p. 264).

Nesse sentido, os estudos que se baseiam apenas nesses fatores estarão fadados a criminalizar ainda mais os adolescentes pobres, bem como, possivelmente, concluirão a necessidade de reforçar a segurança pública, a redução

da idade penal<sup>74</sup> de 18 para 16 anos de idade, enfim, reforçam o discurso da mídia, de que “a família é irresponsável em relação à educação do menor”, que “é pobre porque não quer trabalhar”, entre tantos outros clichês que se repetem constantemente através dos meios de comunicação.

Por isso, também, a busca pela teoria da criminologia crítica, pois proporciona elementos para se pensar que o sistema “punitivo” se apresenta como um subsistema funcional e legitimador da produção material (propriedade) e ideológica (poder) do sistema global. Melhor dizendo, não apenas as leis se aplicam seletivamente e a distribuição desigual da criminalidade (imunidade e criminalização) obedece à desigual distribuição do poder e da propriedade e à consequente hierarquia dos interesses em jogo (estrutura vertical da sociedade), mas o direito e o sistema socioeducativo exercem uma função ativa na conservação e reprodução das relações sociais de desigualdade segregando os processos de criminalização do adolescente, preferencialmente aqueles oriundos das classes subalternas denominadas, muitas vezes, como “classes perigosas<sup>75</sup>”.

As reflexões sobre os Códigos de Menores de 1927 e de 1979 e a política do SAM e da FUNABEM, bem como, as medidas socioeducativas correspondentes ao Estatuto da Criança e do Adolescente expressaram uma dualidade, visto que ao proteger o adolescente temem expor a sociedade à periculosidade do delito e ao defender a sociedade atacam o adolescente, percebendo assim, que a reflexão histórica desse processo é uma teia de infinitas complexidades e de interesses em jogo.

---

<sup>74</sup> A inimputabilidade penal é uma questão polêmica entre as que envolvem o adolescente autor de prática infracional. A mídia, em geral, apresenta um enfoque sensacionalista quanto aos atos infracionais cometidos por adolescentes. Segundo a autora, “há duas formas de denominar e encarar a situação do adolescente autor de ato infracional. A primeira preconiza que o infrator representa uma ameaça à sociedade e precisa, o mais precocemente possível, ser reprimido, contido e isolado.” A segunda, da qual compartilha parte do princípio de que o adolescente que comete uma infração é uma pessoa em desenvolvimento e tem direito às medidas socioeducativas previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que devem ocorrer com o estabelecimento de limites, noção de autoridade e deve oportunizar a inserção do adolescente na vida social. E é com base no preceito de que o adolescente é uma pessoa em desenvolvimento físico e psíquico, sem condições de entender a ilicitude do ato e suas consequências plenamente que se fundamenta o conceito de inimputabilidade. (ROSA, 2001).

<sup>75</sup> Para saber mais sobre “classes perigosas” e a relação intrínseca com a pobreza ver: LEMOS, Amanda S. dos. A estigmatização das classes subalternas: o surgimento das classes perigosas. In: FREIRE, Silene M. De (Org). **Anais do II Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescente na América Latina hoje**. Rio de Janeiro, Ed. Rede Sirius, 2008. P 1-14.



Relembra-se que todo o processo de construção e aplicação do Código de Menores de 1927 e da política do SAM incorporou as ideias higienistas e se encaminhou para o fato de dizer quem é o criminoso e o mau que ele pode causar à sociedade, e, portanto, a necessidade de transformá-lo, em especial quando se referia ao adolescente pobre. Desde o processo de investigação, dos pareceres médicos e dos comissários até a sentença dos juízes, reafirmava-se o crime enquanto uma patologia social. Foram bastante perceptíveis as orientações positivistas biológicas e sociológicas que se faziam presentes nos discursos dos comissários de vigilância. Biológicas no sentido de enfatizar a natureza inata ou hereditária das predisposições ou tendências internas do “menor”; e sociológicas porque enfatiza a natureza ambiental ou adquirida das disposições ou tendências internas do “menor”. Assim, o objetivo principal era apartá-lo da sociedade e privá-lo de modo que pudesse ser reajustado ao meio.

Quando nos referimos ao Código de Menores promulgado em 1979 sob a doutrina da Situação Irregular, o mesmo não mudou muito quando comparado ao código de 1927, pelo contrário, retrocedeu em relação à garantia dos direitos dos adolescentes. Em situação irregular eram consideradas as crianças e adolescentes oriundos de famílias trabalhadoras de baixa renda, geralmente “desorganizadas” e vivendo em situação de marginalidade social. A legislação e a política para o “menor delinquente” estava voltada à defesa social, pois o envolvimento de um grande número de crianças com a prática do crime ameaçaria e perturbaria a ordem, a tranquilidade e a segurança pública. Utilizava-se de ameaças concretas para dissuadir os potenciais infratores da ordem social, tornando-se inevitável e legítimo a institucionalização (privação de liberdade) nas “instituições totais” tanto nas situações de desamparo quanto de cometimento de infrações. Evidencia-se a urgência de se intervir, seja educando ou corrigindo os “menores” para que se transformassem em cidadãos úteis e produtivos para o país, assegurando a ordem e o progresso da nação sem questionar a estrutura social.

Com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente sob a doutrina da proteção integral, o adolescente autor de ato infracional será responsabilizado de acordo com as medidas socioeducativas, entretanto, percebe-se que a legislação caminha para a proteção do adolescente cuja responsabilidade é compartilhada entre o Estado, a Sociedade Civil e a Família, mas também caminha para a punição, uma vez que integra o aparato repressivo do Estado que incide sobre o autor da

contravenção penal. Segundo Santos (2002) a política de proteção integral do Estatuto institui um sistema moderno de instrumentos e de procedimento jurídico-administrativos para enfrentar o problema do comportamento antissocial dos adolescentes criando novas categorias para expressar seus conceitos centrais: a lesão de bem jurídico proibida em lei sob ameaça de pena, chama-se ato infracional e não crime, a reação oficial como consequência jurídica do ato infracional, chama-se medida socioeducativa e não pena, a privação de liberdade do adolescente por medida socioeducativa chama-se internação e não prisão, ou seja, altera-se o “dever ser”, contudo o “ser” permanece igual ou pior ao anterior.

A partir desta crítica utilizou-se da teoria do *labelling approach* e posteriormente, da criminologia crítica para refletir sobre os efeitos da criminalização, aborda-se a etiquetagem e os estigmas que marcam o adolescente autor de ato infracional selecionado pelo sistema socioeducativo para cumprimento da medida socioeducativa, reafirmando que os adolescentes das classes menos favorecidas estão mais sujeitos aos processos de diferenciação.

A discussão do presente trabalho evidenciou fortemente que os processos de criminalização do sistema socioeducativo expressam e reproduzem as desigualdades e assimetrias sociais, para tanto é impossível entender a criminalidade sem compreender as ações do sistema de controle social, seja o penal ou o socioeducativo. Uma vez que o Serviço Social possui como espaço interventivo o âmbito sócio jurídico, atuando direta ou indiretamente com os sujeitos criminalizados, faz-se importante que o profissional tenha uma reflexão crítica sobre as questões que perpassam o assunto da criminalidade juvenil, do contrário podem reforçar e perpetuar o sistema de seletividade que envolve as instituições do controle social. Menciona Souza (2001) que alguns programas ou instituições são mais estigmatizantes que outros e nesse aspecto não se pode deixar de mencionar as medidas restritivas e privativas de liberdade. O status de delinquente para os adolescentes afetam as decisões dos operadores, podendo remeter a individualização da medida socioeducativa, ou seja, julga-se a necessidade de uma classificação paralela dos delitos e das medidas socioeducativas, trata-se de individualiza-las de acordo com as características singulares de cada adolescente autor de ato infracional<sup>76</sup>.

---

<sup>76</sup> Em consequência, cria-se o inquérito biográfico que acompanha o adolescente do tribunal ao centro educacional, mas igualmente completa, controla e retifica seus elementos no decorrer do

## REFERÊNCIAS

ADORNO, S. **Crime e violência na sociedade brasileira contemporânea**. Jornal de Psicologia-PSI, n. Abr/Jun, p. 7-8, 2002

\_\_\_\_\_. A experiência precoce da punição. In: MARTINS, José de Souza. **O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1991.

\_\_\_\_\_. A socialização na delinquência: reincidentes penitenciários em São Paulo. **Cadernos CERU**, n. 3, série 2, p. 113-147, 1991a.

\_\_\_\_\_. Exclusão Socioeconômica e violência urbana. **Revista Sociologias**, Porto Alegre, v. 4, n 8 p. 84 - 135, jul./dez. 2002a.

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana B. T; LIMA, Renato S. De. O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana. **Revista trimestral São Paulo em Perspectiva**, São Paulo. V. 13, n. 4, p. 62 – 74, 1999.

AGUINSKY, Beatriz . Violência e socioeducação: uma interpelação ética a partir de contribuições da Justiça Restaurativa. **Revista Katálisis**, Florianópolis, SC, v.11, n.2, p. 257-264, jul. 2008.

ALCOFORADO, Mirtes Guedes. Elaboração de projetos de pesquisa. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 721-737.

ALCOFORADO, Mirtes Guedes. Elaboração de projetos de pesquisa. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. 721-737.

ALVAREZ, Marcos César. A Criminologia no Brasil ou Como Tratar Desigualmente os Desiguais. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 45, nº 4, 2002, p. 677-704.

\_\_\_\_\_. Menoridade e Delinquência: uma análise do discurso jurídico e institucional da assistência e proteção aos menores no Brasil. **Cadernos da Faculdade de Filosofia e Ciências**, Marília, v.6. n.2. 1999, p. 93-114, 1997.

---

cumprimento da medida socioeducativa. “O infrator não é considerado unicamente como o autor de seu ato (responsável em razão de certos critérios da vontade livre e consciente), mas é amarrado a ele por um feixe de fios complexos (instintos, pulsões, tendências, temperamento)”. A aplicação e a execução da pena não se exercem apenas sobre a relação de autoria, mas sobre a afinidade do “delinquente” com o seu crime (ANDRADE, 1994, p.388).

ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Dogmática e sistema penal:** em busca da segurança jurídica prometida. (Tese) Curso de Pós-graduação em Direito. Centro de Ciências Jurídicas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1994.

\_\_\_\_\_. **A Ilusão de segurança jurídica:** do controle da violência a violência do controle penal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997. 336p

\_\_\_\_\_. Fragmentos de uma grandiosa narrativa: homenagem ao peregrino do humanismo. In: ANDRADE, V. (Org.) **Verso e reverso do controle penal: (des) aprisionando a sociedade da cultura punitiva.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. p.197-216

\_\_\_\_\_. **Por que a criminologia (e qual criminologia) é importante no ensino jurídico?** Disponível em: <[www.criminologiacritica.cjb.net](http://www.criminologiacritica.cjb.net)>. Acesso em: 26 set 2008.

ARIÈS, Phillipi. **A História social da criança e da família.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1981, p. 279.

BACELLAR, Dinah Manhães. **A criminalização de adolescentes no município de Marília (1991-2001).** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Marília, 2006.

BARRATTA, Alessandro. **Criminologia crítica e Crítica do Direito Penal: introdução á sociologia do direito penal;** tradução Juarez Cirino dos Santos. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Editora Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002. 254 p.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis ganhos fáceis:** Drogas e Juventude Pobre no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

\_\_\_\_\_. Duas ou três coisas que sabemos (por causa) dele. IN: ANDRADE, Vera Regina Pereira. de. **Verso e Reverso do Controle Penal: (DES) prisionando a sociedade da cultura punitiva.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. P 190-196

BAUER, M. W. Análise de conteúdo: uma revisão. In: Bauer, M. W. Gaskell, G. **Pesquisa qualitativa em texto, imagem e som. Um manual Prático.** Petrópolis: Vozes, 2002. P. 189-217.

BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas.** Tradução por Torrieri Guminarães. São Paulo: Hemus, 1983.

Becker, Howard Saul. **Outsiders: estudos de sociologia do desvio.** 1ed. Tradução: Maria Luiza X. de Borges. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. Disponível em: <<http://www.brunabenvegnu.com/outsidere.pdf>> Acesso em: 10 set. 2010.

BECKER, Maria Josefina. A violência institucionalizada. In: **Câmara dos Deputados. Violência e Políticas Públicas**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2003.

BEHRING, Elaine Rossetti. . **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo (SP): Cortez, 2008. 304p.

BISSOLI FILHO, Francisco. **O estigma da criminalização no sistema penal brasileiro: dos antecedentes à reincidência criminal**. (Dissertação) Curso de Pós-graduação em Direito. Centro Socioeconômico. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1997.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. 9. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2004.

BRASIL. **Código Criminal do Império do Brasil**. Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em:

<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm)>. Acesso em: 28 out. 2010.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 464p.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 5.083**, de 1 DE DEZEMBRO DE 1926. Dispõe sobre o Código de Menores de 1927. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Informações. [reproduções digitais de textos originais, publicados sem atualização ou consolidação, úteis apenas para pesquisa].

\_\_\_\_\_. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. **Marco legal: saúde, um direito de adolescentes** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Área de Saúde do Adolescente e do Jovem. Brasília: Ministério da Saúde, 2005. 60 p. Disponível em <[http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/marco\\_legal.pdf](http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/marco_legal.pdf)>. Acesso em: 14 set. 2010

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Brasília – DF: CONANDA, 2006. 100p.

\_\_\_\_\_. **Estatuto da Criança e do Adolescente (1990)**. Estatuto da Criança e do Adolescente. São Paulo: Saraiva, 2000.

CALIARI, H. F.; SIQUEIRA, M. S. Conversando sobre Juventude. In: **CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 13. 2010**. Brasília. Anais...p. 01-09.

CARNEIRO, D.D. (1992) Crise e Esperança: 1974-1980. In: ABREU, M. de P. (org.) **A Ordem do Progresso: Cem Anos de Política Econômica Republicana, 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus

CASTILHO, Ela W. V. De. Criminologia Crítica e a crítica do Direito Penal econômico. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira de. **Verso e reverso do controle penal**: (des) aprisionando a sociedade da cultura punitiva. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. Ciências, Marília, v.6. n.2. 199, p. 93-114, 1997.

CHAUÍ, Marilena de Souza. **Convite à filosofia**. 8. ed. São Paulo (SP): Ática, 1997. 440p Ciências, Marília, v.6. n.2. 199, p. 93-114, 1997.

COLET, Charlise Paula; COITINHO, Viviane T. Dotto. A Seletividade social e a punibilidade do senso comum como determinantes no processo de criminalização: um estudo de caso do etiquetamento social na cidade de Ijuí/RS. In: **Anais do II Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje**. Rio de Janeiro: Rede Sirius/UERJ, 2008. p.1-15

DIAS, Sandra. **A inquietante estranheza do corpo e o diagnóstico na adolescência**. São Paulo: USP [online]. 2000, vol.11, n.1, pp. 119-135.

EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 65. Disponível em:  
[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc65.htm).  
Acesso em: 14 set. 2010

FALEIROS, Vicente Paula De. Infância e Processo Político no Brasil. In: RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Ursula, 1995, p 49-98.

\_\_\_\_\_. Impunidade e inimizabilidade. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, v. XXIV, n. 77, p. 78-107, 2004

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: história da violência nas prisões. 8. ed. Petropolis: Vozes, 1991. 277p.

GADELHA, Sylvio Souza de. **Subjetividade e Menor-Idade: acompanhamento o dever dos profissionais do social**. São Paulo: Annablume, 1998, 244p

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 159p.

\_\_\_\_\_. **Manicômios, prisões e conventos**. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1987. 312p.

GONÇALVES, Patrícia. **O crime, a criminologia e o serviço social: problemas e articulações.** (monografia) Curso de graduação em Serviço Social Florianópolis. Centro Sócio Econômico. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2010.

GREGORI, Maria Filomena. **Meninos de rua e instituições: tramas, disputas e desmanche.** São Paulo: Contexto, 2000.

HABERMANN, Josiane C. Albertini. A ciência Criminologia. **Revista de Direito**, São Paulo, v. 13, n. 17, p.1-18, 11 ago. 2010. Disponível em: <<http://sare.unianhanguera.edu.br/index.php/rdire/article/viewFile/879/837>>. Acesso em: 26 out. 2010.

HERMANN, J. (2005) Auge e Declínio do Modelo de Crescimento com Endividamento: O IIPND e a crise da Dívida Externa. (1974-1984). In: GIANBIAGI, F. et al. **Economia Brasileira Contemporânea (1945-2004):** Editora Campus Elsevier. Rio de Janeiro, 2005.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles; FRANCO, Francisco Manoel de Mello. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. 2922p

IAMAMOTO, Marilda Villela. A questão social no capitalismo. In: **Revista Temporalis**. 2ª ed. Ano II, n.3 (jan./jul.2001). Brasília: ABEPSS, Gráfica Odisseia 2001.

\_\_\_\_\_. Questão social, família e juventude: desafios do trabalho do assistente social na área sociojurídica. In: SALES, M. MATOS, M. LEAL, M.C. **Política Social, Família e Juventude.** São Paulo, Cortez, 2004.

\_\_\_\_\_. **Serviço social em tempo de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. São Paulo: Cortez, 2007.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** 5.ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991 316p.

\_\_\_\_\_. **Classe e nação.** Petrópolis: Vozes, 1986. 139p

**Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).** Taxa de desemprego no Brasil. Disponível em: <[http://www.ibge.gov.br/brasil\\_em\\_sintese/tabelas/trabalho\\_tabela02.htm](http://www.ibge.gov.br/brasil_em_sintese/tabelas/trabalho_tabela02.htm)>. Acesso em: 27 ago. 2010

**IPEA data.** Número de homicídios de jovens de 15 a 29 anos. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/ipeaweb.dll/ipeadata?SessionID=103614682&Tick=1>>

282945338428&VAR\_FUNCAO=Ser\_Temas%2825789188%29&Mod=S>.  
Acesso em: 27 ago. 2010.

JINKINS, Isabella. A criminalização da miséria. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 1 , p.235-238, set.2002

JOHNSON, Allan G. **Dicionário de Sociologia: guia prático da linguagem sociológica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LEVI, G. E SCHMIDT, J. C. **História dos jovens II**. São Paulo: Cia das Letras, 1996.

LE MOS, Amanda S. dos. A ESTIGMATIZAÇÃO DAS CLASSES SUBALTERNAS: O SURGIMENTO DAS CLASSES PERIGOSAS. In: FREIRE, Silene M. De (Org). **Anais do II Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje**. Rio de Janeiro: Rede Sirius, 2008. P 1-14

LIMA, Rita Pereira Cassia de. Sociologia do Desvio e Interacionismo. **Revista Sociológica Tempo Social**, São Paulo, V. 13, n. 1, p. 185-201, maio. 2001

LOMBROSO, Cesare. **O Homem Delinquente**. Porto Alegre: Editora Ricardo Lenz, 2001. 25p.

MACHADO, Martha Toledo de. Sistema Especial de Proteção da Liberdade do adolescente na Constituição Brasileira de 1988 e no Estado da Criança e do Adolescente. Brasília: **ILANUD/Programa Justiça Penal Juvenil e Direitos Humanos – ILANUD Costa Rica/Comissão Européia**, 1998.

MARGULIS, Mario e URRESTI, Marcelo. La juventude es más que una palabra. In: MARGULIS, Mario e URRESTI, Marcelo: **La Juventude es más que una palabra – Ensayos sobre cultura y juventud**. Buenos Aires: Biblos, 2000, p. 13-30.

MARQUES, Walter Ernesto Ude. Juventude, Redes Sociais e Políticas Públicas. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p.67-77, jun. 2005.

MARTINS, Helena T. Souza. A juventude no contexto da reestruturação produtiva. In: ABRAMO, FREITAS; SPOSITO (org). **Juventude em debate**. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

MARTINS, M. A. Jovem carioca tem medo do futuro. Jornal do Brasil. Disponível em: <<http://www.jb.com.br/cidade.html>>. Acesso em 28 de agosto de 2010.

MÉNDEZ, Emílio García. **Infância e Juventude na América Latina**. São Paulo: Hucitee/ Instituto Ayrton Senna, 1998. 202 p.



MENEGHETTI, G. **Juízo de menores, semanas de estudos, serviço social**. Florianópolis, 2009. Trabalho não publicado. (mimeo)

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. Rio de Janeiro: Petrópolis, 1994.

\_\_\_\_\_; NJAINE, K. (2002). Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, 7(2), 285-297.

MIOTO, Regina C. T. Mioto, Famílias em situação de violência: mediando conflitos. In: VERONESE, Josiane Rose Petry; SOUZA, Marli Palma; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões**. Florianópolis, SC: Fundação Boiteux, 2001, p.121-151.

MOURA, Cristina Patriota de. Outsiders. Estudos de sociologia do desvio. RESENHA. In: **SciELO**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 02, p.01-04, out. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132009000200011&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132009000200011&script=sci_arttext)>. Acesso em: 18 set. 2010.

NASPOLINI, Samyra Haydêe. **O minimalismo penal como política criminal de contenção da violência punitiva**. (Dissertação) Curso de Pós-graduação em Direito. Centro de Ciência Jurídicas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 1995.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

\_\_\_\_\_; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008. 258p. (Biblioteca básica de serviço social ; v.1)

NICODEMOS, Carlos. A natureza do sistema de responsabilização do adolescente autor de ato infracional. Brasília: **ILANUD/Programa Justiça Penal Juvenil e Direitos Humanos** – ILANUD Costa Rica/Comissão Européia, 1998, p.61-85.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **Prisão: um paradoxo social**. Florianópolis. Ed. UFSC, 2. ed. 1996. 238p.

PASSETI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: Priore, Mary Del (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2ª. Ed., 2000, p. 347-375.

PASSETTI, Edson. Abolicionismo penal: um saber interessado. **Discursos sediciosos: crime, e sociedade**. Editora Revan. Ano 7, n. 12, 2002, p. 107-117.

\_\_\_\_\_. **O que é o Menor**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. 70p.

\_\_\_\_\_. **Violentados: crianças, adolescentes e justiça.** São Paulo: Imaginário, 1999, 170p.

PAVEZ, Graziela Acquaviva.; OLIVEIRA, Isaura de Mello Castanho e. . Vidas nuas, mortes banais: nova pauta de trabalho para assistentes sociais. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, v.23, n.70 p. 80-91, jul. 2002.

PAZETO, Matheus Lolli. **A Ilusão de segurança jurídica:** do controle da violência a violência do controle penal – Andrade. (Resumo) Disponível em: <<http://www.investidura.com.br/biblioteca-juridica/resumos/criminologia/3807-a-ilusao-de-seguranca-juridica-do-controle-da-violencia-a-violencia-do-controle-penal-andrade.html>>. Acesso em: 23 set. 2010.

PEREIRA. Potyara Amazonina. **Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania.** In: Revista TEMPORALIS. 2ª ed.<sup>a</sup>. Ano II, n.3 (jan./jul.2001). Brasília: ABEPS, 2001.

\_\_\_\_\_. **Política Social: temas e questões.** São Paulo: Cortez, 2009. 203p.

PINHEIRO, Paulo S. Medo em todo o lugar e em lugar nenhum. In: GLASSNER, B. **Cultura do Medo.** São Paulo: Francis, 2003. p. 11-18.

PNUD. **Índice de GINI.** Disponível em: <[http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id\\_pop=97](http://www.pnud.org.br/popup/pop.php?id_pop=97)>. Acesso em: 28 ago. 2010.

RIBEIRO, Carlos Antônio Costa. (1995), **Cor e Criminalidade: Estudo e Análise da Justiça no Rio de Janeiro (1900-1930).** Rio de Janeiro: Editora da UFRJ.

RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças.** Rio de Janeiro: Universitária Santa Úrsula, 1995, p. 276 -287.

\_\_\_\_\_. (org.). **Crianças desvalidas, indígenas e negras no Brasil. Cenas da colônia, do império e da república.** Rio de Janeiro: USU Ed. Universitária, 2000, 214 p.

ROSA, Alexandre Moraes da. **Imposição de Medidas Socioeducativas:** o adolescente como uma das faces do homo sacer (AGAMBEN). In: ILANUD, Das Políticas de Segurança Pública às Políticas Públicas de Segurança. São Paulo, 2002. 277-302 p.

ROSA, Elizabete Terezinha Silva. **Adolescente com prática de ato infracional:** a questão da imputabilidade penal. **Serviço Social e Sociedade**, Ano XXII (67): 2001 p. 182-202.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **A Criminologia da Repressão:** uma crítica ao positivismo em criminologia. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

SANTOS, Juarez C. Dos. O adolescente infrator e os direitos humanos. In: ANDRADE, Vera Regina Pereira. de. **Verso e Reverso do Controle Penal: (DES) prisionando a sociedade da cultura punitiva**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2002. p. 119 – 131

SALES. M. MATOS, M. LEAL, M.C. **Política Social, Família e Juventude**. São Paulo: Cortez, 2004.

SALES, M. A. **(In) visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência**. São Paulo: Cortez, 2007. 360p.

SANDRINI, Paulo Roberto. **O controle social da adolescência brasileira: gênese e sentidos do Estatuto da Criança e do Adolescente**. 164 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Florianópolis, 2009.

SECRETARIA NACIONAL DE PROMOÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – SNPDCA (Org.). **Levantamento Nacional do Atendimento Socioeducativo ao Adolescente em Conflito com a Lei 2009**. Disponível em: < <http://www.direitosdacrianca.org.br/temas-prioritarios/medidas-socioeducativas/levantamento-nacional-do-atendimento-socioeducativo-ao-adolescente-em-conflito-com-a-lei-2009-1>>. Acesso em: 21 de set. 2010.

SEGALIN, Andreia. **Respostas sócio-políticas ao conflito com a lei na adolescência: discursos dos operadores do sistema socioeducativo**. Florianópolis, 2008. 276 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Socioeconômico. Programa de Pós-graduação em Serviço Social

SOUZA, M. P. Crianças e adolescentes: absoluta prioridade? In: **Katálisis**. Florianópolis: Editora da UFSC, n.2, maio 1998, p.41-48.

SHECAIRA, Sergio Salomão. **Sistema de Garantias e o Direito Penal Juvenil**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2008. 238p.

**SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/0404sintese.shtm>> Acesso em 21 ago. 2010.

**SISTEMA NACIONAL SÓCIO-EDUCATIVO (SINASE)** Secretaria Especial de Direitos Humanos e Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), Brasília, 2006.

SOARES, Luiz Eduardo. Juventude e violência no Brasil contemporâneo. In: NOVAES, R. VANNUCHI, P. (org). **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_; MV BILL; ATHAYDE, Celso. **Cabeça de porco**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2005. 295p

SOUSA, Janice Tirreli Ponte de. Os jovens, as políticas sociais e a formação educativa. **Ciências Humanas**, Florianópolis, n. 26, p.51-79, 1999. Editora UFSC.

SOUZA, Ismael Francisco de; SOUZA, Marli Palma. O Conselho Tutelar e a Erradicação do Trabalho Infantil. Criciúma: UNESC, 2010. 144p.

SOUZA, Luís Antônio Francisco. Anotações sobre a violência, o crime e os direitos humanos. **Revista de Psicologia da UNESP**, 2(1), 2003. p. 1-19

SOUZA, Robson Sávio Reis. O Serviço Social na prevenção à criminalidade. In: **Serviço Social e Sociedade: Espaço Público de Direitos Sociais**, São Paulo, n. 86, p.163-181, jul. 2006. Mensal.

TAVARES, M.C. & BELLUZZO, L.G.M. (1982) Notas sobre o Processo de Industrialização Recente no Brasil. In: BELUZZO L.G.M. e COUTINHO, R. **Desenvolvimento Capitalista no Brasil: Ensaio sobre a crise**. Vol. 1 São Paulo, Brasiliense.

TEIXEIRA, Maria Trassi Loudes de. Evitar o desperdício de vidas. Brasília: **ILANUD/Programa Justiça Penal Juvenil e Direitos Humanos – ILANUD Costa Rica/Comissão Européia**, 1998.

THOMPSON, Augusto. **Quem são os criminosos?** Crime e criminosos: entes políticos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1983.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Direito da criança e do adolescente**. Florianópolis, SC: OAB/SC, 2006. 258p

\_\_\_\_\_. **Os direitos da criança e do adolescente**. São Paulo. 1999. 208p

\_\_\_\_\_; RODRIGUES, Walkiria Machado. A figura da criança e do adolescente no contexto social: de vítimas a autores de ato infracional. In: VERONESE, Josiane Rose Petry; SOUZA, Marli Palma; MIOTO, Regina Célia Tamasso. **Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões**. Florianópolis, SC: Fundação Boiteux, 2001. 09-37p

\_\_\_\_\_; QUANDT, Guilherme Oliveira de.; OLIVEIRA, Luciene Cássia Policarpo de. O ato infracional e a aplicação das medidas sócio-educativas: algumas considerações pedagógicas. In: VERONESE, Josiane Rose Petry; SOUZA, Marli

Palma; MIOTO, Regina Célia Tamaso. **Infância e adolescência, o conflito com a lei: algumas discussões**. Florianópolis, SC: Fundação Boiteux, 2001. P. 40-90

VOLPI, Mario. **O adolescente e o ato infracional**. São Paulo: Cortez, 1997. 87p

\_\_\_\_\_; SARAIVA, João Batista. **Adolescentes privados de liberdade: a normativa nacional e internacional e reflexões sobre a responsabilidade penal dos adolescentes**. São Paulo: Cortez, 1997. 173p.

VOGEL, Arno. Política Nacional do Bem Estar do Menor (PNBEM). In: PILOTTI, Francisco, RIZZINI, Irene. **A arte de governar crianças**. Rio de Janeiro: Editora Universitária Santa Úrsula, 1995, p. 303 -315.

WACQUANT, Loic J. D. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 174p

WADSWORTH, James E.; MONCORVO, Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da assistência à infância no Brasil. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 19, n. 37, p.01-18, 02 set. 1999. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100006&script=sci\\_arttext#33e34not](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-01881999000100006&script=sci_arttext#33e34not)>. Acesso em: 29 set. 2010.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. A questão social no contexto da globalização. In: BOGUS, Lucia; YASBECK, Carmelita; WANDERLEY, Mariângela (org.). **Desigualdade e a Questão Social**. 2ª ed. São Paulo: EDUC, 1997. p.49-159.

WEBER, Max. Os três aspectos de Autoridade Legítima. In: ETZIONI, Amitai. **Organizações Complexas**. São Paulo: Atlas, 1971.

XIBERRAS, Martine. **As teorias da exclusão. Para uma construção do imaginário do desvio**. Lisboa: Instituto Piaget, 1996, 256p.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social. **Revista Temporalis, ABEPSS**, ano III, jan.-jun. de 2001. n. 3. p. 33-40.

\_\_\_\_\_. **Classes subalternas e assistência social**. São Paulo: Cortez, 2006 184p.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. **Em busca das penas perdidas: a perda de legitimidade do sistema penal**. Rio de Janeiro: Revan, 1991.

ZALUAR, Alba. (2001). Violência e crime. I: Miceli, Sérgio (org.). O que ler nas ciências sociais brasileiras. São Paulo, Sumaré, 1999, v. 1, pp. 13-107.

\_\_\_\_\_. **Da revolta ao crime**. São Paulo: Moderna, 1996.120p.